



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Artes e Letras

**A constituição histórica do português de Angola
Para uma caracterização morfossintática e interferência
linguística com o cokwe**

Roque dos Reis Tito Suequel

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Estudos Lusófonos

(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Paulo Osório

Coorientador: Prof. Doutor Ignacio Vázquez

Covilhã, junho de 2018

Dedicatória

Aos meus pais, Manuel Suequel e Segunda Lupué, responsáveis por hoje eu estar trilhando caminho. A eles devo a vida, os meus valores, a minha formação, e por quem tenho um amor e admiração incondicional.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pai todo-poderoso, que me concedeu a graça e a vontade de fazer este trabalho que não foi fácil. Aos meus Professores Doutor Paulo Osório e Doutor Ignacio Vázquez, orientadores deste estudo, pelo interesse, incentivo e confiança que possibilitaram o desenvolvimento desta tese. Agradeço pela oportunidade que me foi concedida de compartilharem os seus conhecimentos comigo.

Aos professores da faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, nomeadamente: Professora Cristina Costa Vieira (Diretora do Curso de Estudos Lusófonos) a quem tenho o maior apreço, que de forma muito paciente se tem preocupado em corrigir as nossas falhas relacionadas com a gramaticalidade na expressão escrita e oral, Professora Reina Marisol Troca Pereira, Professor José Henrique Manso, Professora Graça Sardinha, Professor Alexandre Costa, e finalmente ao Professor Catedrático Santos Pereira.

Aos Professores dos Ciclos anteriores, que sempre serão meus professores, especialmente aqueles que durante a elaboração do meu trabalho se preocupavam em me prestar alguma ajuda em termos de referências bibliográficas, nomeadamente: Professor João Muteteca Naege, Professor Agostinho Adão Aurélio, Professor Márcio Undolo. Sem me esquecer da Professora Doutora Liliana Inverno, por ter contribuído sobre algumas sugestões.

Aos meus melhores amigos, Cabeia Zeca e Jacinto António Paca, pela atenção, auxílio e disponibilidade nos momentos angustiados da minha vida.

Aos meus familiares em geral, tio Pedro Mulua, tio Maneca Mutaleno, tia Nené, tia Domingas, tia Madalena Vela, tio Daroca, tio António Quimuanga, pelo incentivo e encorajamento durante a minha caminhada. Ao meu falecido tio, João Luxico Mariano Tito, que durante muitos anos foi mais do que um irmão e amigo, e por ter me transmitido muitos conhecimentos sobre experiências da vida.

Aos meus irmãos, Lídia, Alcina, Valéria, Cordeiro, Edna, Flávio, Julinho, Cândida, Nincha e o Messias, e à minha filha Tatiana pela companhia, paciência e compreensão por minha indisponibilidade para eles, e pela capacidade singular de me fazerem celebrar a vida a cada mergulho.

Ao meu tio Simião Chissua Muapimbi, pelo apoio financeiro durante a minha licenciatura.

Os meus agradecimentos se estendem também ao Ministério do Ensino Superior, Instituto Nacional de Gestão e Bolsa de Estudo (INAGBE), pela concessão da bolsa. A Direção Provincial da Educação da Lunda-Norte por me ter permitido a minha ausência do local do trabalho. A Reitoria da Universidade Lueji A'NKonde e Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte (E.S.P.L.N), pelos esforços que têm empreendido para acelerar a nossa investigação, concretamente, os funcionários da instituição escolar pelos incentivos académicos. Os meus profundos agradecimentos vão para o Vice-Decano para Assuntos Científicos, Professor Leni Muteba, Ao Decano geral, Doutor Jorge dias Veloso, pela confiança depositada em nossos percursos.

Resumo

O português em Angola apresenta marcas próprias, diferentes do português europeu. Essas características, segundo a gramática tradicional podem ser consideradas erros, uma vez que não correspondem ao padrão estabelecido. No entanto, essa norma europeia é incompatível com a realidade sociolinguística dos falantes porque a maioria dos angolanos é bilingue (tem o português como língua segunda). A estrutura morfossintática do português de Angola está longe do padrão europeu e é influenciada pelas línguas bantu.

Muitas vezes, estes falantes fazem o uso do sistema lógico gramatical bantu para articular as frases em português, e essa particularidade do português de Angola em relação ao padrão europeu, não só ocorre em falantes bilingues ou menos escolarizados, algumas formas de desvios retratadas no capítulo V ocorrem também em falantes cultos e com escolaridade superior, inclusive os falantes angolanos que têm o português como língua materna.

O *cokwe* interfere no português angolano; é a segunda língua mais falada depois do português em toda a região leste de Angola, realça-se que a mesma está espalhada em quase todos os cantos do território angolano. Dado que é uma língua bantu, o seu sistema lógico gramatical é semelhante às demais línguas bantu e bastante diferente das línguas românicas.

Apesar de o português de Angola apresentar as suas particularidades, a comunicação com a variante do português europeu ou brasileiro é totalmente possível. A variedade específica do português carece de padronização tendo em conta as necessidades comunicativas dos falantes e do ensino em geral. Devia levar-se a cabo para acabar com a marginalização dos falantes e clarificar que não é uma variante inferior nem superior em relação as outras normas, mas uma outra variedade comunicativa (também portuguesa) que salvaguarda a cultura de um determinado povo.

Palavras-chave

Interferência linguística, *cokwe*, línguas bantu, português em Angola, português europeu, morfossintaxe, Estruturalismo.

Resumen

El portugués en Angola presenta sus propias marcas, diferentes de las del portugués europeo. Esas marcas, según la Gramática Tradicional, podrían considerarse errores, ya que no responden al estándar establecido. Sin embargo, esa norma europea es incompatible con la realidad lingüística sociocultural de los hablantes porque la mayor parte de los angoleños es bilingüe (tiene el portugués como segunda lengua). La estructura morfosintáctica del portugués de Angola se aleja del estándar europeo y está influida por las lenguas bantúes.

Frecuentemente, los hablantes utilizan el sistema lógico gramatical bantú para articular las oraciones en portugués, y esa particularidad del portugués de Angola en relación al estándar europeo, no solo ocurre en hablantes bilingües o menos escolarizados, algunas formas de desvíos retratadas en el capítulo V ocurren también en hablantes cultos o con escolarización superior, incluso en hablantes angoleños que tienen la lengua portuguesa como lengua materna. El chokwe interfiere en el portugués de Angola; es la segunda lengua más hablada tras el portugués en todo el territorio este de Angola, aunque es conocida en diversos puntos a lo largo de todo el país. Dado que es una lengua bantú, su sistema gramatical lógico es semejante al de las demás lenguas bantúes y muy diferente al de las lenguas románicas.

Pese a que el portugués de Angola presenta sus particularidades, la comunicación con la variante europea o la brasileña es totalmente posible. La variedad específica del portugués de Angola carece de estandarización atendiendo a las necesidades comunicativas de los hablantes y de la enseñanza en general. Debería llevarse a cabo para acabar con la marginalización de los hablantes y aclarar que no es una variante inferior ni superior en relación a las otras normas sino otra variedad comunicativa (también portuguesa) que salvaguarda la cultura de un determinado pueblo.

Palabras clave

Interferencial lingüística, chokwe, lenguas bantúes, portugués en Angola, portugués europeo, morfosintaxis, Estruturalismo.

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo.....	iv
Resumen	v
Lista de Figuras	vii
Lista de Tabelas	viii
Lista de Acrónimos	ix
Introdução	1
0.1. Línguas africanas	2
0.2. Línguas bantu.....	2
0.3. Características das línguas bantu	4
0.4. Localização e sua classificação.....	5
0.5. Razões da escolha do tema	6
0.6. Objeto da investigação	6
0.7. Objetivos do trabalho	7
0.8. Estudos anteriores referentes ao tema	8
0.9. Organização do trabalho.....	8
Capítulo I: Constituição histórica do português de Angola	10
1.1. Caracterização histórica e geográfica de Angola	10
1.2. A situação linguística de Angola e o português	12
1.3. Origem e evolução do português em Angola	21
1.4. O estatuto do português em Angola	28
Capítulo II: Caracterização histórico-social do povo cokwe	34
2.1. História e origem do povo cokwe	34
2.2. Localização geográfica.....	38
2.3. Elementos gramaticais do cokwe segundo Martins (1990)	40
Capítulo III: Morfologia e sintaxe segundo a Gramática Generativa	46
3.1. O estruturalismo segundo Noam Chomsky	46
3.1.1. Linguística descritiva	51
3.2. Morfologia	53
3.3. Sintaxe	54
3.4. Relações entre a morfologia e sintaxe.....	56
3.4.1. Morfossintaxe Generativa	59
Capítulo IV: Metodologia	61
4.1. Informantes.....	63
Capítulo V: Caracterização morfossintática do português em Angola e interferência linguística com o cokwe	66
5.1. Concordância	66
5.1.1. Concordância Nominal	66
5.1.2. Concordância do nome com o adjetivo	71
5.1.3. Concordância Verbal	73
5.2. Interferência linguística com o cokwe	79
5.3. Modos verbais	81
Conclusão	85
Bibliografia	87
Webgrafia	92
Anexos	X

Lista de Figuras

Tabela 1- Classe dos prefixos nominais dos substantivos na língua cokwe...	5
Tabela 2- Grupos etnolinguísticos bantu.....	15
Tabela 3 - Grupos etnolinguísticos não bantu	15
Tabela 4 - pronome <i>tu</i> e <i>você</i>	75

Lista de Tabelas

Figura 1 - Constituição morfológica	49
---	----

Lista de Acrónimos

- CC - Complemento circunstancial
- CCL - Complemento circunstancial de lugar
- CD - Complemento direto
- GU - Gramática universal
- L1 - Língua primeira
- L2 - Língua segunda
- L-E - Língua externa
- L-I - Língua interna
- LM - Língua materna
- LP - Língua portuguesa
- PA - Português de Angola
- PALOP - Países africanos de língua oficial portuguesa
- PE - Português europeu
- PVA - Português vernáculo de Angola
- SA - Sintagma adjetival
- SN - Sintagma nominal
- SP - Sintagma preposicional

Introdução

O presente estudo surge como uma proposta de investigação sobre a constituição do português de Angola (PA) e o fenómeno da interferência linguística com o *cokwe*, constituindo, assim, um singelo contributo para a história da língua portuguesa (LP) em Angola. É na perspectiva morfossintática que pretendemos incidir a nossa análise, visto que a organização das palavras e a sua combinação no discurso se diferencia muito do padrão europeu.

Segundo Duarte (2000), a língua portuguesa em Angola sofre mudanças não só devido a fatores sociais, o tempo é um outro fator importante que se deve levar em conta no seio da comunidade dos falantes; salientam também as reanálises (não conscientes) que cada geração de falantes faz durante a aquisição da linguagem. A língua está submetida a mudanças que afetam aspetos morfossintáticos e até fonológicos. Este processo de mudança de uma língua não só acontece em Angola ou em países em que existem contactos entre línguas, pode acontecer em qualquer comunidade linguística. Um dos exemplos práticos deste processo foram as formas do futuro do indicativo e do condicional que, no português antigo, eram formas analíticas construídas com o infinitivo do verbo principal com formas abreviadas do presente e do imperfeito do verbo auxiliar e que, no português clássico, eram tidas como formas sintéticas; isto devido à reanálise do verbo auxiliar como desinência do verbo principal. A autora refere:

Porque a língua se encontra em permanente processo de mudança, quando nas produções dos falantes cultos duma comunidade linguística numa dada época se verifica uma acumulação daquilo que é considerado erro na língua padrão, tal fenómeno constitui em geral um sintoma de que está em curso um processo de mudança num determinado sistema de variedade padrão (Duarte, 2000:25-26).

É importante lembrar que, o processo de mutação linguística não ocorre apenas no léxico, no entanto, as construções frásicas e os sons podem sofrer mudanças. Toda a língua está sujeita a alterações e o português não fica à margem desse fenómeno. Deste modo, o português que falamos e escrevemos varia em função da nossa idade. Apesar de não sentirmos essa mudança, a língua acompanha-nos e adapta-se às nossas necessidades comunicativas, mas mantendo a nossa identidade. A mudança no português não só ocorre devido a esses fatores, mas também a outros como a localização geográfica e o grupo social ou profissional a que pertencemos (Mateus & Cardeira, 2007).

Há sempre uma tendência para a influência gramatical de línguas que coabitam na mesma sociedade, uma vez que *são os falantes que fazem a língua e não a língua que faz os falantes*. O português falado em Angola sofre modificações estruturalmente próximas das línguas autóctones, uma delas o *cokwe*. Importa, porém, aqui ressurtir que é o contexto social, não a estrutura das línguas envolvidas, que determina a direção e o grau de interferência, tal como afirma Faria (1996:483-520):

os fatores sociais são determinantes na criação de um dado enquadramento que condiciona e simultaneamente reflete a natureza do contacto linguístico: consoante as condições de convivência social e as relações de força entre comunidades, assim o grau e a extensão do contacto e os seus resultados

linguísticos; consoante os resultados linguísticos observados, assim se podem inferir *a posteriori* o grau e extensão do contacto do mesmo modo que o tipo de relacionamento social envolvente.

Ao abordarmos o processo de interferência linguística do português em Angola, pretendemos ilustrar quais são os grupos e famílias linguísticas existentes em África, e em que subfamília podemos encontrar o grupo bantu. Entretanto, eis aí alguns grupos e subgrupos de línguas africanas:

0.1. Línguas africanas

Quanto aos grupos e famílias de línguas, as línguas africanas encontram-se diversificadas em grupos distintos, e divididas por famílias. Greenberg (1963) classifica as línguas africanas em quatro grandes famílias linguísticas, elucidando como se segue as subfamílias de cada uma delas (cf. Chicuna, 2014):

- (i) **Família Afro-Asiática** (subfamílias: integra as línguas berberes do norte da África, as cushítica da Etiópia e da Somália, as semitas, incluindo o hebreu, o árabe e o aramaico);
- (ii) **Família Nilo-Sahariana** (subfamílias: Songhai, Chari-Nilo, sudanês, sahariano, fur, koman);
- (iii) **Família Congo-Cordofaniana** (subfamília: Níger-Congo e Cordofaniana). Na subfamília Níger-Congo, engloba numerosos grupos predominantes para sul do Sara, onde podemos destacar os bantu, a sul do Equador;
- (iv) **Família Khoisan** (subfamílias: Khoi, San, Sandaw, Iraquw, Hatsa ou Hadza). Fazem parte da família Khoisan as línguas dos pigmeus da floresta tropical do Congo Democrático e línguas faladas *com cliques* pelos povos kung, vulgarmente conhecidos como hotentotes, bosquímanos ou ainda como mukankala, em Angola.

De acordo com a classificação de Greenberg, as línguas bantu pertencem à subfamília Níger-Congo da família Congo-Cordofaniana. Porém, importa realçar que o cokwe pertence à família Congo-Cordofaniana da subfamília Níger-Congo do grupo das línguas bantu.

0.2. Línguas bantu

Segundo Chicuna (2014) o termo *bantu* foi utilizado pela primeira vez em 1862 pelo alemão Wilhelm Bleek, para se referir ao conjunto das línguas faladas maioritariamente na África subequatorial. Essas línguas apresentavam características comuns, desde os montes Camarões até à África do Sul; entretanto, designavam os seres humanos por *mntu* (singular) e *bantu* (plural). Kukanda (1986) afirma que Wilhelm Bleek não foi o primeiro em reconhecer estas unidades, portanto, o português B. Rebelo de Aragão reconheceu-as 200 anos antes. Em consequência de várias investigações, o termo *bantu* está associado a duas aceções: língua/cultura e população. Assim, quando se trata de línguas bantu, refere-se às línguas faladas com semelhanças de estruturas morfossintáticas, fonéticas, semânticas, lexicais e culturais registadas desde o sul dos Camarões até à África do Sul (cf. Chicuna, 2014). Por outro lado, o povo bantu designa as populações da África subequatorial que falam línguas da mesma

família, embora pertençam a diversas etnias, designando o ser humano de *muntu*, no singular, e *bantu*, no plural (Cf. Kukanda, 1986).

As línguas bantu faladas em Angola têm a mesma origem e o parentesco que as define une-as por fortes traços comuns. Os atuais bantófonos de Angola resultam de uma expansão protobantu congolês que teria progredido através da espessa floresta da região equatorial e pelos rios Songha e Ubangui até à zona do Zaire e Angola. Deste expansionismo e dispersão migratória dos povos pelo atual território angolano teriam nascido os diferentes idiomas bantu existentes em Angola (Costa, 2006).

Dado o fator multiétnico das sociedades africanas, verifica-se o plurilinguismo em todos os países colonizados por Europa. Deste modo, é muito comum em África, o nome de uma língua corresponder à designação de uma determinada etnia (cf. Chicuna, 2014). Para Obenga (1985), classificar as línguas bantu significa classificar as diferentes etnias bantu, uma vez que estas têm a mesma designação para se referir aos seus falares. Desta forma, em África, o nome de uma etnia é semelhante ao das línguas que a mesma fala. Ainda na visão do mesmo autor, realça que os nomes derivam do nome das respetivas etnias.

Redinha (1975) classificou as línguas bantu em 9 grupos principais, nomeadamente:

1. Língua cokwe;
2. Língua kimbundu;
3. Língua kikongo;
4. Língua ngangela;
5. Língua olunyaneka;
6. Língua oshihelero;
7. Língua ovakwanyama;
8. Língua oshindonga;
9. Língua umbundu.

Para além das línguas classificadas acima, importa realçar que na região leste de Angola ainda existem outras línguas que convivem com o cokwe, nomeadamente, lunda, ukongo, matapa, uxinji, minungo, mai, lulua e luba (Martins, 1990).

Apesar da diversidade linguística existente em Angola, importa ressaltar que existem intercomunicações entre a fala das diferentes línguas bantu, pois são línguas que têm traços comuns e na visão de alguns autores são consideradas línguas irmãs (cf. Chicuna, 2014). Para Dubois *et al.* (1973, *apud* Chicuna, 2014) que esmiúçam sobre as línguas irmãs, elas são línguas com ramificações divergentes, mas que pertencem a uma mesma língua antiga. Um dos exemplos de línguas irmãs é o português; o francês; o italiano e o espanhol; estas são línguas irmãs porque procedem do latim, sendo que o latim é língua mãe. O autor refere que a língua mãe é a língua cuja evolução resultou e conduziu às línguas tomadas como referência.

As línguas bantu têm sido estudadas desde meados do século XIX, são muitos os autores que classificam as línguas bantu com base em critérios genéticos, dentre eles: Guthrie, 1967; Greenberg, 1963; Grimes, 1996; Maho, 2008. O método de comprovação aplicado às línguas europeias para a descoberta das relações entre o sânscrito e as línguas clássicas europeias

também foi aplicado às línguas africanas (Guthrie, 1967; Ngunga, 2004). Segundo Ruhlem (1996), todas as línguas bantu são muito semelhantes, em muitos casos pode facilitar-se a intercomunicação de algumas expressões, concretamente, nos países onde são faladas a língua bantu.

Undolo (2016) reforça essa ideia ao afirmar que as línguas bantu se referem a todas as línguas faladas do sul dos Camarões até à África do Sul e que têm similaridades morfossintáticas, fonéticas, semânticas e lexicais. Importa sublinhar que a designação *bantu* não retrata apenas um grupo isolado bantu, trata-se de uma designação que os antropólogos encontraram para identificar o grande grupo de povos que habitam o sul do Sara (Sousa, 2012).

0.3. Características das línguas bantu

As línguas bantu possuem características próprias que as distinguem das línguas latinas. Eis aí as características gerais segundo Chicuna (2014):

- ✓ Os nomes são caracterizados pela prefixação dos morfemas flexionais;
- ✓ O sistema das línguas bantu apresenta um sistema de classes que se encontra caracterizado por vários prefixos nominais, que indicam o singular e o plural sendo que cada classe corresponde a um número;
- ✓ Os nomes classificam-se em função dos seus prefixos do singular e do plural;
- ✓ O uso do tom pela maioria das línguas bantu. O tom é a variação de altura no interior de um mesmo lexema que permite a oposição de duas unidades lexicais de sentido diferente, mas com o mesmo contexto fonético;
- ✓ O sistema vocálico é simétrico: comporta uma vogal central (a), duas vogais anteriores (i, e) e duas vogais posteriores (u, o);
- ✓ As consoantes orais precedidas de consoantes nasais formam grupos indivisíveis;
- ✓ Não existem artigos nas línguas bantu;
- ✓ Apresentam inexistência de géneros com conotação sexual.

A influência das línguas bantu no PA é um fator que contribui no seio da comunidade de falantes angolanos para o fraco domínio da norma-padrão europeia do português, uma dessas influências é a articulação das frases sem concordância de género, é muito comum ouvir as seguintes articulações nos angolanos: *os pai, as casa, os pioneiro, as camarada*, etc. (Marques, 1983).

Segundo Marques (1983), a variedade do PA usa a lógica gramatical bantu: por exemplo, o artigo português pode confundir-se com o prefixo e a sua função nas LM, nas línguas bantu, os pronomes possessivos praticamente não têm flexão do género, o género do nome não influencia na forma do possessivo.

Exemplo:

Tata (o meu pai).

Mama (a minha mãe).

Veja-se a caracterização dos nomes em função da prefixação do morfema flexional, tal como já foi referido no primeiro item acima:

PREFIXO DE CLASSE			EXEMPLIFICAÇÃO		
Classe	Singular	Plural	Singular	Plural	Português
1 ^a	Um	A	Mutu	Atu	Pessoa/s.
2 ^a	Um	Mi	Mutondo	Mitondo	Árvore/s, pau, madeira
3 ^a	Ci	I	Cipaya	Ipaya	Ombro/s.
4 ^a	Li	Ma	Lizo	Mazo	Dente/s.
5 ^a	U	Maw	Uta	Mawta (Mata)	Espingarda/s.
		U	Wenvu	Wenvu	Barba/s.
6 ^a	Lu	Malu	Lunga	Malunga	Homem/s.
7 ^a	Tu	Matu	Tulu	Matulu	Tórax/ces.
8 ^a	Ku	Maku	Kumbi	Makumbi	Espécie de cegonha
9 ^a	I	Ji	Yimbya	Jimbya	Panela/s, tacho/s.
10 ^a	K	Tu	Kasumbi	Tusumbi	Galinha/s.

Fonte: Martins (1990:37).

Tabela 1- Classe dos prefixos nominais dos substantivos na língua cokwe

0.4. Localização e sua classificação

As línguas bantu são faladas nos seguintes territórios: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, uma parte dos Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Lesotho, Malawi, Moçambique, no norte da Namíbia, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Swazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Greenberg (1963), ao classificar as línguas africanas, integra, as línguas bantu na família Congo-Cordofaniana. As línguas bantu encontram-se subdivididas entre os bantuídeo, um dos quatro grupos do benué-congo, um dos seis ramos da subfamília Níger-Congo, esta por sua vez é uma das subfamílias da família Congo-Cordofaniana. Segundo estudo feito por Guthrie (1948), na década de 40, agrupou as línguas bantu em quinze *zonas* geográficas, representadas por letras maiúsculas, dentre elas: A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R, S, sendo que cada zona linguística está representada por vários grupos de línguas, estabelecidos conforme critérios de proximidade/distanciamento linguístico e geográfico, em consequência das proximidades genealógicas. Desta maneira, cada grupo é codificado por um número decimal sufixado à letra do código da respetiva zona (Chicuna, 2014). As zonas são subdivididas em grupos cujas línguas têm semelhanças gramaticais e são tão similares que chegam a ser em grande medida mutuamente decifráveis (Cole, 1961).

Segundo Altuna (1985), para além do nítido parentesco linguístico, os povos bantu conservam um fundo de crenças, ritos e costumes similares, uma cultura com traços específicos e idênticos que os assemelha e agrupa, ainda que se encontrem subdivididos em múltiplos grupos de características culturais acidentais muito variáveis e com uma história diversa e até antagónica. O autor refere que as línguas bantu têm um tal grau de parentesco que só se compreende partindo de um tronco comum primitivo, esta origem dilacerou nos séculos que precederam e

seguiram imediatamente o nascimento de Cristo, o que segundo o autor considera de *séculos obscuros da África negra*.

Os povos bantu englobam cerca de cento e cinquenta milhões de pessoas, aparecem com características étnicas e culturais comuns tal como já foi aludido, e formam um dos grupos humanos mais importantes da África, estão espalhados desde a orla sudanesa até ao Cabo e desde o Atlântico ao Índico (*Ibid.*, 1985).

0.5. Razões da escolha do tema

Xavier e Mateus (2007) apoiando-se em Dubois *et al.* (1973, *apud* Chicuna, 2014), definem a variação como um fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa época, num outro lugar e num outro grupo social. Visto que em Angola existe uma situação linguística diferente relativamente ao português do padrão europeu, e que nunca foi suficientemente descrita, pretende-se com este trabalho contribuir para a descrição das características morfossintáticas do PA.

Esse padrão europeu é o utilizado no processo de ensino e aprendizagem e nos contextos formais. Entretanto, recorrer a este padrão torna alguns falantes inibidos, o que segundo Jouët-Pastré (2008) consente com a lamentação de Mateus (2005), quando esta autora afirma que, infelizmente, há poucos estudos sobre o português falado na África. Procuramos contribuir na vitalização da variedade do PA e a sua possível normalização, para ponderar as necessidades socioculturais.

Apoiamo-nos em estudos já realizados sobre o sistema linguístico em Angola que genericamente fundamentam a existência de uma norma de português com as suas próprias especificidades de acordo com a realidade sociolinguística. Para o efeito, subtemo-nos a apresentar nesta justificação o nosso contributo. Adriano (2014:76) refere:

Deste modo, a norma é vista como uma força centrípeta que procura contrapor a variação e a mudança linguística, sobretudo o desvio linguístico. A variação das línguas é o seu modo de vida. Sabendo-se que as línguas variam porque estão vivas.

Este trabalho justifica-se porque, se a variação do português em Angola for bem estudada poderá proporcionar largas vantagens aos falantes, tais como:

- ✓ Influenciar a forma decisiva na normalização do português falado em Angola.
- ✓ Conhecer e respeitar a especificidade comunicativa dos falantes que têm o *cokwe* como L1 e o português como L2.

Desta forma, afigura-se como fundamental que estas situações sejam alvo de uma investigação adequada, com intuito de se desenvolverem planos de intervenção eficaz. Sabe-se, aliás, que um dos fatores determinantes desta eficácia é a precocidade da intervenção.

0.6. Objeto da investigação

Para o presente trabalho temos como objeto de estudo o fenómeno de interferência do *cokwe* no PA, que resulta dos contactos entre as línguas autóctones com a LP; em consequência disso,

os falantes do PA transportam a lógica gramatical das línguas bantu para o português que efetivamente ganha uma peculiaridade, por conseguinte, a caracterização morfossintática do PA é, também, o nosso objeto de estudo, visto que, as estruturas frásicas que ocorrem no PA estão caracterizadas pela falta de concordância de género e/ou número; alteração indevida dos pronomes; emprego da preposição em contextos obrigatórios da contração; emprego de *você* com o verbo na segunda pessoa e uso do verbo *ter* com valor existencial. As construções dessa natureza seriam entendidas como agramaticais segundo a norma-padrão do PE.

0.7. Objetivos do trabalho

O conceito de norma linguística é tido como um padrão que toda comunidade falante de uma língua está sujeita a seguir de forma obrigatória, aquilo que se aprova como normativo. Adriano (2014) define a norma como um padrão de uso apropriado da escrita e da fala em situações de intercomunicações linguísticas. A norma está correlacionada com as classes prestigiadas e escolarizadas o que as distingue das classes menos instruídas. Uma língua sofre mudanças em vários níveis; este fenómeno é perceptível quando se institui uma variedade estável e homogénea como norma padrão. Assim, num determinado território podem existir inúmeras variedades, porém, só uma ganha o prestígio de língua padrão, que funciona como língua oficial, de cultura e de escolaridade (Adriano, 2014).

Deste modo, concordamos com Marques (1983) ao referir que Angola carece de um levantamento do português fundamental, isto é, a variante mais usual no convívio social na compreensão, expressão oral e expressão escrita. A autora aprofunda ainda que o país carece de estudos apurados sobre a descrição fonética, morfossintática e semântica, que vislumbrem as marcas do PA em consequência do contacto interlinguístico, ou seja, como resultado do processo evolutivo da língua.

Logo, propusemo-nos descrever a variedade linguística do PA e compreender que o fenómeno de interferência do *cokwe* com o português em Angola é um facto associado à realidade sociolinguística. Desta forma, propomos a possibilidade de se instituir a variação do PA como norma padrão.

Assim sendo, concordamos com Nzau (2016), ao referir que em Angola há necessidades de conjugação de fatores para viabilizar a situação linguística, tal como Marques (1983) refere:

- ✓ o estabelecimento de um português padrão angolano;
- ✓ a definição e descrição da variante do português angolano a ser ensinada;
- ✓ a reorientação da problemática das normas linguísticas como a revisão e estruturação das gramáticas descritivas e normativas;
- ✓ o estabelecimento de critérios para a ortografia oficial das línguas;
- ✓ a elaboração de métodos adequados ao ensino da LP e das línguas nacionais de origem africana;
- ✓ a produção de material didático que permita a realização dos objetivos, conteúdos programáticos e aplicação dos métodos e técnicas de ensino.

0.8. Estudos anteriores referentes ao tema

Há muitos estudos sobre a constituição histórica do português de Angola. Importa destacar: Nzau (2012) que aborda como a língua portuguesa entrou em Angola; a obra de Alexandre António da Costa Luís que espelha os espaços geográficos onde existem comunidades de falantes de LP, onde destacamos o artigo de Costa (2016) que para além de relatar a constituição histórica do português em Angola, retrata a situação sociolinguística do país, o contacto do português com as línguas bantu, e a interferência existente entre o português e o umbundu, etc.; portanto, há que salientar os trabalhos de Nzau (2011), que esmiúçam as políticas linguísticas no período colonial e fornecem subsídios para uma perspectiva didática do ensino do português; Marques (1983) e Barros (2002) relatam a existência de uma variedade do português em Angola que carece de descrição e subsequentemente de uma normalização, tal como nos afirma Mingas (1998:115)

[...] uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos português de Angola ou angolano à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o angolano apresenta já especificidades próprias [...] Pensamos que, no nosso país, o português de Angola sobrepor-se-á ao português padrão como língua segunda dos angolanos.

Assim, no que concerne à caracterização morfossintática do PA, o grande destaque vai para o trabalho de Adriano (2014), onde o autor ilustra algumas expressões fráscas desviantes em relação ao padrão europeu; Undolo (2016) vislumbra a variedade do PA e contacto com as línguas bantu. Portanto, nunca existiram estudos sobre o fenómeno da interferência linguística do português com o cokwe, entretanto, importa realçar que existem poucos estudos sobre a língua cokwe. Dos estudos feitos versados na linguística, o grande destaque vai para a obra de Martins (1990), que serviu de grande suporte para a nossa investigação; o dicionário cokwe-português de Adriano Barbosa (1989); existem autores congolesees que fizeram estudos gramaticais na língua cokwe e publicados na língua francesa, resultado da existência do povo cokwe no ex-Zaire, atual República Democrática do Congo. É de sublinhar que os trabalhos feitos sobre a língua cokwe estão mais versados na mitologia, história, antropologia e etnografia. No que diz respeito ao fenómeno de interferência linguística, apenas existem estudos sobre a interferência das línguas bantu (de modo abrangente), como destaque a obra de Costa (2006); Mendoça (2014); de uma forma específica, apenas existem estudos sobre a interferência do kimbundu, como é o caso de Mingas (2000); estudo sobre a língua kyombe de Chicuna (2014), e noutras línguas de origem bantu. Quanto a língua cokwe como tal, apenas existe um estudo sobre a variedade do PA nos falantes do português como língua segunda (L2), a de Inverno (2005).

0.9. Organização do trabalho

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo destacamos a caracterização histórica e geográfica de Angola, e apresentamos uma breve abordagem da situação linguística de Angola (de que maneira a LP portuguesa passou a ser língua do povo

angolano, quais são os fenómenos incorporados no PA, e qual é o estatuto do português no país).

No segundo capítulo abordamos a origem do povo cokwe, as suas trajetórias, as conquistas, ocupações de terras e a sua localização geográfica. No mesmo capítulo elucidamos os elementos gramaticais da língua cokwe, realçamos como se encontra estruturado o sistema linguístico cokwe (sobretudo, a morfologia e sintaxe, e sem deixar de fora a fonética e lexicologia cokwe). O terceiro capítulo é dedicado a fundamentação teórica: desenvolvemos abordagens linguísticas sobre duas correntes, nomeadamente, a corrente estruturalista e a análise linguística generativa (definimos e ilustramos objetos de estudo da morfologia e da sintaxe, relacionamos as duas áreas dentro do campo da linguística descritiva).

No quarto capítulo abordamos os métodos utilizados para a fundamentação do nosso trabalho e apresentamos os dados dos informantes e os dados empíricos que serviram de base para a nossa investigação.

O quinto capítulo é dedicado a análises linguísticas do *corpus* retirado das pesquisas documentais e ocupamo-nos de descrever os fenómenos linguísticos ocorrentes no PA, concretamente as estruturas morfossintáticas e, de forma subsequente, fazemos um estudo comparativo em relação à norma-padrão europeia e, finalmente, apresentamos as conclusões.

Capítulo I: Constituição histórica do português de Angola

1.1. Caracterização histórica e geográfica de Angola

Angola é um país da costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, está limitado entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' latitudes sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' longitude Este de Greenwich. Tem uma superfície total de 1. 246, 700 km², sendo que, a sua costa se estende por 1. 650 km. Possui uma fronteira terrestre de 4. 837 km. O seu comprimento máximo de norte a sul é de 1. 277 km. A sua largura máxima no sentido Oeste-Leste é de 1. 236 km (cf. Adriano, 2014). Quanto à sua população, estimativas definitivas do censo geral realizado em 2014 indicam que a população angolana é de 25.789.024 habitantes¹. O país é composto por um grande mosaico linguístico sendo que as etnias de maior peso demográfico são os ovimbundu, os ambundu e os bakongo.

O clima de Angola é húmido, caracteriza-se por duas estações, nomeadamente a das chuvas, de outubro a abril e a seca, conhecida por Cacimbo, de maio a agosto, com temperaturas mais baixas. O País é detentor de extensas praias na costa, de norte a sul e com uma área bastante fértil no seu interior. Quanto ao relevo angolano caracteriza-se por um maciço de terras altas, que se encontra limitada por uma estreita faixa de terra baixa, costeira (planície litoral), cuja altura varia entre os 0 e os 20 m. Há ainda montanhas e planaltos com uma elevação acima dos 200 m. A região planáltica varia entre os 100 m e os 1500 m, que ocupa a maior parte do país. Acima dos 1. 500 m e até aos 2. 000 m encontra-se uma região no centro do país não muito extensa, que se prolonga um pouco para sul até às províncias meridionais. No que concerne às fronteiras, o país está limitado pela República da Zâmbia a Este e a Sudeste; a Sul pela República da Namíbia; o Oceano Atlântico a Oeste; a República do Congo a Noroeste e a República Democrática do Congo a Norte e a Leste. O país conta com dezoito províncias, nomeadamente: Luanda (capital), Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Malange, Kuando-Kubango, Kwanza-Sul, Bié, Benguela, Huambo, Huíla, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Kwanza-Norte, Namibe, Cunene, Moxico (Adriano, 2014).

Em termos de condicionamento histórico, o território angolano albergou, ao longo do tempo, populações de diversas etnias. A República de Angola é resultado de um conjunto de antigos reinos africanos, com a ratificação das fronteiras na conferência de Berlim em 1848. O país foi reconhecido como colónia de Portugal. Importa, porém, realçar que as divisões feitas na referida conferência não eram naturais, pois separaram povos pertencentes ao mesmo reino

¹ http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/4/21/Angola-Setenta-porcento-populacao-angolana-fala-Lingua-Portuguesa,78d9e71b-2fe4-456d-b473-e1f3977d845e.html [Consulta: dezembro de 2017]

(Adriano, 2014). Assim, antes dos povos bantu, no território angolano já habitavam os povos khoisan e vatwa. Este último povo segundo Undolo (2016) é formado por kwepe e kwisi. Em 1482, uma frota comandada pelo navegador português Diogo Cão atinge a foz do rio Congo. Eram os primeiros contactos entre o reino do Congo e os portugueses. Em princípio, as relações eram pacíficas. Inicialmente, os portugueses fixaram-se no litoral de Angola. Porém, essas relações foram quebradas pelos interesses expansionistas do reino de Portugal, tendo desencadeado as chamadas guerras coloniais, que se traduziram em massacres. Como é sabido, os colonialistas estavam muito avançados em termos de desenvolvimento tecnológico, em comparação com os angolanos, o que lhes permitiu que se impusessem sobre estes (cf. Adriano, 2014).

De entre os interesses dos colonizadores portugueses apontam-se cinco objetivos, segundo Júnior (2011):

- (i) o estabelecimento de colónias agrícolas na costa;
- (ii) a conquista de espaços territoriais amplos no interior;
- (iii) a identificação de minas de prata;
- (iv) o controlo da rota do comércio do sal;
- (v) a criação de uma comunidade cristã.

Desde o século XV, Portugal já desenvolvia o seu plano estratégico de expansionismo no âmbito do domínio da navegação marítima e era a unidade política mais expressiva no domínio marítimo. A conquista de Ceuta em 1415 permitiu reestruturar o pensamento que serviu de esteio para que nos séculos posteriores a expansão ultramarina abrisse as portas para a fase da navegação oceânica, da exploração geográfica e da conquista militar (Júnior, 2011). Entretanto, importa aqui referenciar outras terras conquistadas, nomeadamente Porto Santo e Madeira, entre 1418 e 1419, Canárias e Açores, entre 1424 e 1427, e outras terras longínquas na América, Ásia e África. No continente africano, para além de outras terras, atingiram Cabo Verde e a Costa da Guiné entre 1444 e 1445; São Tomé e Príncipe, em 1471; Angola em 1482 como já foi aludido acima (cf. Adriano, 2014).

Angola foi a principal colónia portuguesa que forneceu mais escravos ao Brasil. Na verdade, a presença portuguesa limitou-se, até ao século XIX, a umas poucas localidades costeiras e só depois é que se iniciou a exploração do interior. Nos anos 70 do século XX, o povoamento português atingiu o seu auge, com uma proporção de quase 10% da população total. Mas a migração dos portugueses teve como consequência apenas uma reduzida miscigenação entre portugueses e africanos. A quota-parte dos portugueses perfazia em 1970 apenas 8%. (Endruschat *et al.*, 2015).

Os colonizadores constituíram uma nação soberana, tendo em conta a hegemonia que exerciam sobre os colonizados, obrigando-os a desenvolverem a sua cultura. Instituíram trabalhos forçados e o tráfico de trabalhadores africanos como escravos com violência, privando os nativos dos seus direitos (Undolo, 2016). A resistência dos angolanos estendeu-se por quatro séculos de luta contra o regime colonial. Após isso, os portugueses conseguiram alcançar o domínio completo do país, isto é, em 1926. No dia 4 de fevereiro de 1961, os Angolanos

começaram uma luta pela emancipação, que resultou, no dia 11 de novembro de 1975, na Independência de Angola. Após esse período, irrompeu também uma guerra civil e fratricida sem precedentes, sobretudo nas zonas rurais, numa primeira fase. Deu-se posteriormente uma grande massa populacional branca e de quadros angolanos, que se colocou em fuga para outros países, o que desencadeou a destruição de muitas infraestruturas. Angola cooperou com alguns países socialistas em termos de ensino e cultura (Adriano, 2014).

Em 1992, a guerra civil afetou as zonas urbanas. Registou-se a diminuição da produtividade e o aumento da atividade comercial informal, bem como os negócios obscuros, o que contribuiu para a pobreza das populações, por um lado, e a emergência de grupos milionários por outro (cf. Barros, 1999). A guerra civil terminou em 2002. Com a paz, o país está em vias de desenvolvimento, as ações do Governo visam reconstruir e aumentar as infraestruturas diversas de modo a melhorar as condições de vida das populações, concretamente, água, energia, saúde, educação e reabilitação das estradas, entre outros. Em consequência disso, abriram-se as portas para muitos investidores estrangeiros, sendo os chineses os que mais se destacam (Adriano, 2014).

1.2. A situação linguística de Angola e o português

O contacto entre línguas é um fenómeno muito comum na história da linguística e no seio das sociedades entre todas as comunidades linguísticas do mundo, visto que a delimitação política das fronteiras não coincide muito com as fronteiras linguísticas. A emigração para os países estrangeiros, a colonização ou a ocupação de outros países pelo simples facto de se aprenderem línguas estrangeiras conduzem a uma inevitável coabitação linguística (Faria, 1996).

O português é língua oficial porque é a única língua principal dos órgãos de comunicação social, do discurso pedagógico, técnico-científico, do exército, da literatura e dos mais distintos setores culturais, decorrendo do estatuto oficial (cf. Undolo, 2016). A adoção do português como língua oficial tem sido entendida como mecanismo conducente à integração nacional, relativamente à *angolanidade*. As línguas autóctones são reconhecidas como nacionais. Porém, nenhuma delas permite o acesso aos domínios oficiais da vida nacional ou servir de língua franca de uma província para outra. Este facto tem trazido constrangimento, sobretudo, na atual política linguística de Angola. A LP é a única que transborda todo o território angolano e é considerada oficial. O conceito de língua nacional no contexto angolano refere-se as línguas nativas (Undolo, 2016).

Mateus & Cardeira (2007) explicam que a norma linguística não é apenas aquilo que é normal no sentido comum ou regular, mas aquilo que a sociedade aprova e cita como normativo. Os autores defendem que o padrão pode coincidir com uma variedade ou dialeto de maior prestígio social, sendo que a norma do português europeu (PE) está muito próxima do padrão ideal linguístico da comunidade dos falantes da LP, o que não acontece no PA. Não obstante, antes de mais detalhes, vamos ver o conceito daquilo que é considerado norma no ponto de vista dos autores:

Norma linguística é a modalidade linguística escolhida por uma sociedade enquanto modelo de comunicação. É, portanto, um modelo, um padrão supradialetal. E esse padrão pode concretizar-se em duas vertentes, a escrita e a oral. Na vertente escrita as regras são mais rígidas e determinadas, em grande parte pela tradição literária (Mateus & Cardeira, 2007:21).

O PA diferencia-se muito da norma padrão europeia, tal como uma determinada cultura define os seus hábitos e costumes. É o mesmo que pode ocorrer numa língua. Os falantes definem qual é a norma que se adequa com à sua realidade sociolinguística. Numa dada comunidade é aceite como norma culta tal como já referimos, aquela que ostenta maior prestígio social e que é usada no contexto escolar (Mateus & Cardeira, 2007). A autora refere:

A institucionalização da norma depende de fatores que não são linguísticos: na verdade, de um ponto de vista estritamente linguístico, qualquer língua é um sistema heterogéneo, aberto e dinâmico, em constante mudança e caracterizado pela variação (se a sociedade é heterogénea, uma língua homogénea seria disfuncional). E qualquer variedade de uma língua é, também ela, um sistema que varia e se transforma. Não se pode dizer, portanto, que algumas variedades são 'melhores' que outras: todas são sistemas complexos, a que recorreremos em momentos diferentes (Mateus & Cardeira, 2007:14).

Sendo a língua um fator importante de identidade cultural de um determinado povo, Sousa (2012:27-28) afirma o seguinte:

a cultura, ou seja, o seu conceito, engloba todo o processo de elaboração do homem em todos os seus sentidos. O que os antropólogos fazem para que existam várias considerações é a elaboração do conceito, uma forma dinâmica de atualização do próprio campo de conhecimento que a cada época se adapta ao saber produzido.

A cultura está associada à identidade de um grupo, uma coletividade, um povo, uma nação. Daí estudar cultura significa para nós estudar o homem na sua plenitude (biológica, psicológica e social).

No PA é muito comum a omissão da marca do plural nos nomes e adjetivos. De facto, a descrição destes aspetos de acordo com Adriano (2014) só é possível se tivermos em conta a estrutura morfossintática.

De acordo com a gramática descritiva do português de Raposo *et al.* (2013), no que se refere ao aspeto morfossintático, as alterações gramaticais registadas no PA incluem o uso do infinitivo flexionado e do modo indicativo em contexto excluído pelo português europeu; uso do pronome clítico *lhe* com valor de objeto direto; o enfraquecimento da morfologia flexional verbal e nominal; a neutralização das diferentes formas de que o PE dispõe para a referência à 2.^a pessoa.

Deve-se, entretanto, ter em conta que a mudança que ocorre em situações de contacto linguístico não se pode confundir com mudança de uma língua, trata-se de um mesmo processo, mas com mudanças e consequências diferentes. Toda e qualquer língua está exposta a influências exógenas, e essa influência pode contribuir para mudanças estruturais das frases; e este tipo de mudança é realizado pelos falantes que têm uma língua de partida e uma língua

de chegada, numa situação de contactos com outras línguas, no caso de Angola, o contacto do português com o cokwe há tendência a aproximar-se progressivamente do sistema da LP, introduzindo-lhe modificações em partes explicáveis pelo sistema prévio que possuem na língua de origem (LO) no caso, língua cokwe (Faria, 1996). É o que acontece com o português em Angola, transcorre uma diferença de heterogeneidade idiomática, isto porque é a única língua veicular e de escolaridade. Admite-se que em Angola, os falantes da LP não possuem a mesma competência comunicativa. Segundo Costa (2006) não existem dados estatísticos exatos acerca do número de falantes. São seis os sistemas linguísticos autóctones de maior difusão de origem bantu que coabitam com a LP, nomeadamente o kimbundu, kikongo, umbundu, cokwe, mbunda e cuanhama², embora, como se afirmou, nenhum deles tenha alcançado o estatuto de uma língua falada em toda a dimensão do território nacional. A LP, enquanto instrumento de intercomunicação verbal em permanente dinâmica, não se pode eximir ao contágio das línguas autóctones de origem bantu, desde os tempos mais recuados, ainda assim, a ação de hostilização dos fundamentos culturais do povo colonizado conduzida pelo sistema colonial não foi capaz de intercalar o contacto linguístico (Costa, 2006). Adriano (2014) reitera a mesma ideia em relação às várias e distintas línguas de origem bantu que convivem com o português, o que contribui para a variação linguística do PA. O autor defende a emergência de uma variedade do português diferente do PE. Tal como já foi referenciado, apesar das várias línguas existentes em Angola, o português é a única língua que rompe todas as fronteiras etnolinguísticas, e a única que serve como meio de comunicação entre as diferentes etnias existentes em Angola.

Sousa (2012) frisa que o mosaico étnico-cultural que ocupa o território angolano, independentemente dos contactos entre povos uns movidos por guerras de agregação de terras, outros forçados pela colonização, e ainda outros, como resultado da modernidade ou facilidade de comunicação é notável o modelo cultural de cada povo que resiste às várias insinuações para a mudança predatória. Por outro lado, deve-se destacar que as resistências à preservação cultural são motivadas pelo espírito da manutenção da identidade cultural, construída durante várias épocas, e que constitui a memória de um povo neste sentido, apesar de se importarem os valores de outros grupos e incorporados noutros, normalmente são dilapidados e adaptados de forma a não serem autênticos (*Ibid.*, 2012).

Importa aqui ilustrar alguns grupos etnolinguísticos de Angola e as suas respetivas línguas, como se segue no quadro abaixo, que pertencem ao grupo bantu:

Nº	Grupos etnolinguístico	Língua
01	Ovimbundu	Umbundu
02	Ambundu	Kimbundu
03	Tucokwe	Cokwe
04	Bacongo	Kikongo
05	Vangangela	Ngangela

² Instituto de línguas Nacionais, Boletim N° I, Luanda, 1987.

06	Ovanyaneka-Khumbi	Olunyaneka
07	Ovachelelo	Oshihelelo
08	Ovambo	Oshikwanhama Oschindonga

Fonte: (Adriano, 2014:56).

Tabela 2- Grupos etnolinguísticos bantu

Para além das línguas bantu, o país conta com outros grupos etnolinguísticos não bantu, conforme elucidado no quadro abaixo:

Nº	Grupo	Subgrupo	Língua
01	Khoisan	vankakala (kamusekele ou bosquímane)	hotentote (khoi)
		1 hotentote (ou kede)	
02	vátwa ou kuroka	ovakwando (ou kisi)	kankala (san)
		2 ovakwepe (ou kwepe)	

Fonte: Adriano (2014:57).

Tabela 3 - Grupos etnolinguísticos não bantu

É sabido que as interferências no PA ocorrem também no sentido lexical, mas quando se trata de interferência lexical, obviamente não viola a estrutura e a identidade de uma língua, muito pelo contrário enriquece os vocábulos nesta mesma língua, mas a interferência quando é de natureza lógico-gramatical provoca rutura, alguma das quais profunda na estrutura interna, que caracteriza o sistema linguístico (Costa 2006).

Os povos khoisan e vakankala são bastante reduzidos em Angola. Limitam-se ao sul de Angola, mais concretamente às províncias da Huíla, Cunene e Kuando-Kubango. As suas principais atividades são a caça e a agricultura. Muitas das vezes é difícil fazer um estudo das suas línguas pelo facto de serem seminómadas. Adriano (2014) faz menção de um aspeto muito comum em que muitos dos vankakalas falam a língua bantu ao passo que poucos são os bantu que falam a língua vankakala. Angola é um país multilingue, o que às vezes faz com que tenha sido muito difícil distinguir as línguas do dialeto e saber exatamente quantas línguas existem em Angola. Em consequência dessas dificuldades, muitos autores têm tido dificuldades em distinguir uma língua, um grupo de línguas ou dialeto, tudo isso porque em Angola uma mesma variedade linguística tem diferentes nomenclaturas. Tendo em conta a dificuldade que existe para se distinguir a língua do dialeto, no contexto angolano, porém, o Instituto de Geodésia e Cartografia de Angola menciona apenas 10 línguas, nomeadamente: o umbundu, o kimbundu, o oshindonga, o cokwe, o herero, o kwanyama, o ngangela, o kikongo, o nyaneka-humbi e o san. Por isso, para mitigar o equívoco da referida indefinição terminológica, ou seja, o facto

de uma variedade linguística ser língua ou dialeto, o termo que mais se aplica em Angola é grupo etnolinguístico (*Ibid.*, 2014).

Segundo Raposo (1984), o que determina se um sistema de comunicação é língua ou dialeto são as fronteiras políticas, os interesses culturais e a história comum, não as questões linguísticas e gramaticais.

No que diz respeito ao modo indicativo, as alterações relevantes registadas no PA usam-se em contextos em que o PE requer o modo conjuntivo, nomeadamente em frases introduzidas pelo advérbio *talvez* e diferentes tipos de orações subordinadas, adverbiais e completivas. A forma dativa do pronome pessoal de 3ª pessoa *lhe* ocorre frequentemente em contextos nos quais em PE exigem as formas acusativas *o* e *a*. É muito frequente o uso da morfologia verbal da 3.ª pessoa do singular com sujeito semântico da 2.ª pessoa do singular. No discurso de falantes com escolaridade baixa é frequente o cancelamento de marcas de género e número no sintagma nominal (SN) nos elementos pospostos ao núcleo nominal (Raposo, 2013). Verifica-se a tendência para abandonar a forma da 2ª pessoa do singular do imperativo, sendo usadas, em seu lugar, as formas do conjuntivo que coocorrem com os pronomes *você/vocês* em PE. Este fenómeno geralmente ocorre em todos os falantes, podendo ocorrer no discurso oral ou escrito de pessoas cultas (Raposo, 2013).

Segundo Endruschat *et al.* (2015) além do português, em Angola falam-se cerca de 100 línguas africanas que se encontram agrupadas em onze famílias maiores, conforme já foi referenciado. Do ponto de vista tipológico, estas famílias pertencem, por um lado, às línguas bantu e, por outro, às línguas khoisan.

Em Angola, a situação de bilinguismo registada é muito comum em pessoas de camadas de todos os estratos e cada uma das línguas é preferencialmente utilizada com determinados fins em determinadas circunstâncias, aquilo que Faria considera diglossia (Faria, 1996). Contudo, a região da Lunda-Norte é muito diferente das demais regiões, em termos de utilização das línguas. Nesta região é muito comum o uso das duas línguas, *cokwe* e português, em qualquer circunstância, mesmo em situação formal de comunicação como, por exemplo, em instituições públicas. O *cokwe* é mais usado em detrimento do português, isso ocorre entre os indivíduos nativos, mas quando há necessidade de interação com um interlocutor sem o domínio do *cokwe* ou falante de outra língua bantu, nestes casos, o português é a língua operacional (cf. Undolo, 2016).

Apesar de alguns casos apresentados na análise de *corpus* estarem relacionados com a língua kimbundu, importa frisar que não significa que esta tentativa de análise contrastiva não seja extensiva a outros idiomas autóctones, uma vez que as línguas bantu faladas em Angola, além de serem geneticamente aparentadas, são caracterizadas, na globalidade, pelos mesmos mecanismos de funcionamento (cf. Costa, 2006). Tal como refere Costa (2016:369):

Se tivermos em conta que qualquer língua transporta consigo a cultura de um povo, podemos, pois, admitir que o termo *bantu* seja de facto isso: línguas semelhantes fonética e morfologicamente, transportando estruturas semânticas lexicais e culturais. Do dito em linhas gerais, podemos aferir que o povo bantu

fala uma língua que pertence à mesma família de línguas, embora englobe etnias diversificadas.

Altuna (1985) alerta que a designação *bantu* não se refere a uma unidade racial, entretanto, a expansão migratória desse povo originou uma enorme variedade de cruzamentos, tal como refere: «Há aproximadamente 500 povos bantu. Assim, não se pode falar de “raça bantu”, mas de “povos bantu”, isto é, comunidades culturais com civilização comum e línguas emparentadas» (Ibid., 1985:17).

Para Adriano (2014), o português em Angola ainda não foi suficientemente descrito, apesar de existirem algumas pesquisas acerca de algumas peculiaridades do português, diferente do português europeu, quase todas elas se centram numa perspectiva didática, comprometida com a norma gramatical. Pois, no que diz respeito a investigações linguísticas, há evidências de existirem alguns estudos, porém, há poucos estudos sobre a sua situação linguística externa e interna. Segundo a gramática descritiva de Raposo (2013), a língua sofre mudanças em função do tempo, espaço geográfico e cultural. O autor refere:

Na dimensão geográfica, a variedade da língua portuguesa manifesta-se não só entre os falantes dos diferentes países que a usam como língua materna ou segunda, mas também, dentro do mesmo país, entre falantes de regiões diferentes, e afeta pronúncia, o vocabulário e aspetos da estrutura sintática (Raposo, 2013:XXV).

A maior parte das gramáticas faz referência à existência das variedades do PE e português brasileiro (PB). Quanto aos PALOP, apenas se diz português africano ou até mesmo português de Angola (PA), conforme refere Undolo (2016), na sua obra *A Norma do Português em Angola*, o que evidencia a necessidade do estudo dessa língua. No entanto, acredita-se que o processo de evolução e mudança que se regista no PA está associado a fatores socioculturais e sociolinguísticos.

Uma das maneiras para normalizar o português é primeiramente descrevê-lo de forma sistematizada, não apenas pela importância da identidade cultural, mas elucidar a divergência que existe com o PE (Adriano, 2014). A linguística deve fornecer argumentos à didática, conducentes à tomada de decisão sobre a inclusão de certas características no normativo, porque sem uma descrição sistematizada, o ensino do PE torna-se difícil (Barros, 2002).

Cunha e Cintra (2014) afirmam que dentro de uma comunidade linguística existe variedade seja do ponto de vista diatópico, seja de um ponto de vista diastrático, e finalmente, de um ponto de vista diafásico. No que concerne ao PA, a linguagem varia de região para região, e a norma do português diverge de acordo com as variações linguísticas, por exemplo, o português falado no sul de Angola difere do português do leste e do norte, o que se reflete numa variação diatópica tal como já fizemos referência, e do ponto de vista diastrático, a língua popular (dos discursos informais em Angola) diferencia-se da língua culta e dos média. Por fim, a variação diafásica, onde os poetas e prosadores mostram uma linguagem diferente um do outro influenciada por recursos estéticos.

Mateus e Cardeira (2007) defendem que, apesar de existir variação numa dada língua, tal facto não impede a comunicação entre os falantes de diferentes dialetos ou países. Portanto, na LP

existe uma unidade na diversidade que possibilita a interação entre os falantes portugueses, brasileiros e da África lusófona.

Devido à inexistência de estudos do português em Angola, Barros (2002:39) afirma que o português de África carece de necessidades descritivas para contribuir para a planificação de políticas linguísticas e do conhecimento desta mesma língua no seu contexto sociocultural, bem como nos planos de linguística educacional. O português não é apenas língua de Portugal, também é a língua dos angolanos, servindo como meio para a aquisição dos conhecimentos e compreensão do mundo circundante. Levada pelos portugueses no século XV, foi-se adaptando à realidade geográfica e cultural do país, ganhou as suas propriedades. Essa propriedade específica ocorre quer na produção dos sons (fonética e fonologia), quer no conjunto dos vocábulos, quando nos referimos à lexicologia e lexicografia, tanto na estruturação e combinação das frases (morfossintaxe) e por fim, na perspectiva semântico e pragmática (cf. Adriano, 2014).

Durante o processo de colonização, a língua portuguesa deixou marcas em várias línguas bantu. Como resultado, existem muitas unidades lexicais de origem portuguesa nas línguas bantu de Angola, de Moçambique, da República do Congo e da República Democrática do Congo e que têm sido objeto de estudo de vários autores (Chicuna, 2014).

Adriano (2014) acrescenta que, apesar de o português não ser descrito, existe essa variedade e por outro lado tem de ser aferido não por variantes que ocorrem nas diferentes variedades possíveis no país, mas pelas estruturas mais frequentes que na língua resultarão, necessariamente, no padrão que se pode considerar uma norma-padrão de Angola.

Segundo Mateus e Cardeira (2007), toda a língua varia em função do tempo, espaço, sociedade e todo o indivíduo pertence a uma região e a um determinado grupo social. Obviamente que existem variedades do português, o que quer dizer que ninguém domina completamente a sua língua. O português é de quem o fala e a ninguém pertence. Esse processo de descrição leva em conta os desvios que apenas se limitam ao território angolano e que possam eventualmente caracterizar o PA (cf. Adriano, 2014).

Em Angola, a norma culta procura aproximar-se da norma padrão-europeia, podendo inevitavelmente sancionar a cultura angolana, mesmo assim procuramos difundir-la apesar de existir um abismo entre a norma europeia idealizada e aquela que se pratica (Adriano, 2014).

Deste modo:

Angolanos ainda têm algum preconceito linguístico em relação às línguas endógenas e a várias expressões portuguesas que, fruto do contacto linguístico, apresentam diferenças bastante salientes entre a sua variedade e a variedade europeia (Adriano, 2014:134).

Em relação ao que foi exposto acima, Adriano (2014) diz que se revela uma crise normativa do português no contexto angolano, manifestando uma urgência de planificação de política linguística capaz de uniformizar uma atitude avaliativa dos professores, porque aquilo que a norma padrão-europeia considera erro, no PA é tida como correto, mesmo no discurso de pessoas consideradas como modelo da norma europeia. Em Angola é preciso acautelarmo-nos

já de quem venha a defender o *angolano* ou o *português vernáculo de Angola (PVA)*, em substituição da LP. A norma muda e ela não é estática, assim como as culturas e sociedades também mudam, ela não pode ser rígida e monolítica. Porém, deve ter-se atenção no que toca à materialização da política linguística conducente à normalização do PA: por um lado, salvaguardar a identidade cultural do povo angolano, nomeadamente as línguas autóctones, por outro, fazer com que a identidade cultural não seja uma muralha impenetrável que tornaria isolado o seu povo, neutralizando-o sob diversas tendências evolutivas (*Ibid.*, 2014). Assim:

mesmo numa cultura que se diz autóctone ou, pelo menos, original, existem alguns elementos de outras culturas, pois de contrário não dá para explicar a existência de elementos portugueses nos Japão e que já estejam incorporados na língua japonesa ou vice-versa, ou mesmo a grande influência etimológica do grego, do latim e do hebraico, entre outras línguas no idioma português (Sousa, 2012:33).

A dinâmica cultural exige esforços da sociedade, criação de programas para a formação de quadros, de forma que os elementos de uma cultura se renovem, sempre que necessário, ou se venham a incentivar inovações com programas específicos numa determinada área do conhecimento (*Ibid.*, 2012).

Para Muacanhica & Ilota (2017), o que causa o fenómeno de interferência linguística do cokwe no português é o facto de ser a língua de base gramatical para a construção, interpretação, tradução das frases e articulação de palavras, podendo, desta forma, provocar o fenómeno de interferência a vários níveis linguísticos. Os cokwe, muitas vezes, usam a língua portuguesa pensando no cokwe, ou seja, a construção sintática na língua portuguesa é feita obedecendo às regras gramaticais do cokwe como primeira língua. O cokwe e o português são duas línguas que gozam de estatutos diferentes, apesar de terem o mesmo objetivo que é a comunicação, importa realçar que são usadas em contextos diferentes e complementam as necessidades do universo linguístico angolano.

A urgência da padronização do PA aumenta pelo facto de ainda se usar de forma indiscriminada, e às vezes como sinónimas, as expressões *português angolano* e *português do musseque*, como se a variante do português de musseque fosse a norma-padrão de falar português em Angola (Nzau, 2016).

Tal como já foi aludido, a diversidade linguística deve ser vista como uma forma diferente de comunicar-se, e a sociedade tem o dever de aceitar a singularidade de um indivíduo, a escola também tem o direito de aceitar e respeitar a variante do aluno, pois, num país como Angola onde existem múltiplas culturas é normal existirem idioletos, regionalismos, no seio de uma comunidade. Adriano (2014) alerta-nos de que quando promovemos competência comunicativa na escola, esta contribui para que o aluno saiba aplicar mais de uma variante em função do contexto em que se encontra inserido. Tal como afirma:

Quando a escola e os professores de Língua Portuguesa assumem uma atitude dogmática perante a língua, considerando uma só forma correta de a empregar, cortam significativamente as oportunidades de os alunos aprenderem o referido ideal linguístico. Assim, em Angola, julgamos que o professor deve reconhecer a

heterogeneidade social, cultural e linguística do país, partir das realizações linguísticas dos seus alunos para, posteriormente, lhes possibilitar o acesso ou a aproximação ao português padrão, sem deixar de promover o respeito pelas restantes variedades (Adriano, 2014:116).

O contexto sociolinguístico angolano exige a sistematização e a padronização das características do PA, caso contrário, a escola continuará a considerar a heterogeneidade linguística como erro, e considerar correto a norma-padrão europeia (Miguel, 2008).

Marques concorda com Miguel ao afirmar:

a escola pode representar uma violência para a criança, na medida em que todo o seu universo psíquico, afetivo e relacional deverá ser elaborado, expresso e comunicado através de um outro código. Isto pode gerar inibições, frustrações e até dificulta o ritmo natural do seu desenvolvimento psíquico, chegando, em alguns casos, a rejeitar a escola (Marques, 1983:207).

Segundo Costa (2016), muitos falantes angolanos, apesar de possuírem um domínio na língua portuguesa, em muitas situações, recorrem sempre ao *angolanismo* para auxiliar a sua comunicação. O país é caracterizado por um multilinguismo acentuado, pois é muito comum, um determinado indivíduo ter o domínio de uma - ou mais - língua autóctone. O autor afirma que, em alguns casos, muitos indivíduos procuram aportuguesar algumas expressões existentes nas línguas nacionais, durante o ato de fala, o que torna cada vez mais peculiar a variedade do PA.

Costa *et al.* (2001) defendem que corrigir frequentemente os alunos fá-los-á tornarem-se tímidos e manterem-se calados em sala de aula, com receio de que o que possam perguntar possa ser constrangedor, sob pena de dizerem algo incorreto. O autor considera esse ato como uma atitude dogmática. Adriano (2014) concorda com Costa ao afirmar que é preciso existirem políticas linguísticas conducentes à normalização da língua em causa. Deste modo, é preciso descrever a língua para a elaboração de uma gramática normativa. Importa aludir que os falares característicos de uma região, como existem em Angola, não podem ser marginalizados, uma vez que satisfazem uma necessidade comunicativa, sem necessariamente velarem pelo modo como a empregam, enquanto reflexo do meio em que se encontram inseridos (Adriano, 2014).

O autor refere:

O que se afirma em relação às línguas é igualmente válido para as variedades de uma mesma língua. Ou seja, linguisticamente, não se pode considerar a variedade angolana do português pior e a variedade europeia melhor. Cada variedade linguística cumpre o seu papel na comunidade em que é falada. No entanto, isto não pressupõe incluir na norma-padrão tudo o que respeita à variedade do português de Angola... Atalhemos logo, porém, que reproduzir integralmente a variedade europeia e considerar só esta como sendo a norma-padrão adequada numa realidade como a de Angola é utópico (Adriano, 2014:100).

1.3. Origem e evolução do português em Angola

O português é levado para Angola por meio da colonização portuguesa, sendo que os primeiros contactos tiveram início entre 1482 a 1484, estabelecendo-se uma aliança entre o reino do Congo e os portugueses (cf. Adriano, 2014). Os colonizadores levavam consigo a língua, a cultura e a religião. Das três, porém, a mais importante foi a língua, assumindo a função de companheira do império (Cristóvão, 2008). Proibiram o uso das línguas autóctones em Angola, entre 1764 e 1772, sendo que D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador português em Angola na época, determinou que os brancos ensinassem aos seus filhos a língua portuguesa e a ensinassem também aos negros. Já em 1921, o General Norton de Matos, também como governador de Angola, ordenou o apagamento das línguas regionais, defendendo a sua substituição pelo português, através do Decreto nº 77, em 1921 (Cf. Adriano, 2014). Tal como podemos apurar em alguns fragmentos do referido decreto:

É proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra, à exceção do português, por escrito ou por panfleto, jornal, ... na catequese das missões, nas escolas e em todos os contactos com as populações (Norton Matos, 1953:103-104).

Esse decreto visava reprimir as línguas regionais. Entretanto, no Artigo 2º estava expressamente proibido ensinar as línguas indígenas nas escolas católicas e, no Artigo 3º, a utilização das línguas indígenas não era permitida no catecismo, a não ser como auxiliar durante o período do ensino elementar da língua portuguesa (Norton Matos, 1953). Por outro lado, os negros, para serem reconhecidos como assimilados, tinham que saber ler, escrever e falar fluentemente português, bem como vestirem e professarem a mesma religião que os portugueses (Mingas, 2000). Assim:

Antes de 1975 - altura da independência nacional - os programas curriculares oficiais direcionavam o aprendizado para a memória e história de Portugal. Aliás, depois que se atingisse um certo *status* social, antes dessa data, todo o assimilado era cidadão português, pois podia inclusive participar da esfera político-administrativa (funcionalismo público no ultramar) (Sousa, 2012:35).

O regime colonial pretendia a todo custo acabar com as línguas vernáculas. Diante disso, à medida que as populações nativas iam adotando a LP, estava consumado o princípio civilizador e ganhavam cidadania portuguesa. Considerava-se que as línguas dos indígenas impediam a ascensão intelectual e dificultavam a aprendizagem nos estabelecimentos de ensino. O processo de aculturação teve maior impacto nos centros urbanos (Sousa, 2012).

Tal facto contribuiu muito para que as línguas indígenas se mantivessem estáticas, porque ficaram privadas da escrita e do seu ensino, sem deixar de se considerar o êxodo de muitos falantes dessas línguas. Os indígenas foram obrigados a aprender e a empregar o português em detrimento das referidas línguas. Caso não se tomem as medidas necessárias para o resgate e o funcionamento das línguas bantu, obviamente que aumentará o número de falantes do português em detrimento das línguas autóctones, facto que contribuirá para o seu ostracismo (cf. Adriano, 2014).

É importante destacar que, durante este período, como nos afirma Mingas (2000), nem todos os angolanos tinham o privilégio de aprenderem a LP. Segundo a autora, eles estavam subdivididos em assimilados e indígenas. Os colonizados assimilados eram indivíduos instruídos, com direitos de cidadania portuguesa; os seus filhos gozavam das mesmas regalias do que os filhos dos portugueses e partilhavam o mesmo sistema de ensino. Os indígenas estavam subdivididos em dois grandes grupos, a saber:

- ✓ Passivos: alienados, fiéis ao regime colonial;
- ✓ Ativos: que fizeram a sua revolta, para defenderem os interesses do país, tendo lutado para a libertação colonial, graças aos conhecimentos adquiridos pelo colonizador.

Sobre o conceito de indígenas, Mingas (2000) explica-nos que são indivíduos negros ou seus descendentes que habitam em províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Guiné, e que não estão socializados para a integridade do direito de nacionalidade portuguesa. A aculturação dos assimilados exigia o domínio do português e a aquisição dos hábitos e costumes dos cidadãos portugueses (Miguel, 2003).

Tal como já referimos, a política portuguesa de ensino teve como objetivo a difusão da LP em detrimento das línguas autóctones, e o único veículo propiciador da assimilação cultural usado no ensino é a língua do colonizador. A aplicação prática do uso desta língua era forçada e apoiada pela PIDE. A polícia política portuguesa considerava o uso das línguas autóctones uma atitude subversiva (Mingas, 2000), (Miguel, 2003).

A língua portuguesa é um património que os portugueses levaram para Angola e foi lá que o português conviveu com várias línguas africanas, de entre elas o cokwe, tal como já foi aludido. Quando ocorre o contacto de línguas, há sempre uma que se sobrepõe à outra. No caso concreto de Angola, obviamente que o português se sobrepôs às restantes línguas nativas. A LP é cientificamente mais trabalhada e tem um número superior de falantes em relação a língua cokwe. Apesar dessa hegemonia, as línguas autóctones sempre resistiram à hostilização (Muacanhica & Ilota, 2017).

Em contrapartida, o governo angolano tem empreendido esforços para a promoção e aprendizagem das línguas africanas, mas a língua portuguesa não é descurada, pelo facto de contribuir para a unificação do país. Assim, é o único instrumento que combate o tribalismo entre os diferentes grupos étnicos que não partilham a mesma língua. Em consequência, o português é a língua de unidade territorial, ou seja, é a língua franca de indivíduos pertencentes a culturas diferentes que, neste caso, facilita a comunicação. Constitui-se, assim, a língua de maior hegemonia sobre as demais línguas que com ela convivem, e de maior prestígio e integração social, e, consequentemente, muitos falantes desejam aprendê-la. Entretanto, importa destacar que a antiga Constituição de 1975, apesar de escrita em português, não fazia nenhuma alusão à LP como língua oficial, mas a atual Constituição já o faz, respetivamente no seu artigo 119º (cf. Adriano, 2014).

O conceito de língua nacional, nos anos que se seguiram à Independência nacional, visava, essencialmente, revitalizar as línguas nativas hostilizadas e excluídas durante a colonização, sobretudo nas escolas públicas. Sobressaía, nessa medida, o desejo expresso de enaltecer tudo

o que era nativo do país, vigorando o repúdio por tudo o que se associasse à colonização. A língua portuguesa escapou a essa hostilidade, porque teve uma função transcendente, reconhecida e aceite por todos. Entretanto, a língua portuguesa foi ganhando um grande ascendente sobre as outras línguas nativas e a sua multifuncionalidade quase exclusiva trouxe, como consequência, a inibição do desejo de aprendizagem de línguas nacionais, porque muitos angolanos não lhes reconhecem nenhum valor funcional (Castro, 2006). Assim:

o contacto com os europeus trouxe várias novidades e até salutareas para o *modus vivendi* dos povos autóctones, tanto é que, mesmo depois das independências dos países africanos, e não só, herdaram-se alguns elementos da cultura europeia desde que não ferissem o projeto de afirmação e identidade nacionais (Sousa, 2012:44).

Segundo Adriano (2014), é com base neste cenário que surgiu a necessidade de inclusão das línguas autóctones no currículo escolar, apesar de reconhecermos a importância dessas línguas como forma de identidade cultural. As mesmas estão sujeitas a um lento desaparecimento, visto que muitos falantes não demonstram apreço pelas referidas línguas. À medida que o tempo passa, os falantes inclinam-se para a aprendizagem da língua mais prestigiada, que lhes possibilita a integração social. No contexto angolano, a LP é a única que desempenha esse papel. Portanto, há quem reclame o pouco empenho do Estado na revalorização e promoção das línguas africanas angolanas como um importante fator de identidade cultural. Obviamente que caso não aconteça, não só prevalecerá a supremacia da LP, mas também o desaparecimento das línguas autóctones. Apesar de existirem políticas de valorização e uso das línguas africanas angolanas, e sendo estas medidas plausíveis, o seu uso só é possível nos círculos familiares. A este propósito, o autor refere:

Na verdade, para que serve a um homem aprender uma língua que quase nunca usará num requerimento dirigido a uma repartição pública, num posto de saúde, quando necessitar de ser curado, num tribunal quando for julgado..., num contexto em que há uma língua que cumulativamente cumpre com todas essas funções? Esta é uma questão não apenas de didática linguística (orientações educativas), mas é sobretudo uma questão de política linguística (Adriano, 2014:71).

Cabral (2005) afirma que o estado angolano está a trilhar os passos do projeto de Norton de Matos, quando no artigo 2º proibia de várias formas o uso das línguas endógenas. O uso dessas línguas era bastante significativo na vida dos indígenas, porém, após a proclamação da independência, o seu uso é reduzido ou até mesmo insignificante, o que contribuiu para que as línguas africanas tenham tido uma dimensão reduzida em termos de falantes (Adriano, 2014). O emprego das línguas autóctones quase nunca transpõe o âmbito regional, apenas o português pode fazê-lo. É a este propósito que o ex-Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, referiu que as línguas autóctones de Angola são designadas *línguas nacionais* talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e, muitas vezes, estendem-se para além das nossas fronteiras (Miguel, 2008). Quem defende essa ideia é o escritor José Eduardo Agualusa.

Reproduz-se a seguinte passagem de um discurso do ex-Presidente angolano (11 de setembro de 2006).

Devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa adotada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola (Castro, 2006:33).

Em Angola, existem no momento, várias e distintas línguas de origem bantu (e não só) que coabitam com o português, como já referenciamos acima, sublinhando-se a considerável diversidade linguística de Angola. Este facto contribuiu para a variação linguística, particularmente para a emergência de uma variedade do português diferente da do português europeu. Apesar da referida diversidade, a LP sobrepõe-se claramente a todas as restantes línguas autóctones, transpondo os limites geográficos, e é a língua veicular através da qual diferentes culturas angolanas, com línguas próprias, categorizam o mundo que os cerca. Para além dos grupos etnolinguísticos bantu, o país conta também com outros grupos, os quais já foram mencionados, que são os khoisan e vátua ou kuroka. Eis a razão para que uma parte significativa dos angolanos seja pelo menos bilingue, dado que têm como língua materna (LM) bantu ou khoisan e o português (cf. Mendonça, 2014).

Muitos dos falantes em Angola não têm a LP como LM e muitos angolanos não a falam. A interação entre a população ocorre através de uma grande variedade híbrida, que se caracteriza por uma base lexical portuguesa e um sistema lógico-gramatical bantu. Os aspetos que contribuem para que ela não seja efetivamente falada por todos os angolanos são o fraco conhecimento do seu funcionamento, a baixa taxa de escolarização de amplos setores da população, a falta de preparação adequada de muitos professores, o ensino nem sempre adequado às necessidades de comunicação de falantes, entre outros. A língua portuguesa sofre a interferência da estrutura e organização em todos os planos, seja no nível fonológico, morfológico, sintático, semântico e até mesmo pragmático do discurso. Nas línguas bantu não existe coincidência entre os números de constituintes frásicos essenciais de uma predicação e o sistema correspondente na LP. Esse número de constituintes essenciais de uma predicação manifesta um comportamento posicional diferente na frase. O português possui um sistema linguístico relevante do sujeito, enquanto a variante sociolinguística do PA possui relevância do tópico. O português falado em Angola vai buscar ao sistema lógico gramatical das línguas bantu a sua estrutura funcional. A interferência do cokwe na qualidade de uma língua negro-africana no PA existe quando se quer definir algo que faz parte da vivência do povo bantu, e que não existe na LP, mas sim nas línguas autóctones. Esta variante faz parte da comunicação popular dentro do território angolano que, ao utilizar outras línguas não maternas, interage com esta, numa soma de possibilidades que é uma variante. O PA é caracterizado pela interferência das línguas nacionais, não ocorrendo somente no léxico, mas também no modo como os angolanos transformam a estrutura morfossintática das frases, adaptando os novos lexemas e enriquecendo a LP com sons e palavras introduzidas. A variante do PA está sempre presente na

linguagem popular e na literatura, mas no ensino formal, a predominância é da LP (Mendonça, 2014).

O contacto de culturas interrompeu abruptamente o curso da evolução natural das populações indígenas. O processo de aculturação não se desenvolveu de forma pacífica, espontânea ou de igual para igual, mas numa relação de verticalidade que forçava a discriminação e subalternização das culturas do homem colonizado, exercida por meio de emissão de medidas de natureza opressiva, que visavam quebrar a resistência cultural dos nativos, e de afirmação da consciência nacional e do submisso (Costa, 2006). Estas medidas tomadas pelos colonizadores agravaram ainda mais a situação linguística de Angola. O diploma legislativo dirigido às missões de propaganda religiosa, muitas das quais empenhadas no processo de escolarização das populações, documenta evidência e esforço do regime colonial desenvolvido no sentido de abolição das línguas autóctones. Durante o processo de escolarização, a língua portuguesa era difundida. No que concerne às condições socioculturais dominantes, Castro (1978:203) faz a seguinte constatação histórica:

O ensino das populações africanas foi deixado inteiramente às missões religiosas, sendo as católicas (90%) pagas pelo Governo português: as protestantes (48) não recebeu qualquer subsídio. Este ensino caracteriza-se essencialmente pelo papel que lhe é imposto pelas diretivas oficiais: fazer do africano um “português” levando-o a esquecer todas as tradições culturais e históricas nacionais.

Por exemplo: só é permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprende sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, da sua história, etc. Apesar disso, as populações resistem admiravelmente às tentativas de esmagamento das suas tradições nacionais, transmitindo oralmente a sua língua e os seus dialetos, conservando oralmente a sua literatura, os seus hábitos e as suas tradições.

As políticas linguísticas do colonizador não permitiram o uso das línguas africanas, apenas o uso da língua do colonizador, no contexto escolar ou em situações de domínio público (cf. Chicuna, 2014). Assim:

Ao espalhar o português falado, seguir-se-ia ensinar a ler e a escrever esta língua, e as línguas indígenas iriam desaparecer rapidamente das províncias portuguesas de África (Norton de Matos, 1953:96).

Os portugueses tinham como grande objetivo eliminar as línguas autóctones. Em consequência dessa medida, o uso das línguas bantu era proibido para não colocar em risco a unidade portuguesa. Nas missões religiosas, o ensino era controlado pelas autoridades para se evitar o ensino das línguas africanas nas escolas. Norton de Matos implementou essa medida porque temia que as línguas africanas constituíssem uma ameaça à Unidade Nacional Portuguesa e à Nação Una, visto que as mesmas não continham palavras que exprimissem as bases para o Cristianismo. Importa reiterar que a proibição do uso das línguas africanas incluía também a escrita nestas línguas. Porém, nos trabalhos feitos em línguas africanas, a ortografia dependia dos seus autores. Cada autor adotava o seu sistema ortográfico. Como resultado, a maioria das línguas africanas angolanas não tem um sistema ortográfico definido, o que também acontece

na língua cokwe, pois tudo o que se escreve nessa língua adota um sistema. Com a independência de Angola em 1975, a LP foi adotada como língua oficial e única língua aprovada como língua de escolaridade para todos os níveis de ensino. Durante a implementação do programa de introdução das línguas³ nativas no sistema de ensino oficial, foram criados sistemas gráficos e fonológicos de seis línguas, de entre elas: kimbundu, kikongo, cokwe, mbundu, mbunda e oxikwanyama (cf. Chicuna, 2014).

O Instituto Nacional de Línguas (ILN) é um órgão do Estado angolano vocacionado para o estudo científico das línguas autóctones, a sua normalização e o controlo dos dados linguísticos na sua difusão. É uma ação do Governo em função da nova política linguística nacional (Undolo, 2016). As condições criadas pelos colonizadores para o ensino e aprendizagem da LP tiveram efeito até ao final do regime colonial, pelo simples facto de se verificar uma pequena percentagem de falantes angolanos de português como LM. O autor considera ser uma pequena burguesia que cresceu em Luanda até ao século XIX (Agualusa, 2005 *apud* Undolo, 2016).

A LP começou a ser difundida no seio da comunidade angolana após a independência. Para além das ações já aludidas, o número de falantes começou a disparar devido ao fenómeno social que ficou conhecido por deslocados de guerra. Tal como já referimos, importa realçar que estes deslocados eram cidadãos nacionais que durante a guerra civil abandonaram as suas regiões para se deslocarem àquelas que lhes oferecessem maior segurança. E as províncias que albergaram os refugiados foram Huíla, Benguela e Luanda. Algumas pesquisas apontam que estariam concentrados quase um quarto da população angolana, como nos afirma Undolo (2016), que era o destino da maior parte dos refugiados, visto que a maioria desses deslocados eram povos de diferentes etnias e línguas, e a única língua que possibilitava a interação e integração social era o português. Undolo (2016) explica-nos a integração social referindo-se ao relacionamento familiar, por via de casamento entre cidadãos de diferentes etnias. A única via de comunicação é a LP e os filhos que nascem nesse relacionamento são falantes nativos de LP (Undolo, 2016).

O português influenciou várias línguas africanas. O léxico português introduzido nas línguas bantu sofreu várias alterações e foi adaptado ao sistema morfossintático das línguas recetoras. A LP apresenta características próprias e diferentes do sistema lógico gramatical bantu, por outro lado, o cokwe apresenta características próprias que o diferenciam das línguas românicas (cf. Chicuna, 2014).

Os principais fatores da escolha da LP como língua oficial são as limitações que as línguas nativas têm, pois elas não se transpõem de uma região para outra, o que por si só constituiria um obstáculo à unidade nacional. Para solucionar a questão, tornou-se adequado escolher uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto, sendo que a LP é a única que poderia ser a língua de unidade nacional por não pertencer a nenhuma etnia. No âmbito da valorização das línguas nacionais, a TPA (Televisão Pública de Angola) e a RNA (Rádio Nacional de Angola) emitem programas dedicados às línguas nativas nas suas transmissões

³ Instituto Nacional de Línguas, *Histórico sobre a criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais*, 1980, p.13.

diárias, embora o contexto sociolinguístico do país favoreça, ainda assim, a LP. O número de falantes do português cresce cada vez mais e dilata-se até às zonas rurais (Panzo, 2014). Quem concorda com essa ideia é Nzau (2011:23-24) ao fazer a seguinte afirmação:

A LP tem vindo a ultrapassar a barreira da urbanidade, ao deixar de ser falada apenas em meios urbanos ou espaços outrora da “exclusividade” das línguas nacionais de origem africana.

Esta crescente popularização da língua portuguesa fá-la surgir como língua mais falada no contexto nacional, “ultrapassando todas as outras línguas de Angola”, podendo já ser falada por mais de 90% dos angolanos, embora uns se expressem melhor do que outros. Eis por que parece difícil encontrar, sobretudo no seio da camada jovem, alguém que, se não fala, pelo menos compreenda o português.

Além disso, há outros fatores que contribuem para o fenómeno de interculturalidade, tal como Nzau (2016) ilustra: (i) fuga aos conflitos armados; (ii) necessidade de sobrevivência; (iii) globalização económica; (iv) evolução tecnológica que contribui na rápida circulação de informação; (v) surgimento de mercados económicos emergentes na África (Angola).

Nas grandes cidades de Angola, onde o nível de instrução está em constantes desenvolvimentos, as origens étnicas mostram-se cada vez mais declinadas devido aos choques entre culturas. Segundo Endruschat *et al.* (2015), melhoraram os conhecimentos de português adquiridos pelos angolanos, no entanto, apesar de não existir uma variedade melhor que a outra, importa sublinhar que a defesa dos autores se refere ao conhecimento do português que se aproxima do PE. Segundo os autores, quanto mais nos distanciamos da cidade, maiores são as situações informais de comunicação e mais a língua tende para a esfera da proximidade. O domínio que se tem do português não diminui o papel desempenhado pelas línguas africanas, o que resulta em coexistência de diversas variedades de português claramente distintas. Tanto em Angola como em Moçambique, não se desenvolveram línguas crioulas de base portuguesa, no entanto, nas grandes cidades como Luanda e Benguela descreveu-se várias vezes um crioulo secundário (*secondary creole*, em Valkhoff, 1966 *apud* Endruschat *et al.*, 2015) ou uma espécie de semi-crioulo (Holm, 1992 *apud* Endruschat *et al.*, 2015). Alguns especialistas (literatos) designam de *linguagem dos Musseques*. A expressão é muitas vezes usada na literatura canónica angolana, a título exemplificativo, pelo escritor Luandino Vieira.

Tal como muitos autores já descreveram, o PA demonstra inúmeras particularidades, em virtude dos constantes contactos que mantém com as línguas africanas. Segundo Endruschat *et al.* (2015:251), referem:

O contacto com as línguas africanas até ao século XIX limitou-se às regiões costeiras e às cidades. Só se verificou um contacto linguístico em maior escala depois da conferência de Berlim de 1885, quando se iniciou a colonização do interior do continente. Portanto, foi em primeiro lugar o português dos finais do século XIX que nestes países entrou em contacto com as línguas africanas.

1.4. O estatuto do português em Angola

Com a proclamação da Independência de Angola em 1975, os colonizadores retiram-se, mas ficou a língua portuguesa, que se traduziu também numa arma usada pelos angolanos, nomeadamente, poetas, políticos e o próprio povo, para reivindicar os seus direitos e conquistar a sua Independência. A LP foi imediatamente reconhecida como nacional, num país caracterizado por uma situação sociocultural complexa, com múltiplas culturas e múltiplas línguas que poderiam constituir um terreno fértil para a divisão. Por outras palavras, a LP foi uma componente fundamental do tecido unificador de uma pluralidade étnica e cultural que caracteriza o país. Como se pode inferir, esta união decorre de uma estratégia política conducente à garantia da unidade nacional. Trata-se de um dos recursos mais valiosos que o povo português legou aos angolanos, de modo particular, e a todos os restantes países africanos de língua oficial portuguesa, de uma forma genérica. Em Angola, a LP serviu e continua a servir de comunicação entre pessoas de cultura e línguas diferentes. O português possibilitou a comunicação entre guerrilheiros durante a luta armada de libertação nacional, tendo-se intensificado o seu uso, ao ponto de se ter afigurado na única língua de unidade nacional, coabitando com múltiplas línguas africanas. Posteriormente, em Angola, a LP continuou a gozar do estatuto de língua oficial, cujo processo de adoção foi comum à grande maioria dos países africanos (cf. Adriano, 2014).

Como é sabido, o Português é a única língua escrita e usada no ensino, administração e relações internacionais, portanto é a língua de maior prestígio, daí que seja a língua primeira (L1) de um número cada vez maior de jovens cidadãos (Barros, 2002). O português está realmente a solucionar problemas de comunicação no país, apesar de também causar outro problema que é a sua superioridade e subjugação em relação às línguas autóctones que partilham o mesmo espaço geográfico, «adicionando o facto de estar a jogar um papel glotofágico em relação a essas línguas africanas angolanas» (Adriano, 2014). Constam dos planos do Governo angolano, a promoção e disseminação destas. De acordo com o autor, as causas de tal superioridade e subjugação são:

- (i) além de língua oficial (utilizada nas repartições públicas, nos meios de comunicação social, etc.) é também língua de discurso pedagógico. Nas escolas, é tida não apenas como uma área de conhecimento, mas também como instrumento que possibilita aquisição de conhecimentos aí ministrados;
- (ii) pela razão anterior, e sem descurar questões históricas, português é tido como língua de prestígio e de integração social;
- (iii) em consequência, há maior interesse de os cidadãos aprenderem o português comparativamente com as línguas locais, já que estas nunca passam do âmbito regional;
- (iv) aparentemente, cresce o número de cidadãos que têm o português como sua única língua;
- (v) em termos geográficos e demográficos, é a língua que detém maior abrangência em todo o país;
- (vi) é indubitavelmente, a primeira língua que serve de unificação na diversidade sociocultural e linguística do país, tendo sido reconhecida desde a independência como fator de unidade nacional;
- (vii) sobretudo pela razão acima,

já se avançam pronunciamentos segundo os quais o português é a língua nacional de Angola (Adriano, 2014:73-74).

As línguas bantu e não bantu são consideradas nacionais, mas não gozam de nenhum estatuto similar à LP, e servem apenas de comunicação entre os membros de um pequeno grupo etnolinguístico (Ntondo, 2002 *apud* Adriano, 2014).

É sob o amparo dos dirigentes angolanos que se assiste à maior expansão da LP pelo território nacional, deixando de ser a língua exclusiva do meio urbano, de uma elite, para se intrometer no meio rural e se manifestar. O facto que remete ao carácter irreversível da expansão da LP em todo o território angolano é intensificado por diversas razões, nomeadamente o conflito armado que contribuiu muito para a adoção da LP, primeiramente, ao puxar para si as atenções, tornando-se propriedade política do estado angolano; a LP continuou a beneficiar, por ser a língua oficial e a das forças armadas, isto é, representou o principal veículo entre os guerrilheiros que pertenciam a etnias diferentes. A guerra forçou à convivência de pessoas de etnias diferentes nos mesmos espaços, ou seja, à medida que a maioria da população do interior abandonou as suas zonas de origem, em busca dos grandes centros que oferecessem maior segurança ameaçada pela guerra, a partilha de espaços comuns ajudou a encurtar as fronteiras identitárias, a diminuir querelas e a incutir a ideia de que todos são um povo pertencente à mesma nação. A LP funcionou como elo de ligação, ou seja, como língua franca, por ser aquela através da qual populações de etnias diferentes podiam comunicar entre si, em todas as suas necessidades (Nzau, 2012).

O conflito armado provocou a territorialização da LP, o que aglomerou a grande massa populacional em Luanda. Por um lado, importa frisar a pressão exercida pelos meios dominantes de comunicação, concretamente, a vida nos *media* angolanos, que é feita em português, enquanto os programas em línguas autóctones são transmitidos de uma forma muito limitada. A realidade atual deixa transparecer que o português é a língua de eleição no dia a dia, assumindo-se como principal veículo dos meios familiares, escolar, laboral, entre amigos e com pessoas desconhecidas. Outrossim, a elite aprendeu a ler e a escrever em português, representando a causa de ser muito prestigiante, pois as obras literárias e técnicas, os manuais escolares e, genericamente, tudo o que existe está escrito em português. Existem algumas exceções que nos remetem a conhecer o cânone-literário, os documentos oficiais que, desde o tempo dos movimentos de libertação até ao atual Parlamento, se escrevem na língua portuguesa, daí a sua dimensão oficial e política (Nzau, *Op. Cit.*, 2012). Deste modo:

O Português é língua materna para uma minoria da população e língua segunda para maioria da população.

O português é a única língua oficial e, por conseguinte, utilizada em toda a Administração Pública.

É língua de escolaridade porque é a língua usada no sistema educacional, como meio de ensino, em todos os níveis, e como matéria, com carácter obrigatório, até ao ensino Médio e Pré-universitário, equivalentes ao Ensino Secundário Português. Mesmo os que não têm o Português como língua materna aprendem,

durante o primeiro contacto com a escola, a ler e a escrever em Língua Portuguesa.

O Português é também língua veicular, sendo o meio de comunicação mais utilizado nas zonas urbanas, nos media (Rádio e TV); permite o contacto com os não-falantes de nenhuma língua nativa. Também é um meio de aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos e, finalmente, meio de comunicação internacional, porquanto permite o contacto com o exterior (Chicuna, 2014:38).

Com o afastamento das línguas autóctones dentro do processo de ensino e aprendizagem, que são línguas maternas de muitos angolanos, o aprendente do português é confrontado com a situação do bilinguismo. O português é a única língua usada no contexto escolar, mas nada contribui para o equilíbrio psíquico exigido durante a sua aprendizagem, podendo neste caso incorrer numa crise de identidade que marca negativamente a sua posição perante a língua alvo, o português (Costa, 2006). Durante um discurso, Cardoso (1990) fez a seguinte referência:

A língua portuguesa que é, por excelência, a língua de trabalho da maior parte dos jornalistas, requer um tratamento mais apurado. Enquanto língua oficial e de escolaridade, o exercício do português deve ser realizado dentro das suas normas gramaticais. Abrimos, aqui, entretanto, um parêntese para referir, o que pensamos, devem ser respeitadas certas variantes semânticas que nos parecem ser já marcas da narrativa jornalística angolana decorrentes do processo de contextualização a que está sujeita a língua no nosso espaço sociocultural. Perdida a sua função colonizadora, a língua portuguesa deixou de ter proprietários exclusivos, avulta hoje o património dos povos que a falam pelo que nesses termos deve ser cultivada dentro das suas normas fundamentais⁴.

Como se pode observar, o português falado em Angola é uma variante sociolinguística configurada pela estrutura morfossintática das línguas bantu, por um lado, não representando um paradigma de referência cultural aceite em termos psicolinguísticos no espaço dos falantes de língua materna portuguesa, a não ser por uma questão de puro folclorismo (Costa, 2006). Outro importante fator que decorre no contacto entre línguas em Angola é o chamado *code-switching* e *code-mixing*, ou seja, a alternância de códigos e a mistura de códigos (Faria *et al.*, 1996).

Em virtude do rápido crescimento demográfico que se tem registado nas zonas urbanas em Angola, o número de falantes do português como LM e língua veicular tem estado a crescer constantemente (cf. Endruschat, 2015). A mudança linguística que se tem verificado no PA, diferente do português europeu, ganhou estatuto de língua independente. Não podendo ser considerado dialeto. Segundo Neto (1980:34):

O uso exclusivo da língua portuguesa como língua oficial, veicular e utilizável atualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas.

⁴ Boaventura Cardoso (1990) *Discurso de encerramento do II congresso da união de jornalista angolanos* “então, Ministro da Informação.” Luanda, 27 de julho.

Relativamente ao português, segundo Adriano (2014), Angola vive uma situação de crise normativa, porque o falante de português tem de dominar a escrita e a fala, em conformidade com a norma-padrão europeia, para ser considerado competente. Deste modo, ela é difundida na escola, no entanto, dentro da comunidade, a prática da língua diverge, uma vez que não mostra uniformidade com aquilo que a escola defende, como a forma correta de se falar e escrever, facto que leva muitos docentes e discentes a afirmar serem incapazes de interiorizar a multiplicidade de regras gramaticais baseadas no português padrão europeu. Em Angola, são poucos os falantes que atingem o português padrão europeu. Mesmo os indivíduos escolarizados optam pelo normal de forma espontânea, omitindo o normativo, pois o contexto sociocultural e linguístico obriga ao funcionamento natural da língua, permitindo que o normal exerça influência na vida de pessoas escolarizadas. Algumas formas que a gramática normativa considera erro ou desvio podem, de alguma forma, afirmar-se como uma tendência de mudança ou variação linguística, que difere da norma-padrão europeia. Estes desvios mostram uma adequação associada à realidade sociolinguística, sociocultural e geográfica de Angola (*Idem.*) Assim:

Tais desvios ou «erros» embora sejam severamente reprovados pela escola, continuam a ser fluidamente projetados no discurso de muitos falantes escolarizados que não os sentem como desvio ou «erros». São também deliberadamente reproduzidas nas obras de alguns escritores angolanos (Adriano, 2014:85).

Miguel concorda com Adriano ao afirmar:

Muitos destes usos estão já com forte infiltração na fala de angolanos cultos que, mesmo em situação de comunicação formal recorrem a usos da língua com desvios do padrão ibérico (Miguel, 2008:44).

Segundo Miguel (2008), são poucos os angolanos que conseguem falar e escrever exatamente como prescreve o padrão europeu. Há professores universitários e classes de dirigentes que fazem uso da LP sem este corresponder ao padrão europeu; e outros, nomeadamente escritores e professores de línguas, que conseguem atingir o ideal da gramática normativa.

Há evidências de algumas características em termos de articulação que se manifestam como PA. Entretanto, para sustentabilidade desta afirmação, é imprescindível uma recolha de dados empíricos para serem descritos e analisados, sob pena de se observarem as suas ocorrências (Adriano, 2014). Desta forma, urge a necessidade de formação da variedade do PA, tendo em conta as necessidades dos falantes, visto que as características do PA mostram as suas peculiaridades. A ideia de Miguel (2008:40) é plausível ao afirmar a padronização do PA:

Já não se trata de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolidade. A Língua Portuguesa está a *angolanizar-se* como, também, já se abasileirou.

Peres e Mória (1995) *apud* Adriano (2014) admitem que o português não é uma língua homogênea, estando toda e qualquer língua submetida a variantes, e reconhecem que uma língua constitui um património de valor inestimável, como um importante fator de identidade cultural. Uma língua não procura assumir uma atitude conservadora, porque é moldada pelas comunidades e não pelos especialistas (linguistas ou gramáticos). Em contrapartida, chama-se a atenção para a existência do erro ou desvio linguístico, porque as construções linguísticas nunca serão regulares dentro de uma comunidade de falantes. Teixeira (2003) reforça essa ideia ao afirmar que erro não significa falta de saber, mas saber de uma forma diferente, aquilo que em linguística era considerado erro passou a ter uma explicação científica. Segundo o autor, o *erro* pode satisfazer as necessidades comunicacionais noutra variante.

Segundo Adriano (2014), as mudanças linguísticas nunca foram pacíficas, sempre foi um assunto polémico, porque a sociedade, ao idealizar uma língua como um património cultural, procura promovê-la como um instrumento de interação social. Portanto, para a realidade angolana, a normalização do português deve ser adaptada de acordo com a sua realidade cultural, como uma forma de conservadorismo social. O autor alerta-nos de que a padronização de uma língua não se deve confundir como o purismo iconoclasta, porque aquilo que é elegante em Portugal pode não o ser em Angola. Se assim fosse, seria um conservadorismo baseado na imitação do normativo de Portugal, pelo que o autor diz ser inglória uma comunidade apresentar a imitação linguística integral de uma outra comunidade.

A descrição e a mudança do português devem preocupar os professores e linguistas, podendo esses alertar para a necessidade de uma decisão por parte do Governo, com vista à normalização do português em Angola, distinguindo aquilo que se correlaciona com as construções próprias do processo de aprendizagem das línguas encontradas na produção de falantes adultos cultos (Cabral, 2005).

No caso de Angola, não existe uma norma definida, porém, nós, os angolanos, apegamo-nos sofrivelmente à norma-padrão europeia. Procuramos difundir-la na escola, mas não a praticamos, o PA apresenta as suas especificidades, que são distanciadas do padrão europeu, e que se apegam naturalmente aos portugueses (Adriano, 2014), (Cristóvão, 2008).

As línguas autóctones são elementos quase genéticos de identidade cultural dos cidadãos angolanos, porém a LP serve como elo de ligação entre inúmeros grupos etnolinguísticos existentes no país e funciona como língua de comunicação no contexto internacional mais alargado, mas também aquela que unifica o país na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta funcionalidade da LP, tal como já aferimos, ajuda a unificar a nação angolana e contribui como elo de comunicação nacional, comunitário e internacional. A LP não inviabiliza a possibilidade de afirmação das línguas locais, enquanto fatores de identidade sociocultural. «O que é decisivo, nesse domínio, é que os Estados desenvolvam orientações estratégicas, definam políticas e mobilizem recursos para a dinamização, estudo, divulgação e proteção das línguas locais» (Mingas, 2004:74-76).

Uma vez que a língua é um património cultural, os seus falantes desenvolvem nela um afeto. A língua é dinâmica e reveste-se de diferentes variedades. Dentro dessas variedades, os falantes

escolhem uma que lhes sirva de norma. Comumente é aquela que se adequa aos fatores socioculturais, histórico-políticas e geográficas, em consequência disso, o uso de uma variedade fora da norma é tida como erro ou desvio linguístico (Adriano, 2014). Adriano refere:

todos as comunidades prezam e procuram defender as suas línguas, pois elas refletem a sua consciência, a sua identidade e são o seu patrimônio. Desde tempos imemoriais, como vimos, as sociedades procuram preocupar-se no sentido de protegerem as suas línguas da “corrupção”, o que permitiu a existência de conceitos como “erros” e “corruptelas” em relação aos usos linguísticos. Isto acontece porque a língua é um símbolo de identidade, e há quem defenda ser o mais poderoso meio de a manifestar, permitindo que as pessoas se reconheçam umas às outras como fazendo parte de uma mesma comunidade (Adriano, 2014:113).

Capítulo II: Caracterização histórico-social do povo cokwe

2.1. História e origem do povo cokwe

O povo cokwe insere-se num sistema de parentesco matrilinear, constituindo a população mais importante do oriente de Angola. São caracterizados como grandes caçadores e agricultores. À sua frente encontram-se chefes descendentes dos conquistadores Lunda⁵, que tinham abandonado a capital das margens de Kalanyi (Zaire), no fim do século XV. Estes emigrantes trouxeram às populações autóctones, que submeteram, uma organização política mais estruturada. Fundindo-se quase exclusivamente com elas, depois de desposarem as suas mulheres, souberam respeitar os títulos dos primeiros proprietários do solo e chegaram mesmo a adotar-lhes os cultos dos espíritos ancestrais, que observavam. No decorrer dos séculos, formaram-se poderosas chefias e foi assim que surgiu uma arte de corte, na região das nascentes do Cuango ou do Cassai. Cibinda Ilunga, herói-caçador e civilizador, filho de um chefe Luba⁶, casou com Lueji A’Nkonde, chefe do povo Lunda e o seu casamento provocou a migração dos dignitários, que se recusavam a prestar homenagem a um estrangeiro. Não obstante, a fama de Cibinda Ilunga propagou-se, a partir do século XVI, a todos os povos Lunda. O povo cokwe já vem a efetuar troca com os europeus desde o século XVIII por intermédio das caravanas. Elas levavam produtos alimentares de diferentes origens ao centro de Angola, nomeadamente milho, mandioca, tabaco, tecidos, pérolas, latão e espingardas de caça e de guerra (Oliveira, 1985). Antes mesmo da chegada dos europeus, os povos africanos, asiáticos e americanos já tinham inventado técnicas de fabrico de utensílios de trabalho e domésticos, inclusive usando para isso o metal ferroso (Sousa, 2012).

De acordo com os dados recolhidos na tradição oral, tudo começou da seguinte maneira:

Mbar Cinawezi casou-se com Musaang, gerando Mwaku. Este, por sua vez, casou-se com Kashwaashw, gerando Yaal. Yaal casou-se com Mukasi. Estes, posteriormente, geraram Matit, com quem Cikomb se casou, progenitores de Nkonde, com quem Mukomb se casou, gerando, assim, Cinguli, Cinyama, Kasaj, Dondj, Naweji, Kurumb e Lueji (Bastin, 1976).

Importa realçar que há autores que contam versões diferentes e afirmam que Nkonde teve seis filhos em vez de sete, como nos conta Bastin. Esta disparidade deve-se a deficiências de fontes escritas e à vulnerabilidade que tem a tradição oral (Sousa, 2012).

⁵ Lunda é a forma aportuguesada da palavra *ruund* que na língua *uruund* significa amizade (Sousa, 2012). Durante o nosso estudo optamos por utilizar a terminologia Lunda para se referir a este povo conhecido como *aruund*.

⁶ De acordo com a lenda tradicional e oral recolhida pelo general português Henriques de Carvalho, Luba ou Baluba, uma tribo de caçadores vinda dos Grandes Lagos, a Norte, teria atravessado o rio Congo ou Zaire e acampado próximo do afluente do rio Lomani, uma região habitada pelos Bungo, os primeiros a chegarem ali, vindos também da região dos Grandes Lagos, a Nordeste (Martins, 2008).

Após a organização política do povo Lunda, a liderança foi assumida por Yaal Mwaku. Este, por ser descendente da classe nobre, e perante o prestígio que ganhou na sua comunidade, de acordo com a linhagem patrilinear, viria a ser sucedido pelo seu descendente Nkonde (Bastin, 1976).

Certo dia, Nkonde, por não corresponder com os costumes do povo, os filhos mais velhos, Cinguli e Cinyama, ficaram irados com o sucedido e agrediram o pai, para se apoderarem do vinho de palmeira, chegaram mesmo a empurrá-lo para o chão, caindo-lhe as vestimentas e deixando-o debilitado. Lueji, tendo-se apercebido desse desrespeitoso e vergonhoso ato, dirigiu-se ao local do incidente, apanhou a roupa do pai e, de costas, vestiu-o. Esta atitude indecorosa provocou descontentamento no seio da família de Nkonde e da comunidade em geral. Após a sua recuperação, convocou os *tubungo* e toda a comunidade. Deu-lhes a conhecer que nenhum desses dois filhos herdaria o seu reinado, senão a princesa Lueji, pois mostrou uma atitude de solidariedade e honra. Foi por isso que a consideraram condutora dos destinos do império. Já no momento do seu último suspiro, Nkonde convocou todos os filhos dispersos nas terras dos Lunda, tal como tinha sido prometido, concederam-lhe o *lukhano* (bracelete dinástico), que simboliza a sua continuidade no poder. O ato foi testemunhado pelos lunda da corte da *Musumba* (Sousa, 2012). A liderança de Lueji foi assessorada pelo concelho de anciãos no século XV e foi aceite contra a vontade dos irmãos. Os irmãos mostraram descontentamento pela decisão do pai, como também causou conflitos com a irmã, até os *tubungo* apaziguarem a situação. Durante o seu reinado, Lueji foi aconselhada a desposar um parente próximo, até que um dia apareceu um homem caçador da etnia Luba, de nome Ilunga, mais conhecido por *cibind Ilunga*⁷ (caçador Ilunga).

Cibinda Ilunga, logo que o seu pai *Mutomdo Mukulo* (árvore velha), potentado luba morreu, deixa a capital do império Luba do Lomani, junto com os seus seguidores, grandes caçadores, abandonando o seu Estado e dirigiu-se para sul. Seguindo o curso do rio Kajidixi e assim chegaram às terras do Estado Lunda, governado por Lueji (Martins, 2008). «A Rainha Lueji instou-o a coabitar com os seus e, a dado passo, embora tenha sido aconselhada a encontrar esposo entre os parentes próximos, viu no forasteiro caçador Ilunga, o homem do seu coração, o que resultou em casamento» (Sousa, 2012:23).

Lueji A'Nkonde, na condição de líder tradicional, pôde escolher um homem para desposar, e tal ato não é recusado, muito pelo contrário, é uma escolha soberana. Porém, foi contra a vontade dos seus irmãos e os costumes tradicionais. Segundo a autora, presume-se que o facto terá acontecido no século XV, provavelmente em 1490 (Bastin, 1976). Foi neste ano que Cinguli e Cinyama, irmãos de Lueji, abandonam a corte. Insatisfeitos com a irmã que passou o *lukhano* ao marido enquanto entrava no *kwingond* ou *wayakal ku mwaku*, ou seja, no período menstrual. O direito costumeiro aconselha que durante este período ninguém exerça atividades espirituais ou até mesmo preparar alimentos para os seus esposos, quando entram no *ndako ja amama* ou

⁷ Na expressão aportuguesada chama-se Cibinda Ilunga.

fluxo menstrual. A fúria dos irmãos avultou-se quando Ilunga ostentava o poder e era a ele que todos deviam obedecer (Sousa, 2012).

Sousa (2012) presume que tenha sido em 1490 que os irmãos de Lueji decidiram retirar-se da corte e seguiram em direção oeste-sul, onde visavam fundar outros reinos e criar outros Estados, tudo isso, por não quererem submeter-se a um forasteiro, no caso, Cibinda Ilunga.

Lueji experimentou ser mãe. Ao notar que era estéril, e pensando na sucessão da família real, escolheu uma mulher de entre as parentes próximas. *Pwó wa mu cihunda* na língua cokwe, e dá por concubina ao esposo. Desta relação resultaram filhos, um dos quais Yav a Naweji (Sousa, 2012).

Martins (2008:83) explica esse relato doutra maneira:

Como bons caçadores que eram, aqueles estrangeiros Luba, foram ali bem recebidos e, desde logo, Lweji apaixonou-se por Ilunga com quem veio a casar-se pouco tempo depois.

Desta união nasceu um filho a quem foi dado o nome de Noeji e o título de «Muante lávua» ou «Muatiânvua» (senhor de todas as terras, de todas as riquezas). Este foi, pois, o primeiro Muatiânvua, ou Mwatchyanvua⁸.

De acordo com Sousa (2012) pode-se deduzir que Lueji terá subido ao poder no ano de 1520, tendo em conta as hipóteses que se levantam de uma média de trinta anos de cada reinado, e pensando no provável ano de 1490. Foi depois da morte de Ilunga que Lueji terá passado o poder para Yav a Naweji, tendo-se tornado o primeiro Mwant yav, tal como já fizemos referência, título que perdura até hoje, estando desde 2005 no trono, o 27º Mwant Yav, Sua Majestade Mushid III Kawumb a Kat a Kamin Tshombe. Segundo o autor, a entronização de Yav a Naweji deu início a uma das mais importantes dinastias da África austral, a dinastia de Mwant Yav.

O movimento migratório que a Rainha Lueji terá provocado fez com que Cingud, ao migrar para o ocidente até ao rio Kwangu fizesse aparecer na extensão do território Ruund os Imbangala, Cinyam, os Tuluvale, Na Kabamb os tucokwe entre outras comunidades aparentadas que atualmente estão espalhadas nos territórios de Angola, Congo Democrático e Zâmbia, respetivamente. E, em Angola é provável que elas estejam maioritariamente nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Bié e Kuando-Kubango (Sousa, 2012:24).

Após a migração dos dignitários, o grupo separou-se tomando duas direções, que resultou na formação de novos povos e línguas. Como é de conhecimento geral, a formação de uma língua

⁸ Segundo o mesmo autor, a palavras “lávua ou lanvua é um vocábulo lunda, que significa «lengue» em cokwe e designa uma espécie de cobra do tipo surucucu cujo nome científico é *Bitis gabonica*. Ora, segundo a história tradicional e oral lunda e quioca, Lueji quando estava a poucos dias do parto, foi mordida por uma daquelas cobras venenosas, o que lhe provocou um parto prematuro, originando, assim, o nascimento do seu primeiro filho, aos quais foram dados os nomes de Diulo e Noéji e o sobrenome de lávua. Este último nome relaciona-se com o acidente que originou o seu nascimento prematuro. Sendo lávua o herdeiro e senhor de Estado, seu pai Ilunga deu-lhe o título de Muante (em ucokwe, «muata»), e, desde logo, passou a chamar-se «Muante lávua», nome este que se foi transformando em Muatiânvua ou Muatiávua. Os tucokwe da província da Lunda-Norte pronunciam «Mwatchyanvua» e os luenas dizem «Muata lanvu». É curioso notar que, ainda hoje, entre os povos da Lunda, o primeiro nome dado aos filhos está quase sempre relacionado com qualquer facto ocorrido na altura em que a mãe dá à luz (Martins, 2008:105-106).

é um processo natural, fruto do contacto com outras línguas, a exemplo prático, é o que aconteceu com o povo cokwe. O grupo formado por Kelendende e Nakapamba desceu a margem esquerda do rio Kasai em direção ao nordeste, onde posteriormente instalaram *Usenge* ou sede na região do riacho Cokwe, afluente do rio Luembe em Kazji e Mukonda na atual província da Lunda-Sul. Multiplicaram-se neste local e desenvolveram a sua língua (cokwe), cujo povo identificado pelo mesmo nome ou tucokwe, diferente da língua do reino Lunda. Presume-se que os primeiros povos a ocuparem esta área são os phende. Atualmente ainda existe uma povoação com nome de mwene cokwe entre os municípios do Mukonda e Dala na província da Lunda-Sul. O nome cokwe proveio do rio onde instalaram *Usenge*, que significa Musumba ou acampamento, relacionada com a ideia de Cifuci (país). Lunda cokwe é uma denominação histórica, estabelecendo, desta forma, a relação desse povo com a sua origem e região. Porém, Lunda refere-se ao território e cokwe refere-se ao povo, após a emigração do povo cokwe da Musumba e, posteriormente, habitando no mesmo território com os seus parentes Lunda. A expansão cokwe começou com a guerra de ocupação territorial. Durante esse período, guerrearam os phende e venceram a disputa, tendo em conta a sua superioridade numérica. Os vencidos foram afugentados daquele território e alguns incorporados nas suas famílias. Este incidente processou-se de norte para sul, a partir das áreas dos rios Lwembe e Cihumbwe para alto Cikapa, Wango e mesmo alto Kasai ou Numa Kasai. A expansão e povoamento do povo cokwe é baseada por via de *munyaci* (linhagem ou genealogia). Mwakanhika, já referenciado acima, sucessor de Kelendende, definiu e procedeu à distribuição das terras conquistadas aos irmãos e sobrinhos. Mwakanhika e Mwandumba, o mesmo que Ndumba wa Tembo e Kamba Nguji, foram os principais chefes de linhagem cokwe, e ocuparam a área compreendida entre Luma Kasai, Alto Cikapa, e posteriormente expandiram-se para as regiões do Moxico, Kuemba e Katende no Bié. Ndumba wa Tembo conquistou a zona do Tchimboko e é bastante conhecida por esta atuação prestigiosa, após a derrota dos phende. O primeiro Mwata Txisenge ou Mwatxisenge era sobrinho de Muandumba, após a conquista dos territórios estabeleceu a sua capital *Usenge* na área de Itengo, entre o rio Luachimo e Cikapa a 40 km ao norte de Saurimo, atual capital da Lunda-Sul. No passado, todos os chefes desse território obedeciam ao Muatxisenge a quem pagavam Milambo *tributo* (Manassa, 2011).

Na Kabamb decidiu nunca mais regressar à Musumba e fixou-se na área de Muwewe com os seus filhos Cisenge e o grupo. Em véspera da sua morte, ela delegou poderes ao seu irmão primo, Ndumba wa Tembo para que educasse Cisenge, conforme as regras de filiação matrilinear. Passando algum tempo, o seu irmão primo Ndumba wa Tembo levou-o para o Alto Tchikapa e, aí, iniciou-o para assumir a extensão do poder político cokwe no Itengo, no Norte de Saulimbo⁹. Por este facto, ela é considerada até hoje, na corte cokwe, a «mãe eterna ou histórica», pois, marca a identidade cokwe, e o filho Mwacisenge tornar-se-á o soberano de todos os povos cokwe que habitam as atuais Repúblicas de Angola, a República Democrática do Congo e a da Zâmbia Sousa (2012:38).

⁹ Saulimbo é a designação de Saurimo na língua cokwe, atualmente capital da província da Lunda-Sul Sousa (2012:38).

Todos os chefes da aldeia, do clã ou de etnia, estabelecidos no território do império lunda, eram obrigados a pagar *milambo* tributos ao imperador e à sua corte. Isso ocorria todos os anos, na época seca de abril a agosto. O imperador mandava os seus cortesãos acompanhados por homens armados para recolherem impostos aos vassalos. Os tributos eram produtos que circulavam como dinheiro, a saber, marfim, peles valiosas de animais, tecidos, sal, carne, peixe, cogumelos secos, armas de qualquer espécie, pólvora, raparigas virgens, escravos de ambos os sexos, cobre em barra, anéis, utensílios, cruzetas e microcruzetas de cobre (Martins, 2008).

O lexema *Quioco*¹⁰ deriva da expressão que a Rainha Lweji tinha usado para expulsar o seu primo da Musumba, quando este, Ndumba wa Tembo, e os seus amigos decidiram abandonar o Estado Lunda. A Rainha ter-lhes-ia dito *Ayoko a ku Cingud* (*vão para lá para o Cingud*), porém, segundo o autor, *Quioco* significa expatriados (Martins, 2008). Tal como refere:

Em ucokwe, dir-se-ia: «ie-nu naua a ku Cingud» - ou então, falando deles: «aya-kwo a ku Cingud»; e em lunda: «aiu kuau» (que vão eles para, ou com o «Cingud»). No entanto, como esta forma de expressão pode ter evoluído, é muito natural que, antigamente, se expressassem na 3ª pessoa do conjuntivo presente do verbo «ku-ya» (ir) «a-yo» em vez de «a-ya», e que a forma comitiva «kwo» (com eles) tivesse sido mal pronunciada pelo intérprete ou pessoa que contou a história, e assim, por uma má pronúncia, tivesse sido transformada; da união de dois vocábulos num só pode ter derivado o vocábulo “woko”, que designa «aquele que vai e não volta» (Martins, 2008:85).

Por outro lado, Martins mostra-nos outra hipótese da possível origem do nome Quioco, de acordo com os dados recolhidos pelo general Henrique de Carvalho:

Os nativos desta região afirmam que tal nome não existe na língua deles e o mesmo lhes deve ter sido dado pelos kimbundu, pois são os únicos que os tratam pelo nome de «Quiocos» em vez de «Tucokwe», como eles se intitulam e como são tratados pelos outros povos vizinhos. «Kacokwe» indica um elemento do nome coletivo e forma plural «tucokwe» para indicar mais de um elemento da coletividade, enquanto «Ucokwe» designa a língua Quioco. A razão pela qual em kimbundu se diz «quioco» em vez de «Cokwe» deve ser a mudança do prefixo da 3ª classe TCHI em KI, visto que, em todas as palavras que em cokwe começam com o prefixo TCHI, este é traduzido em kimbundu pelo seu correspondente KI. Sendo assim, é de supor que seja o mesmo vocábulo, embora pronunciado de maneira diferente, isto é, adaptado à língua kimbundu (Martins, 2008:84-85).

2.2. Localização geográfica

O povo cokwe é de origem bantu e a sua língua tem a mesma designação *cokwe* ou *ucokwe*. Ela é a segunda língua franca no leste de Angola, onde se encontra situado, assim como nas províncias do Kasai e Katanga, na República Democrática do Congo, bem como no noroeste da

¹⁰ Quioco é a forma como alguns povos tratam o povo cokwe.

Zâmbia, onde há maior predominância do povo cokwe (Martins, 2008). Os cokwe constituem a etnia maioritária e mais influente no leste de Angola. Exercem uma hegemonia territorial e cultural neste espaço geográfico, através da sua língua (Chipuleno, 2017).

Segundo Martins (2008), 80 % da população do nordeste de Angola pertence à etnia cokwe. Além disso, esta etnia está espalhada nos países já referenciados. Ela vai para além da fronteira com a Namíbia, sem falar nos núcleos que vivem nas províncias de Malange, Bié e Cuando-Cubango e os constantes progressos e misturas com a etnia ngangela. Na República Democrática do Congo, ocupa muito mais espaço e tem maior número de locutores do que aquele que vive em Angola. Na República da Zâmbia, ocupa a parte ocidental, na zona fronteiriça entre Angola e a República Democrática do Congo. Importa salientar que essa etnia, antes de estar espalhada nos três países, pertencia a um só reino, que é o império Lunda, mas com a cobiça das grandes potências europeias, decidiram dividir o continente africano na conferência de Berlim de 1884-1885. Dividiram o interior do continente africano a sul do Sara, a régua e esquadro, entregando o antigo Zaire (atual República Democrática do Congo) à Bélgica, com pretexto de que Portugal só desenvolvia e tinha direito de ocupação na parte costeira e não no interior. Na referida conferência, Portugal reclamou, como suas pertenças, os territórios que ligavam Angola a Moçambique, tendo ficado conhecido o mapa representativo dessa zona como mapa cor-de-rosa. Portugal pretendia exercer soberania sobre essa zona, que lhe foi cedido pela França e pela Alemanha, porque não mostravam interesse nesse território, mas a pretensão portuguesa entrou em conflito com o projeto inglês de criar uma ferrovia, conforme nos explica Martins (2008:71):

Mas, em 11 de janeiro de 1890, o ultimato britânico caiu em Lisboa como uma catástrofe que nunca poderá apagar-se da memória dos portugueses, pelo qual eram exigidos a Portugal todos os territórios incluídos no já mencionado “mapa-cor-de-rosa”, pela Inglaterra, para que os ingleses pudessem exercer a sua soberania, e pudessem construir uma linha de caminho de ferro da Cidade do Cabo ao Cairo. Portugal que não tinha forças para se opor àquele ultimato, teve de ceder a tudo o que a Inglaterra, nossa antiga aliada quis. E foi deste modo que muitas etnias ficaram divididas, como sucedeu com os tucokwe, que poderiam constituir um só Estado, tendo por base de organização administrativa a língua e a organização política portuguesa, e, no entanto, ficaram divididos por três estados com três línguas diferentes, e três sistemas de organização político-administrativa diversa, quando toda etnia cokwe poderia ser angolana.

Sousa (2012) explica-nos relativamente a este incidente:

os europeus chegaram a África, já lá estavam organizados reinos; a civilização milenar dos egípcios já se tinha consolidado, e em Angola, por exemplo, Diogo Cão por exemplo estabeleceu contacto com a corte do reino do Congo, em 1482. Outros portugueses que o seguiram, tanto na costa quanto no interior, encontraram povos que no seu tempo estavam a constituir nações e a definir limites territoriais, cujo processo se iguala ao que se passou na Europa para a criação de Estados-Nações (Sousa, 2012:44-45).

2.3. Elementos gramaticais do cokwe segundo Martins (1990)

A gramática estuda e estabelece as normas de uma dada língua, mas também estuda as unidades lexicais e a correta construção frásica. Na LP, a flexão de um morfema coloca-se no final do morfema lexical e serve para indicar género e número, ao passo que na língua cokwe, o morfema flexional coloca-se no início do morfema lexical e determina o número da classe nominal. Portanto, este fenómeno é muito comum nas línguas bantu, sendo que a flexão do nome, quanto ao género, é neutro (Chicuna, 2014). Tal como já foi referido acima, a língua cokwe, como qualquer outra língua bantu, não tem muitos documentos escritos ou que ditem as regras que regulam o seu funcionamento, para além da adaptação do alfabeto das línguas europeias às línguas nacionais, (Muacanhica & Ilota, 2017).

Apesar de o tema retratar aspetos relacionados com a morfossintaxe, importa de alguma maneira detalhar neste ponto algumas regras da grafia e pronúncia na língua cokwe, segundo Martins (1990).

2.3.1. Alfabeto e seus caracteres

As vogais são como em português.

Regra geral não há ditongos: *ai, au, eu, ou*.

O *w* emprega-se em substituição de *u*.

Quando há duas vogais iniciais, o *i* ou *e* funcionam como semivogais. Por isso o *i* é substituído e grafado com *y*.

As consoantes são: *b, c, d, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, r, s, t, u, v, x, z*. E soam também como em português.

2.3.2. Grafia e pronúncia

De acordo com Martins (2008), em cokwe tal como em outras línguas bantu existem algumas regras estabelecidas para escrita, e cada letra tem um valor único em qualquer situação em que se encontra. O autor fundamenta, afirmando que em cada signo existe um som e em cada som um signo. Porém, importa realçar que faremos algumas censuras de grafias que se encontram em desuso, e usaremos grafias que se baseiam no novo acordo das línguas Nacionais de Angola.

Assim, o *s* tem sempre o valor de *ss* e de *c* antes de *e* e *i*.

O *g* nunca vale *j*. Pronuncia-se sempre *guê*.

O *j* pronuncia-se sempre como em português nas palavras *José* e *Justo*.

O *o* nunca é empregado com o valor de *u*.

O *q* e o *c*, nos seus valores duros, são substituídos por *k*.

O *c* só se emprega combinando com o *h=ch*.

A grafia dos sons *ch* e *tch*: em virtude destes valores aparecerem frequentemente nas línguas bantu e serem representados por formas diversas, consoante os autores (*c, cx, tx, ch, tch*, e ainda *sh* e *tsh*).

O *f*, quando precedido de *p*, de *t* ou qualquer outra consoante, deve pronunciar-se muito fraco e suavemente.

O *h* é sempre aspirado, excepto quando combinado com *c-ch*.

O *p* e o *h* não se combinam; pronunciam-se separadamente, notando-se bem a aspiração do *h*.

O *r* é sempre linguopalatal muito suave, e pronuncia-se como em inglês, aproximadamente.

Não existe o *r* forte nem *rr* dobrados.

Encontra-se outras particularidades, destinadas a fixar a índole da pronúncia cokwe, que facilmente se compreendem, como são: *mb*, *mp*, *nd*, *ng*, *nz*, *dj* em que o *m* e o *n* nasalam com as consoantes *b* ou *p*.

Tanto o *m* como o *n* nasalam sempre com a consoante seguinte, mesmo que sejam precedidos de vogal.

Martins (1990) alerta-nos de que a grafia do *r* em cokwe é um assunto que tem levantado muitas discussões. Este fonema é, por vezes, grafado conforme o parecer de cada um. Em algumas regiões de Angola, onde há mistura de tucokwe com luena, ambundu, gangela, umbundu entre outros, muitas vezes substitui-se o *r* por *l*, o que se pode constatar em todos os livros escritos em língua cokwe, sobretudo nas obras das missões protestantes ou católicas. Há uma grande evidência nisso, pois os tucokwe não pronunciam o *r* forte em português, muitos menos o *l*, mas sim um *r* linguopalatal tão fraco como o que se pronuncia na palavra *arara*. O facto de as publicações editadas pelos missionários católicos e protestantes grafarem *l* em vez de *r* levou Martins a deduzir que os tucokwe da região onde foram feitas as publicações pronunciam de forma acentuada o *l*.

2.3.3. Morfologia

Em cokwe, tal como em todas as línguas de origem bantu, dividem-se os seres em determinados números de classes, cujo conhecimento é absolutamente necessário, a fim de se poder estabelecer perfeita concordância entre as diferentes palavras de qualquer oração (Martins, 1990).

Na língua cokwe, com exceção das pessoas e de alguns animais, que têm nomes especiais para cada sexo, todos os restantes nomes são comuns de dois, ou epicenos, havendo, assim, as cinco formas de género, a saber:

Dois géneros distintos (masculino e feminino), para as pessoas ou coisas personificadas, dois para as aves, um neutro para pessoas ou coisas personificadas, um neutro para coisas indeterminadas e, por fim, dois para designar de uma maneira geral todos os seres animados, exceto coisas personificadas. Exemplo:

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1) Lunga (o homem) | Pwo (a mulher) |
| 2) Demba (o galo) | Tchali (a galinha) |
| 3) Kunji (o macho) | Tchihwo (a fêmea). |

2.3.4. Sintaxe

No que se refere às concordâncias e às funções que as palavras desempenham na oração, apresentamos algumas regras para organização da frase e a posição das palavras (Martins, 1990).

2.3.4.1. Concordância

No que respeita à concordância dos pronomes e adjetivos com os nomes, estes vêm sempre primeiro que aqueles. Exemplo:

- 4) Tchuma Tchipema (coisa boa).
- 5) Tchuma tchami (coisa minha).

A concordância de um adjetivo possessivo e um numeral cardinal ou ordinal com o mesmo nome, o numeral usa-se sempre no fim da frase. Exemplo:

- 6) Tusumbi twami tutatu (galinhas minhas três).
- 7) Ngombe j'ame atatu (bois meus três).

Quanto à concordância dos numerais e o adjetivo qualificativo com o mesmo nome, coloca-se sempre primeiro o numeral. Exemplo:

- 8) Atu awana apema (pessoas quatro boas).
- 9) Malumga atanu apema (cinco homens bons).

A concordância do adjetivo possessivo com o qualificativo, este usa-se sempre em último lugar. Exemplo:

- 10) Kawa k'ami kakehe (o meu cão pequeno).
- 11) Demba we munene (o teu galo grande).

Em relação à concordância dos numerais com os restantes adjetivos ou pronomes, deve empregar-se a forma usada para os numerais e adjetivos qualificativos.

2.3.4.2. Sujeito

Normalmente, o sujeito surge no princípio da frase. As formas pronominais, além de sujeito, servem também de complemento e, neste caso, são sempre colocadas entre as partículas formativas ou verbo pronominal auxiliar e o radical do verbo. Exemplo:

- 12) Kanalizanga (eles se amam).
- 13) Ya nguna-ku-zanga (eu te quero).
- 14) Yena una-ngu-zanga (tu me queres).
- 15) ie kana-um-zanga (ele a/o quer).
- 16) Yetwe tuna-ku-zanga (nós te queremos).
- 17) Yenwe nuna-um-zanga (vós nos quereis).
- 18) Ayo kana-tu-zanga (eles nos querem).

Quando a oração tem mais que um sujeito, a concordância faz-se com o último da frase. Exemplo:

- 19) Nzwo ny mahina ny imuna ny yuma yesue ipema yawema (a casa, os panos, a criação e tudo o que era bom, ardeu).

Como se pode ver na frase atrás citada, a conjunção *ny* (e) nunca se omite sejam muitos ou poucos os nomes expressos na oração.

2.3.4.3. Verbos

Tal como noutras línguas bantu, também os *cokwe* empregam muitas vezes um verbo em lugar de outro, sem, contudo, deixar de se perceber o sentido da frase. Exemplo:

20) a. Tchuma tchize a-tchi-lingile mwene (isto assim foi feito por ele).

Quando a forma correta seria:

20) b. Mwene ka-tchi-linguile tchuma tchize (ele é que fez isto assim).

Quando numa frase ou oração é necessário empregar verbos auxiliares, são normalmente estes que mudam o tempo, o modo, a voz e a forma, mantendo-se, por isso, o verbo principal no infinitivo e na forma afirmativa, precedido da partícula *nyi*. Exemplo:

21) Tcha-pwile nyi ku-zanga (eu não tinha amado).

22) Ku mungu-pwa nyi ku-linga (eu estarei a fazer).

2.3.4.4. Complementos

Quando um complemento direto não é um pronome, surge na forma primária, entre as partículas formativas e o radical do verbo, e coloca-se a seguir a este último, deixando, apenas em alguns casos, intercalar um ou outro locativo. Exemplo:

23) Mutu ku a-li kusuku (a pessoa está longe).

24) Mutu ku a-li mu nzuwo (a pessoa está em casa, dentro de casa).

Também em alguns casos, talvez por conveniência fonética, o complemento direto, quando representado por um pronome, pode colocar-se depois do verbo, na sua forma absoluta. Exemplo:

25) Kawa ké, yami na-lanjile-mu (o teu cão, eu comprei-o).

26) Kawa ké, yami na-mu-lanjile (o teu cão, eu o comprei).

Quando há dois complementos, um direto e outro indireto, ambos representados por pronomes, infixa-se o primeiro e sufixa-se o segundo. Exemplo:

27) Kawa yami na-mu-hele-yo (o cão, eu dei-o ou dei-lhe a ele).

Quando o verbo *ku-li* ou *ku-pwa* (ser ou estar, ter ou haver) tiver um complemento direto, representado por um pronome, deve colocar-se a partícula *nyi* entre ambos, não esquecendo que o *i* da aludida partícula cai ou contrai com a vogal inicial do pronome complemento. Exemplo:

28) Makanya, yena u-li n'ô? (tabaco, tu tem-lo?).

29) É, yami ngu-li n'ô (si, eu tenho-o).

30) Tchivale, u-li natcho? (milho, tem-lo, estás com ele?).

31) É nguli natcho (sim, eu tenho-o, ou estou com ele).

2.3.4.5. Período e oração

2.3.4.5.1. Orações coordenadas:

Tal como em português, as orações coordenadas são ligadas por conjunções, mas por vezes, estas não estão expressas. Exemplo:

a) Copulativas:

32) Lunga ha-ya nyi pwo lienyi, neye ha-ya (o homem foi-se embora e a mulher dele também foi).

b) Adversativas:

33) Kasumbi ku a-li nyi mapulwa, bwalu kechi ku-humuka (a galinha tem asas, mas não voa) ou kasumbi ku a-li nyi mapulwa, kechi ku-humuka (a galinha tem asas; não voa). Neste caso é omitida a conjunção.

c) Disjuntiva:

34) Nyi mutaha meya nyi ka-mu-kosa mhina (apanhas água ou lavas a roupa ou apanhas água ou então lavas a roupa).

d) Conclusivas:

35) Wa-sana meya, kechika una-pepema (lavaste-te, por isso estás tão limpo).

36) Nguna-wangama mumu nguna-inza (estou magro, pois estou doente).

2.3.4.5.2. Orações subordinadas

a) Relativas:

37) Itemo nguna-mono yami, i-na-peme tchintche (as flores que eu vejo são muito lindas).

b) Causais:

38) Yie ka-yie ou ka-yile ku mulimo te kana inza (ele não foi para o trabalho porque estava doente).

c) Finais:

39) Tu-eya kunu hanga ngu-ku-tale kanawa (vem aqui para que eu te veja bem).

d) Temporais:

40) Mu-ngu-ya ku lwiji muse m' eza mama (irei ao rio quando vier a minha mãe).

e) Comparativas:

41) Ka-linga mulimo tchipema ngwe tchize ana-linga mukwo (fez um bom trabalho ou trabalho tão bem como o outro).

f) Condicionais:

42) Nyi una-ka-longa kalasa katchi una nyingika ku-tanga (se tivesses ido à escola [aprender escola], saberias ler).

g) Consecutivas:

43) Té há-pwa kachinakaji tchintche nyi kwenda ká (era tão velhinho que nem andava).

h) Concessivas:

44) Mu-ya musono, tchipwe ku-solo (vais hoje, embora não queiras).

i) Integrantes:

45) Alberto Kan`ambe ngo ma-ya ku Luanda (Alberto diz que vai para Luanda).

2.3.4.5.3. Orações sem sujeito ou cujo sujeito é indeterminado

Tal como nas outras línguas, também em cokwe há orações de sujeito indeterminado. Exemplo:

46) Ha-lamba ku tchajio (bateram à porta). Aqui o sujeito é indeterminado:

Ao contrário do que acontece na língua portuguesa, são muito raras as orações sem sujeito.

Exemplo:

47) Vula kana-noka (a chuva está a chover [chove]).

48) Vula kana-henia (a chuva está a relampejar [relampeja]).

49) Vula kana linga mihato (a chuva está a fazer barrulho [troveja]).

50) Mikanda i-li kunu (os livros estão aqui [há livros aqui]).

51) Atu api kwa-li (os homens maus existem [há homens maus]).

52) Katchi ku a-pwanga kalasa (devia haver aulas).

Nota-se que nas orações expostas, só a última que não tem sujeito.

Capítulo III: Morfologia e sintaxe segundo a Gramática Generativa

A investigação generativista orienta-se para a procura de resposta a duas questões centrais no paradigma, (a) qual é a natureza do conhecimento da língua? (b) como se desenvolve este conhecimento?

A resposta à primeira questão consistiu no modelo gramatical conhecido sob o nome de teoria padrão e apresentado em *Aspects of the Theory of Syntax*,¹¹. Nesta teoria, a forma gramática complexifica-se, passando a incluir como um subsistema do léxico e a componente semântica do ponto de vista sintático. As transformações de uma determinada língua deixam de ser encaradas como operações que atuam sobre as frases nucleares e originam frases com derivações, para serem definidas como operações, que projetam representações sintáticas subjacentes em outras representações sintáticas. De acordo com a resposta dada à segunda questão, é um mecanismo de aquisição da linguagem que, a partir da componente invariante da faculdade da linguagem, permite a construção da gramática mais simples e compatível com os dados linguísticos associados à realidade sociolinguística do falante (Chomsky, 1986).

3.1. O estruturalismo segundo Noam Chomsky

O termo *gramática* tem sido usado de forma variada, sendo que no uso convencional, uma gramática é a descrição ou uma teoria de uma língua, um objeto construído por um linguista. A linguística estrutural e descritiva, a psicologia do comportamento e outras abordagens contemporâneas manifestam uma certa tendência para encarar uma determinada língua como um conjunto de ações, produções ou formas linguísticas (palavras e frases) seguidas de significados como sistema de eventos linguísticos. Ao passo que, no estruturalismo saussuriano, uma língua, *langue*, era encarada como um sistema de sons interligados a um sistema de conceitos (Chomsky, 1986). A variante linguística estrutural-descritiva teve maior influência de Bloomfield (1928), cuja ideia centrou-se primeiramente no som e na estrutura de palavra, à exceção de várias propostas, uma delas é a de Zellig Harris, que retrata como os sintagmas poderiam ser construídos através de princípios analíticos modelados a partir daqueles que foram introduzidos para a fonologia e para a morfologia. David Lewis (1975) *apud* Chomsky (1986) define uma língua como um emparelhamento de frases e de significados sobre um domínio infinito em que a língua é usada por uma população, quando se verifica que sustenta o interesse de comunicação.

Chomsky (1986) encara a gramática como um sistema de princípios e parâmetros. Para tal, propõe uma segunda mudança conceptual da gramática generativa, que remete para um equilíbrio e para preocupações apropriadas e explicativas em busca de respostas a questões

¹¹ *Aspects of the Theory of Syntax*. Camb, Mass: The MIT Press.

relacionadas com a origem do conhecimento de uma língua. Com efeito, a caracterização do conhecimento atingido pelos falantes exige a construção de gramáticas particulares, que, adequadamente, dão conta das propriedades de cada língua natural. Assim, é necessário que a Gramática Universal (GU), enquanto modalização da faculdade da linguagem, seja rígida e restritiva, para dar conta da rapidez e uniformidade do processo de aquisição e, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para permitir a diversidade dos níveis de conhecimentos atingidos pelos falantes de cada língua particular.

O estudo da língua tem uma história muito longa e estende-se por milhares de anos. Tem sido muitas vezes entendido como uma pesquisa acerca da natureza da mente e o pensamento. A gramática é a mesma para todas as línguas, ainda que possa variar de forma accidental. As línguas particulares usam vários mecanismos, alguns radicados na razão humana ou arbitrários e casuais para expressão do pensamento, que é uma constante nas línguas. O gramático racionalista do século XVIII definiu a gramática geral como uma ciência dedutiva que se ocupa dos princípios imutáveis e gerais da linguagem oral ou escrita e suas consequências (cf. Chomsky, 1986).

A ciência da linguagem não difere muito da ciência do pensamento. Chomsky (1986) fundamenta essa afirmação dizendo que a gramática particular não é uma verdadeira ciência, sendo antes, na ótica desta tradição racionalista, uma arte ou técnica que mostra o modo como certas línguas realizam os princípios gerais da razão humana. O autor refere:

John Stuart Mill exprimiu posteriormente a mesma ideia: «os princípios e as regras da gramática são os meios pelos quais as formas da língua correspondem às formas universais do pensamento... A estrutura de cada frase é uma lição de lógica» (Chomsky, 1986:21).

Toda a língua está sujeita a variação, sendo que essa variação pode ser histórica, social ou situacional e faz parte da integridade humana, mas também pode ser estudada e descrita. Toda a língua viva está sujeita a mudanças. Por conseguinte, num determinado país com várias línguas, há sempre uma que adquire maior prestígio e que se impõe como norma ou língua oficial, atendendo às necessidades comunicativas, sociopolíticas, históricas e pedagógicas. Esta determinação não tem a ver com fatores linguísticos, pelo contrário, são fatores extralinguísticos que influem nessa escolha. A língua proclamada oficial funcionará como língua de cultura e ensino (Faria, 1996).

De acordo com o conceito saussuriano de *langue*, a língua é um produto social. Para Bloomfield (1928), uma língua é a *totalidade dos enunciados que podem ser produzidos numa comunidade linguística*. Este conceito, apesar de ser delimitado na sua conceção, pode ser considerado adequado neste aspeto. O mesmo se pode afirmar acerca da definição de língua como um *complexo de disposições atuais para o comportamento verbal*, proposta por Quine (1972) na medida em que se centra um estado interno (Chomsky, 1986).

Segundo Duarte (2000), não existem e nunca existiram sociedades humanas conhecidas que não disponham de uma língua natural, porém, importa realçar que nem todas desenvolveram sistemas simbólicos de representação da sua língua, sobretudo, sistemas de escrita. Muitos

mitos e religiões de vários povos acreditam que falar uma língua é aquilo que distingue os homens dos restantes animais, portanto, Duarte (2000) reitera esta afirmação ao dizer que *a criança é uma coisa, só adquirindo o estatuto de pessoa quando começa a usar a língua da comunidade a que pertence*. Língua é um conjunto ou sistema de ações e comportamentos. De acordo com esse ponto de vista, Chomsky afirma que uma gramática é uma coleção de afirmações descritivas que dizem respeito à língua externa (E), a atos linguísticos reais acompanhados de uma análise do seu contexto de uso ou do conteúdo semântico. Para Bloomfield (1928), a gramática tem sido vista como uma propriedade da língua-E, segundo a qual uma gramática é a combinação portadora de significado das formas de uma língua. Para Chomsky, na literatura generativista, o termo *língua* tem sido regularmente usado para designar língua-E¹² como um conjunto de frases bem estruturadas com uma totalidade de enunciados. O termo *gramática* foi então utilizado com uma ambiguidade sistemática, referindo-se àquilo que se considera língua interna (I). O mesmo se pode dizer acerca da gramática universal (GU), que pode ser encarada com a mesma ambiguidade sistemática que a língua-E. Importa realçar que Chomsky faz uso do termo *língua* no sentido intuitivo do uso informal, isto é, usa o termo *língua* como um termo técnico em vez de *gramática generativa* no sentido de língua-I¹³. O termo *gramática generativa* teria, então, sido usado para a teoria do linguista acerca da língua-I (Chomsky, 1986).

A corrente estruturalista chomskyana procura isolar as formas linguísticas que verificam relações sistemáticas e regulares que podem ser transformacionalmente geradas pela sintaxe, dependendo de relações idiossincráticas, conseqüentemente imprevisíveis. Assim sendo, a hipótese lexicalista criou condições para o desenvolvimento da investigação sobre a morfologia das línguas naturais enquanto domínio autónomo no quadro do programa generativo. O modelo de (Halle, 1973) relacionou a morfologia e a sintaxe considerando tratar-se de processos resultantes da intervenção de um conjunto de regras de formação de palavras que, juntamente com o inventário de morfemas e com um filtro, constitui um submódulo do léxico, a que dá o nome de morfologia. Por outro lado, este modelo apresenta um modo de relacionamento entre a morfologia, o léxico e as demais componentes da gramática, nomeadamente, a sintaxe e a fonologia. A sua proposta, de algum modo, está no centro de diversas discussões. Os defensores da Hipótese Lexicalista Fraca consideram que o processo de composição e da flexão não é processado no léxico, mas sim na sintaxe ou na fonologia pós-sintática. Os defensores da Hipótese Lexicalista Forte argumentam que a flexão e a derivação não são processos distintos, pois consideram que tanto uma como outra são processadas no léxico. As deficiências destas

¹² Língua externa (E) “tudo o que se relaciona com a extensão geográfica das línguas e a fragmentação dialetal diz respeito à linguística externa” (Saussure, 1995:53).

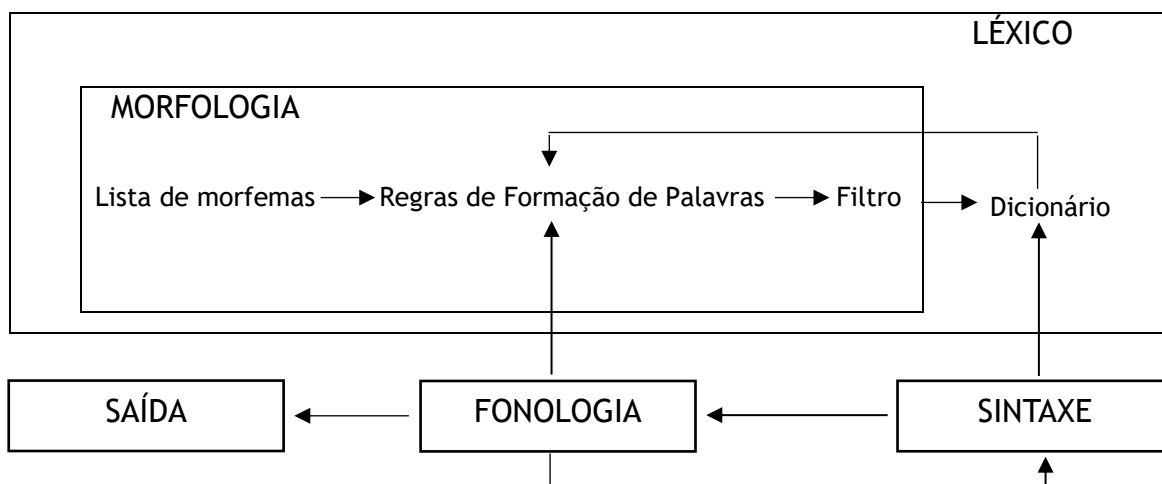
¹³ Língua interna (I) “um sistema de regras de um certo tipo, uma realização específica das opções permitidas pela GU, fixadas pela experiência. O sistema de regras atribui a cada expressão uma estrutura que podemos considerar como sabemos sendo um conjunto de representações, uma em cada nível linguístico, sendo um nível linguístico um sistema particular de representação mental. Esta estrutura deve fornecer ao indivíduo que conhece a língua toda a informação disponível acerca de uma expressão, na medida em que esta informação deriva da faculdade da linguagem; as suas representações devem especificar em que é que a faculdade da linguagem contribui para determinar o modo como a expressão é produzida, usada e compreendida” (Chomsky, 1986:62-63).

duas versões da morfologia lexicalista impedem a adoção de qualquer uma delas (Villalva, 2000).

Chomsky (1986), ao descrever as línguas naturais, baseou-se nas propriedades constitutivas da linguagem natural, de entre elas, a recursividade, a ambiguidade estrutural e a descontinuidade. Por meio deste estudo surge uma teoria das linguagens formais e uma hierarquia das gramáticas e linguagens que se tornam clássicas em Linguística e nas Ciências da Computação. Chomsky argumenta que, para a descrição da linguagem natural, as gramáticas de estados finitos são insuficientes, em termos de capacidade generativa fraca¹⁴ e as gramáticas sintagmáticas, independentes do contexto, em capacidade generativa forte¹⁵. Segundo o autor, a combinação da gramática generativa forte e fraca com gramáticas transformacionais permite dar adequadamente conta da estrutura da linguagem natural e propõe uma forma de gramática organizada em três componentes: sintagmática, transformacional e morfofonológica.

Chomsky considera a ordem das palavras na frase como competência linguística. A gramática de uma língua pretende fazer descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte ideal. Uma gramática totalmente ideal deve atribuir a cada uma das frases um conjunto infinito e uma descrição estrutural (cf. Endruschat: 2015).

A morfologia generativa apresenta uma proposta de Halle (1973) e esclarece o conhecimento que os falantes possuem das palavras existentes, numa determinada língua, sobre os morfemas que as constituem e sobre o modo como estes constituintes se relacionam e organizam. Permite quer a análise de palavras existentes, quer a formação de novas palavras. O mesmo trabalho integra ainda uma hipótese sobre a interação entre a teoria da formação de palavras e a teoria da gramática, localizando a morfologia no léxico e estabelecendo modos de relação entre as diversas componentes, nomeadamente a morfologia e sintaxe:



Fonte: (Villalva, 2000:19).

Figura 1 - Constituição morfológica

¹⁴ O conjunto de sequências de uma linguagem geradas pela gramática.

¹⁵ O conjunto de descrições estruturais atribuídas por uma gramática às sequências por ela enumeradas.

A lista de morfemas inclui radicais verbais, nominais e adjetivais, e afixos derivacionais e flexionais, aos quais está associada informação gramatical, como a categoria sintática ou tipo de flexão, e informação idiossincrática (relacionada, por exemplo, com a etimologia dos morfemas). O módulo de regras de formação de palavras, que se ocupa da derivação ou flexão, faz a seleção da lista de morfemas e estipula as sequências bem formadas. Determina as suas propriedades não idiossincráticas e gera livremente todas as palavras de acordo com as suas especificações por concatenação de afixos e radicais ou palavras (Villalva, 2000). Chomsky (1986:63) refere:

À teoria da estrutura linguística (GU) caberá a tarefa de especificar estes conceitos com precisão. Esta teoria deve fornecer gramáticas para as línguas-l que podem, em princípio, ser atingidas pela mente/cérebro dos seres humanos, dada a experiência apropriada, e deve ainda ser restringida, de tal modo que apenas a língua-l correta seja determinada, dado o tipo de evidência que é suficiente para a aquisição da linguagem.

Quando se fala de estruturalismo não se pode deixar de lado Ferdinand Saussure, o fundador do estruturalismo linguístico. A sua principal obra, o *Cours de linguistique générale*, foi publicada postumamente em 1916, e é por vezes apelidada de *Bíblia* da linguística e todo o estudante deveria tê-lo consultado, pelo menos uma vez. É um dos maiores clássicos da semiótica que teve em vista o signo linguístico, como nos afirma Endruschat (2015). A autora refere:

Para Saussure a língua (*langue*) é um sistema de signos, por meio do qual se exprimem ideias, sendo neste sentido comparável à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às fórmulas de cortesia, aos sinais militares. Mas dentro da semiologia, a linguística é talvez a de cortesia mais importante. Ao sistema da língua (*langue*), Saussure contrapõe a fala *parole*, o ato individual de realização da faculdade de linguagem. Também de uma maneira clara, Saussure faz a distinção entre duas ordens de fenómenos relativos à língua: entre estado da língua num determinado momento do tempo (descrição sincrónica da língua, *sincronia*) e evolução do sistema linguístico no decurso dos séculos (linguística diacrónica, *diacronia*), ao mesmo tempo que deu ênfase ao primeiro aspeto (contra a corrente do seu tempo) (Endruschat: 2015:61).

Os conceitos de *langue* vs. *parole* foram cunhados na obra supracitada, ambos são aplicáveis à língua em concreto e não à língua em si. Saussure entende por *langue* um sistema abstrato dos signos e regras, enquanto *parole* se refere à realização concreta da *langue* no seu uso pelos sujeitos falantes. A *langue* refere-se à realização concreta da *langue* no seu uso pelos sujeitos falantes. A *langue* é caracterizada como um sistema estático de signos de validade de um indivíduo numa determinada sociedade, próprio de cada língua concreta, que assenta na invariância e na funcionalidade dos seus elementos (Endruschat, 2015).

3.1.1. Linguística descritiva

Gleason *et al.* (1985) definem a linguística descritiva como uma disciplina que estuda as línguas em termos das suas estruturas internas, ou seja, a linguística é a ciência que procura compreender a linguagem na sua perspectiva e estrutura interna. Os autores reforçam essa ideia afirmando que não é uma ciência isolada e completamente autónoma, trata-se de uma área que possui investigação clara e rigorosamente delimitada, com um método próprio altamente desenvolvido, eficaz e absolutamente característico. Ela tem relações com outras ciências, de entre elas, a acústica física, a teoria da comunicação, a fisiologia humana, a psicologia e a antropologia, para obter certos conceitos básicos. É de realçar também que a linguística dá um enorme contributo a estas disciplinas. Por mais estreita que seja a sua correlação com as outras ciências, ela separa-se claramente destas, de modo a ocupar-se primeiramente da estrutura da linguagem.

A linguagem é uma das maiores características dos seres humanos, porém, nos últimos tempos tem sido grande o objeto de estudo nas universidades. Atualmente não são só as línguas europeias ou da antiguidade clássica que têm sido alvo de estudos, mas sim, muitas línguas que têm sido estudadas, em virtude das mudanças registadas nas línguas vivas, até as línguas individuais. À medida que uma das ciências sociais cresce, encontra no seu domínio ciências da linguagem. A psicologia, a sociologia e a antropologia investigaram a língua como um sistema interligado com a personalidade, a sociedade e a cultura. A linguagem é um conceito que tem maior afinidade com a sociedade e que pode ser estudada sob diversos pontos de vista, basicamente, são duas palavras indissociáveis e interessantes em si mesmo. O linguista ocupa-se do som como meio pelo qual a informação é transmitida, trata-se de um sistema de palavras organizadas ou estruturadas. A linguagem é analisada como uma sequência ordenada de certas espécies e sequências de sons. Esta ordena-se em termos de um sistema muito complexo de padrões que ocorrem repetidamente, padrões estes que formam a estrutura da expressão, que é um dos componentes fundamentais da linguagem. Segundo a autora, a linguística descritiva é um ramo da linguística que se encontra convencionalmente dividido em duas partes: a fonologia que se ocupa dos fonemas e das suas sequências; a gramática que se ocupa do estudo dos morfemas e das suas combinações. Os outros ramos da linguística são a linguística histórica, que consiste em estudar as transformações das línguas ao longo do tempo e a linguística comparada, que se ocupa das relações entre línguas com uma maior origem comum (Gleason, 1985).

A linguística descritiva consiste em descrever a estrutura morfossintática de uma língua e não determinar aquilo que se espera que digam em situações prováveis. Tal não seria, de modo algum, uma gramática, mas sim um reportório completo do meio ambiente e da cultura da sociedade em questão. Por exemplo, para se dar conta de certas frases possíveis, mas que não ocorram, obviamente, seria um dos pormenores do sistema tabu. Depois teria que abranger também a conceção do mundo e da natureza dessa sociedade, portanto, o que pode, sem sombra de dúvidas, influenciar de uma forma muito notória o facto de dizerem algumas coisas e não dizerem outras. A linguística descritiva defende que seria de algum modo desejável

possuirmos uma descrição total de cultura de um povo, incluindo a língua e o seu meio ambiente. Tal abordagem não resultaria numa formulação estrutural sistemática, mas apenas num reportório de episódios. O domínio da linguística descritiva, para estudar comportamentos linguísticos, é preciso segregá-los primeiramente em vários aspetos, consistindo cada um nos temas que possam ser estudados em grupo. Um deles incluirá todas as questões relacionadas com a gramaticalidade do discurso. A tarefa de uma gramática consiste em descrever os padrões de construção de uma língua, definindo uma formulação, talvez sob a forma de regra, que cubra cada um dos critérios de regra da gramática. Só neste sentido é que se pode dizer que uma gramática descreve todas as frases de uma língua (Gleason, 1985):

Um *corpus* será representativo duma língua, na medida em que inclua uma exemplificação adequada daqueles esquemas de construção. O número destes é suficientemente pequeno para que seja lícito esperar que um *corpus* de material cuidadosamente reunido alcance um grau elevado de representatividade. Um segundo *corpus*, de alcance comparável, servirá também para exemplificar uma percentagem igualmente alta dos esquemas de construção pertinente. Sendo este o caso, a maioria dos traços gramaticais de qualquer dos *corpora* deve, logicamente, ser partilhada pelo outro (*Ibid.*, 211-213).

O objetivo da linguística descritiva é a gramaticalidade das frases, é o que determina o seu método. As restrições suscetíveis de serem estudadas pela metodologia da linguística descritiva são as normas gramaticais. Uma gramática é um mero estudo sistemático desses meios de controlo. Uma gramática descritiva tem limitações em registar os padrões estruturais discerníveis no *corpus* em que se baseia e que, por conseguinte, se podem considerar como traços distintivos da língua. Ela não faz avaliação em termos de fator extralinguístico. Porém, nem todas as combinações que são utilizadas têm o mesmo significado social. A dimensão da linguagem merece um estudo cuidadoso. Para ser realista deve basear-se nas definições de utilização fornecidas por uma gramática descritiva. Há, portanto, que ter conta que não se deve confundir os problemas de identificação dos padrões linguísticos com os da perspectiva semântica, concretamente com o seu significado social, na medida em que são necessários métodos inteiramente diferentes (Gleason, 1985).

O estudo de teoria linguística é essencialmente um conjunto de descrições morfossintáticas, fonológicas e semânticas disponíveis para a construção de gramáticas, constituindo um determinado método para a construção de enunciados. Para a construção de gramática de uma língua natural é imprescindível recorrer a uma teoria linguística através de estudos desenvolvidos, rigoroso e preciso da forma de gramática correspondente ao conjunto de níveis abrangidos por essa teoria. Para alcançar os objetivos da gramática, basta ao falante assumir um conhecimento parcial de frase e não frase. O que quer dizer que as sequências de fonema são frases e, o que determina outras sequências, obviamente, que o não são. Em muitos casos, a própria gramática dá resposta quando esta estiver construída de forma mais simples, incluindo as frases gramaticais e excluindo as frases agramaticais (Chomsky, 1980).

A linguística descritiva ocupa-se de duas tarefas muito diferentes, a primeira consiste em descrever línguas ou dialetos em termos da sua estrutura característica. A segunda tarefa da

linguística descritiva visa elaborar uma teoria geral da estrutura linguística ou estabelecer um quadro conceitual dentro do qual um investigador possa trabalhar, ao tentar compreender como está estruturada uma determinada língua específica. Esta segunda tarefa pode ser comparada com base nos estudos das diversas descrições de várias línguas, que visam extrair os esquemas que pareçam possuir verdadeiro interesse e significado (Gleason, 1985).

Segundo Labov (2008), os procedimentos da linguística descritiva baseiam-se na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais. Como refere:

No passado, era natural considerar essas normas com invariantes, compartilhadas por todos os membros da comunidade da fala. No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos (Labov, 2008:140).

A forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que a posição social do falante muda, o que torna a língua como um indicador de mudança social (Labov, 2008).

3.2. Morfologia

A morfologia é um ramo da linguística que tem a palavra por objeto, e que estuda a sua estrutura interna, a organização dos seus constituintes e, por outro lado, o modo como esta estrutura reflete a relação com outras palavras, que parecem estar associadas a ela de maneira especial. Importa também realçar que no estudo da morfologia inclui-se a análise de unidades, que são usadas nas alterações sofridas, nomeadamente, afixos flexionais e derivacionais, bem como as regras que são postuladas para dar conta dessas alterações. A morfologia analisa as formas de palavras e alterações sistemáticas (Faria, 1996:216):

Considerando ainda outro caso que levanta problemas à análise estruturalista, temos em português vários exemplos de palavras formadas a partir de um prefixo, sendo o processo simultâneo, como o verbo “encurtar”, que é uma forma morfológica única, formada a partir do adjetivo “curto”, por meio de uma prefixação e uma sufixação simultânea; nestas circunstâncias, fala-se de circunfixos e do processo de circunfixação, ou de parassíntese, nome pelo qual este processo é designado em português. Tanto a circunfixação, como a infixação, levantam o problema de ao resultarem em unidades morfológicas descontínuas no interior de uma forma complexa, não permitirem o mesmo tipo de correspondência (Faria, 1996:230-231).

A morfologia ocupa-se do estudo das configurações formais, que as categorias/estruturais flexionais e derivacionais tomam. O seu objeto abrange toda a dimensão semântica e os seus valores funcionais. A delimitação da identidade da morfologia procura determinar o lugar que ocupa na gramática através das relações que mantém com a sintaxe, com a fonologia, com a semântica e com as ciências do léxico. Na língua portuguesa, as categorias gramaticais manifestam-se morfologicamente (Rio-Torto, 1998).

De um ponto de vista metodológico, o objeto primeiro da análise morfológica não é a palavra, mas as entidades mínimas de significação que a compõem, a natureza das significações que veiculam, as modalidades de ocorrência das entidades, os padrões e as regras de combinatória por que se regem, as regras e as restrições que presidem à estrutura interna das palavras (Rio-Torto, 1998:47).

Segundo Endruschat (2015), a morfologia estuda a estrutura das palavras e atribui-lhes propriedades categoriais (gramaticais). As palavras podem ocorrer de diversas formas, com diferente configuração fonética/ortográfica. Entretanto, existem dois processos que levam ao surgimento de formas de palavra e que a morfologia descreve, que são a formação de palavras e a flexão. O processo de formação de palavras leva à formação de palavras novas a partir daquelas já existentes. Por exemplo, cão/cãozinho, arranha/arranha-céus. A flexão conduz à formação de novas palavras flexionadas por meio de afixos flexionais. Por exemplo, casa/casas; cantar/canto. Sobre o processo de flexão, Rio-Torto (1998:50-51) explica-nos o seguinte:

Estes morfemas são afixos presos, que ocorrem predominantemente em posição sufixal e/ou à direita do tema/radical da palavra, e na maior parte dos casos em posição periférica relativamente aos afixos lexicais. Portadores de significação predominantemente gramatical, mas que não exclui dimensões categoriais, sintáticas e lexicais, estes afixos lexicais pelo facto de não terem poderes de alterar a classe gramatical da base a que se agregam.

Morfologia flexional ocupa-se dos estudos e mecanismos da flexão da língua. Em português existem diversas classes lexicais que exigem a presença dos monemas flexionais que remetem disjuntivamente para as categorias de género, número, pessoa, tempo e modo (Rio-Torto, 1998).

3.2.1. Morfemas, morfes e alomorfes

A morfologia dispõe de um instrumental que lhe possibilita fazer registos, descrever e explicar a estrutura das palavras e das formas de palavras. As unidades descritivas fundamentais são o morfema e o morfe. No plano da *parole*, é por meio da segmentação que se obtêm os morfes, os mais pequenos segmentos portadores de significados; no plano da *langue*, pelo contrário, estes segmentos são classificados como morfemas, e são descritos como os mais pequenos elementos portadores de significados (cf. Endruschat, 2015).

3.3. Sintaxe

A sintaxe é a disposição ou a ordem das palavras dentro de uma frase. Ela estuda o modo como este princípio tem continuidade ao formarem-se sintagmas e frases a partir de formas de palavras. Ela tem como objeto de estudo descrever e analisar estas unidades sintáticas e estabelecer regras segundo as quais elas se podem formar (cf. Endruschat, 2015). As sequências estruturadas de palavras na sintaxe podem ser designadas de grupos de palavras ou sintagmas. Um sintagma pode consistir em sons, grupos de palavras, membros da frase ou frases inteiras.

A Sintaxe ocupa-se do estudo dos princípios e processos que presidem à construção das frases numa determinada língua. O estudo sintático de uma língua tem como mecanismo a estruturação das frases. De modo geral, os linguistas deverão ter em conta as produções frásicas que se adequam às propriedades básicas fundamentais da gramática. O resultado desta investigação deverá ser uma teoria da estrutura linguística em que as descrições feitas em gramáticas particulares são apresentadas e estudadas de forma abstrata, sem referência específica a línguas particulares. A teoria linguística fornece um método geral de seleção de uma gramática, tendo em conta o *corpus* de frase dessa língua (Chomsky, 1980).

3.3.1. Teorias da sintaxe

Segundo (cf. Endruschat: 2015), a linguística histórica não levou em conta as regras da sintaxe durante a reconstrução da história dos diferentes elementos do fenómeno linguístico. Na sua originalidade, o estruturalismo ocupou-se mais da identificação dos elementos individuais nomeadamente, fonemas, morfemas, lexemas do que a regra da sua combinação. Por oposição, os modelos estruturalistas dominantes da segunda metade do século XX, de entre elas a gramática generativa transformacional, a gramática sintagmática, revelam atenção aos problemas sintáticos. Na teoria dos atos da fala, os elementos da sintaxe desempenham um papel mais reduzido, não fazendo referência ao primeiro plano de estruturação de frases corretas, mas ao sentido e à função do enunciado. Endruschat (2015) apresenta alguns modelos estruturalistas de teorias importantes da sintaxe:

- (i) **Teorias tradicionais**, o tipo básico de frase assenta na relação entre o sujeito e o predicado, e a descrição dos vários membros da frase faz-se com os conceitos da gramática tradicional greco-latina (sujeito, predicado, objeto, etc.).
- (ii) **Sintaxe estruturalista**, os elementos linguísticos são classificados com base na sua ocorrência e no contexto linguístico. O quadro da análise é constituído pela frase, que é simultaneamente a fronteira superior da descrição gramatical. As variadas frases são designadas constituintes.
- (iii) **Gramática dependencial**, descreve a relação entre os elementos frásicos como dependências. A frase aparece como um todo hierarquicamente ordenado, que é determinado por relações de dependência.
- (iv) **Sintaxe generativa**, a língua é definida como um sistema que permite gerar todas as frases gramaticais de uma língua a partir de elementos e regras. Como o conjunto das frases de uma língua é infinito, no entanto, a tarefa da sintaxe consiste em fazer descrição de todas as frases possíveis com ajuda de um conjunto finitos de instruções de construção às regras transformacionais.
- (v) **Teoria da regência e ligação**, é um modelo de sintaxe da gramática generativa transformacional que compreende três níveis de representação sintática: a estrutura profunda (projeção direta das informações lexicais, por exemplo estruturas verbo-argumento), a estrutura da superfície (como nível

intermédio), a forma fonética (*output* da estrutura de superfície) e a forma lógica (como nível de representação). Os três níveis encontram-se relacionados uns com os outros através da regra de um movimento simples (*move a*), sendo que se aplicam determinadas regras e restrições (regência e ligação).

- (vi) **Gramática léxico-funcional** tinha como objetivo elaborar um modelo linguisticamente pormenorizado e ao mesmo tempo fornecer a base formal da linguística computacional.
- (vii) **Gramática discursiva-funcional** consiste na teoria de que a língua constitui, em última instância, um instrumento de interação social e que a descrição das expressões linguísticas numa gramática deve considerar as circunstâncias efetivas de interação e as suas propriedades, que são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos locutores.

De uma forma resumida, as diferentes teorias da sintaxe distinguem-se, tendo em conta os elementos sintáticos que lhes servem de base e os métodos da sua definição, a caracterização dos variados elementos, das suas relações entre si e das suas funções.

3.4. Relações entre a morfologia e sintaxe

A morfologia não é uma componente autónoma na gramática, porém, mantém relações com as restantes áreas. A delimitação do âmbito de estudo da morfologia tem, de facto, ocupado um largo espaço de reflexão. Por exemplo, a Hipótese Lexicalista Fraca defende que a flexão ou composição não são consideradas como processo estritamente morfológico. Entretanto, a morfologia não constitui uma componente autónoma, mas sim, um domínio fragmentado e repartido por diversas componentes da gramática, uma das quais a sintaxe (cf. Villalva, 2000). A sintaxe recorre à morfologia flexional em muitas circunstâncias. Linguistas defendem a ideia de se estabelecer a ligação entre as duas áreas. No que respeita à lógica gramatical, a morfologia tem como objeto de estudo a palavra, sem necessariamente recorrer à frase, mas a sintaxe tem como objeto de estudo a frase, em consequência disso, recorre de forma inevitável a palavras. Porém, importa realçar que uma língua é uma interação perfeita e harmoniosa entre todas as áreas da gramática, nomeadamente a fonologia (fonemas), morfologia (morfemas e palavras), a sintaxe (sintagmas e frases) e a semântica. Nenhuma dessas áreas funciona de forma isolada. Na construção frásica, o falante não faz uso das palavras de forma convencional, uma vez que toda e qualquer língua tem as suas normas. Ele fá-lo tendo em conta que cada palavra selecionada deve manter relações de concordância com as outras áreas restantes (cf. Adriano, 2014).

Henriques (2007) refere que nem toda a palavra compete com a área da morfologia, uma vez que pelo facto de uma palavra ser uma unidade lexical, é também objeto de estudo da lexicologia e lexicografia, de que as palavras se combinam para constituir uma unidade de classe superior. O sintagma consiste no objeto de estudo da sintaxe. As unidades lexicais têm propriedades morfológicas, sistemáticas, fonológicas e até mesmo estilísticas. A morfologia

generativista tem sido alvo de grandes debates desde 1950. A gramática transformacional deu sequência ao estruturalismo ao defender a indissociabilidade entre a morfologia e a sintaxe. Chomsky referia a sintaxe como uma área que se ocupa da sequência gramatical dos morfemas da língua. De modo genérico, a morfologia não era tida em conta como uma parte autónoma de estudo. As componentes principais da descrição gramatical eram a sintaxe e a fonética. A importância do léxico e o enorme reconhecimento do estatuto da formação de palavras originou o auge da morfologia como uma área autónoma de estudo, o que levou à produção de importantes trabalhos em morfologia durante o período de 1970 e 1980 (cf. Adriano, 2014).

É por essa razão que muito se tem discutido sobre a autonomia da morfologia em relação à sintaxe. Esta questão leva muitos linguistas a privilegiarem as duas áreas e preferem designar por morfossintaxe (Laroca, 2011). Para Saussure (1969) a morfologia não tem um objeto real e autónomo.

Segundo Adriano (2014), o que possibilita que a morfologia e a sintaxe sejam vistas como áreas autónomas são os seus objetivos. A sintaxe tem a frase como objeto de estudo e a morfologia tem como objeto de estudo a palavra. Obviamente que as duas áreas têm uma estreita relação. A morfologia e a sintaxe têm uma estreita relação, uma vez que a estrutura interna da palavra é definida pela combinação de elementos, ou seja, as flexões nominais ou verbais são determinadas pela sintaxe (Rio-Torto, 1998).

As análises de estruturas morfológicas prescindem das estruturas sintáticas. Entretanto, se eventualmente tiver o seu objeto de estudo como uma unidade maior do que a palavra, e se a frase decorrer muitas vezes da combinação de palavras que não considere questões relacionadas com a morfologia flexional, de facto, pode afigurar-se insuficiente. A estreita relação existente na morfologia e sintaxe é notável por ser difícil descrever uma estrutura frásica sem recorrer a ambas as áreas, conforme se pode notar na seguinte frase:

53) Os carros vermelhos foram comprados nos Estados Unidos.

Observa-se na frase acima, a concordância na sequência de palavras. Ela seria agramatical se ocorresse da seguinte maneira:

54) *Os carros vermelho foi comprados no Estados Unidos.

Podemos notar que a flexão é requerida pela sintaxe da frase. Uma construção sintática familiariza-se com as categorias flexionais, refletindo uma profunda relação entre a estrutura da palavra e as estruturas das frases. O género e o número são categorias flexionais desencaminhadas por fenómenos sintáticos, mas o grau está relacionado com o campo da derivação e não com o da flexão. Vale destacar que a distinção entre afijos flexionais e afijos derivacionais continua a ser um assunto de grandes discussões entre os linguistas. De acordo com a afirmação relacionada, a concordância demonstra claramente uma hipótese de se

proceder simultaneamente a uma análise morfológica e sintática, no caso da frase (Adriano, 2014).

Villalva (2000) reconhece que as palavras que integram as categorias sintáticas podem afigurar-se em propriedades morfológicas. Por outro lado, as palavras envolvidas no processo de concordância sintática integram as palavras em categorias morfossintáticas.

Anderson (1988) afirma que a estrutura morfológica da flexão é visível na sintaxe, no entanto, as propriedades configuracionais nem sempre têm a realização morfológica específica. O autor considera que a interação entre a sintaxe e a estrutura das palavras é visível (i) nas propriedades configuracionais, porque a forma da palavra depende da posição que ocupa na frase (flexão de caso no SN ou a flexão de tempo no verbo de uma frase relativa); (ii) em termos de concordância, visto que a forma de palavra é determinada pelas propriedades de outras palavras que ocorrem na mesma estrutura sintática; (iii) nas suas inerentes como género, de modo a desencadear concordância; (iv) nas propriedades sintagmáticas, porque a informação associada a um nó sintagmático, como o tempo, é realizada numa das palavras (cf. Villalva, 2000).

A morfologia relaciona-se com a sintaxe, porque todas as palavras e designações que identificam a categoria morfológica, nomeadamente, radical, tema, prefixo, sufixo, etc., pertencem a uma categoria sintática que são: adjetivo, nome, verbo, etc., por outro lado, as propriedades de natureza morfológica, como as que integram as palavras em classes temáticas (conjugação, declinação), identificam subcategorias morfológicas. As propriedades envolvidas em mecanismos de concordância sintática integram as palavras em categorias morfossintáticas (género, número, tempo-modo-aspeto, pessoa-número), e as restantes propriedades morfológicas, sintáticas ou semanticamente relevantes que não participam em operações de concordância nem na distribuição sintática. São responsáveis pela integração das palavras em categorias morfo-semânticas (cf. Villalva, 2000).

Cada sufixo de flexão realiza uma única categoria ou um conjunto de categorias morfossintáticas determinadas pela categoria sintática. Por exemplo, em português, o [s] é um sufixo de flexão de número que se associa a temas adjetivais e nominais para formar o plural. Contudo, em português, a flexão em número é uma categoria morfossintática flexional relevante para adjetivos e nomes (cf. Villalva, 2000).

Para Sautchuck (2004), a morfologia é indissociável da sintaxe. A autora afirma que a morfologia propicia muito mais segurança na determinação das funções sintáticas dos termos da oração.

Uma determinada língua não pode funcionar sem ter em conta as palavras ou sequências das palavras como unidades morfológicas, nem apenas estruturais, mas também levar em conta aspetos relacionados com a semântica e a pragmática. Deste modo, queremos realçar que é possível fazer estudo só no campo da morfologia ou só no campo da sintaxe, mas em alguns momentos há sempre necessidades de cruzar as duas áreas distintas da linguística. Apesar de a delimitação não ser absoluta, é sempre imprescindível, para tornar claro o objetivo de investigação (Adriano, 2014).

3.4.1. Morfossintaxe Generativa

Segundo Bechara (2009), a morfossintaxe é a parte central da gramática pura. A morfologia é o estudo da palavra e das suas formas, e a sintaxe é o estudo das combinações materiais ou funções sintáticas. Deste modo, a rigor, tudo na língua se refere sempre a combinações de formas. Assim, toda essa pura gramática é na realidade sintaxe, a própria oração não deixa de ser uma forma, pois na lição tradicional, ela não pertence ao domínio da morfologia.

Segundo Saussure (1995), linguisticamente, a morfologia não tem objeto real e autónomo, ela não pode constituir uma disciplina distinta da sintaxe. A morfologia trata das diversas categorias de palavras (verbos, nomes, adjetivos, pronomes, etc.) e das diferentes formas de flexão (conjugação e declinação). Para desvincular a morfologia da sintaxe, os especialistas alegam que a sintaxe estuda as funções das unidades linguísticas, ao passo que a morfologia só encara a sua forma.

Saussure (1995) exemplifica as distinções da morfologia e a sintaxe: o genitivo do grego *phúlax*, «guarda», é *phúlakos*, e a sintaxe informa sobre o emprego destas duas formas. Segundo o autor suprarreferido, fazer a distinção da morfologia e da sintaxe é mesmo ilusória, pois a série das formas do substantivo *phúlax* só se torna paradigma de flexão quando comparamos as funções com as formas, portanto, para corresponder um signo fónico determinado, só dependem da morfologia. Assim, uma declinação é a combinação das duas coisas, logo, formas e funções são solidárias e é difícil separá-las.

A gramática generativa de uma língua particular é uma teoria que respeita as formas e significados de expressões dessa língua e podem ser adotados muitos pontos de vista ao tratá-las. O principal ponto de referência da gramática generativa é o da psicologia individual, que diz respeito aos aspetos relacionados às formas e significados, que são determinantes pela faculdade da linguagem, pois deve ser entendida como uma componente da mente humana. A natureza dessa faculdade está associada à teoria geral acerca da estrutura da linguagem, quem tem como objetivo a descoberta do conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas possíveis. Essa teoria é muitas vezes chamada de gramática universal (GU). A GU deve ser vista como uma caracterização da faculdade da linguagem geneticamente determinada e ser encarada como um mecanismo de aquisição da linguagem, uma componente inata da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que transforma as habilidades num sistema de conhecimento, conhecimento de uma ou de outra língua (Chomsky, 1986).

As correntes sociolinguísticas sublinham nas suas teorias o facto de as comunidades linguísticas não poderem ser consideradas como grupos homogéneos. Ela parte de diversas formas linguisticamente determinadas pelos fatores socioculturais que se distinguem entre si em diferentes dimensões de uso da língua. Endruschat diz que se pode considerar a sociolinguística como linguística das variedades (cf. Endruschat, 2015).

A gramática generativa de um indivíduo que adquiriu a língua, em termos saussurianos, podemos designar de *langue*. Saussure enfatizou que a descrição da competência intrínseca

oferecida pela gramática não deve ser confundida com uma descrição do desempenho real (Chomsky, 1964 *apud* Labov, 2008).

A dicotomia saussuriana recebeu um novo ímpeto chomskyano. Embora a concepção *langue* de Saussure tenha sofrido algumas críticas como algo limitado, não existe qualquer diferença entre a dicotomia *langue/parole saussuriana* e a terminologia *competência/desempenho* de Noam Chomsky (Labov, 2008).

Milroy e Milroy (1991) *apud* Adriano (2014) afirmam que a prescrição e descrição constituem dois quadros, mas com a mesma finalidade, sendo que uma tem princípios ideológicos e outra, que é defendida pelos linguistas, é científica. Para o autor, a normalização ou padronização de uma língua é definida como a intolerância de variedades linguísticas opcionais. A prescrição linguística é um assunto muito sério, pois geralmente um indivíduo que faz o uso de uma variedade não padrão é marginalizado, podendo até correr risco de não ser enquadrado na sociedade. Deste jeito, para mitigar esse preconceito linguístico¹⁶, torna-se necessário desenvolver políticas linguísticas. Muito contrariamente ao que ocorre na gramática prescritiva, o quadro generativo admite que a faculdade da linguagem é uma capacidade inata, própria do ser humano. Qualquer língua é adquirida de forma natural como LM, independentemente do seu estatuado social (Adriano, 2014).

¹⁶ “O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa” (cf. Bagno, 1999:9).

Capítulo IV: Metodologia

O método utilizado no presente trabalho e, tendo em conta os objetivos propostos, visa descrever de forma sistematizada o *corpus* documental recolhido nas pesquisas bibliográficas. Partimos para perspectiva metodológica de análise qualitativa. Eis aí os trabalhos que serviram de base para a análise linguística do nosso trabalho:

- ✓ *corpus* de análise recolhidos num estudo empírico de Adriano (2014), gravados nos programas televisivos e radiofónicos;
- ✓ os dados sociolinguísticos recolhidos por Naege (2017), em jeito de inquérito escrito e dirigidos aos estudantes universitários angolanos na Universidade Lueji A’Nkonde, IV região académica-Angola, que se situa no leste de Angola (região do país onde há maior predominância do povo cokwe);
- ✓ os dados recolhidos nos centros urbanos das cidades de Lunda, Benguela, Huíla e Lunda-Norte (Dundo). Esta última, cidade onde se encontra o maior aglomerado do povo cokwe por Undolo (2016);
- ✓ os dados linguísticos recolhidos pelos falantes do português como L2 na cidade do Dundo, por Inverno (2005).

Deste modo, seguimos para a descrição das características morfossintáticas do PA, e passamos a ilustrar o fenómeno de interferência linguística do português com cokwe.

Bechara (2009) chama-nos a atenção para não confundirmos a gramática descritiva com a gramática normativa. O autor explica que a gramática descritiva é uma disciplina científica que regista e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspetos (fonéticos-fonológicos, morfossintáticos e léxicos). Ela apenas regista, como se diz numa língua funcional, e por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado no seio comunicativo entre os falantes. Em contrapartida, a gramática normativa é uma área sem finalidades científicas, mas sim pedagógicas. Ela visa elencar os factos recomendados como modelos da exemplaridade idiomática para o uso em diferentes circunstâncias do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo as regras estabelecidas pelos escritores, gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

A LP em Angola partilha o mesmo espaço linguístico com as línguas africanas, e muitas vezes é considerada de forma não oficializada como PA. O processo de interferência ocorre de cokwe para o português e não o inverso, até para aqueles que têm o português como LM e, em muitos casos, acontece também com pessoas cultas. Segundo as pesquisas e análises linguísticas feitas pelos autores supracitados, constatou-se que a estruturação das frases no PA sofre interferência linguística do cokwe. Este fenómeno ocorre quer em falantes bilingues do português e cokwe, quer em falantes do português como LM.

A nossa atenção está centralizada no fenómeno da interferência morfossintática. Segundo Raposo (2013:161):

muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, direta ou indireta, da gramática destas línguas. Esta interferência manifesta-se

não tanto pela citação de novas palavras, mas sobretudo por alterações nos traços fonéticos e fonológicos, morfológicos e sintáticos do sistema gramatical do português europeu.

No que concerne à pronominalização, o clítico não reflexivo dativo *lhe* é usado com a função sintática de complemento direto e indireto no PA, e a sua posição é geralmente colocada na posição proclítica. O uso frequente deste pronome originou um fenómeno designado *lheísmo*, pois, aos poucos, o uso do clítico não-reflexivo acusativo caiu em desuso. No PA regista-se também a perda da mesóclise, quando nas formas de futuro a sua colocação é exigida no PE. No PA, a mesóclise ocorre na posição proclítica, apesar de funcionar no uso cuidado de expressão escrita (Undolo, 2016). Exemplo:

PA: Lhe oferecerão um computador portátil.

PE: Oferecer-lhe-ão um computador portátil.

Oferecer-lho-ão.

Undolo refere:

Em relação à situação real de Angola, face à sua política linguística atual constatamos que, por um lado, a escola já não observa como tal a norma padrão europeia. Por outro, determinadas propriedades gramaticais do PA são usuais até em situação formal de comunicação. Na verdade, a questão que se levanta neste caso, é já o afastamento acentuado entre a norma padrão e a norma culta, ao contrário do que sucede em Portugal (Undolo, 2016:75).

O autor refere que o uso dos pronomes clíticos do PA se distancia do sistema de colocação pronominal do PE, contudo, essa divergência não cria problemas dentro do sistema de ensino da LP, o que denota que os órgãos do sistema de ensino não encaram este fenómeno como problema. Assim, não haverá difusão da norma padrão europeia por parte dos formandos, visto que as principais instâncias normalizadoras estão inclinadas nesta mudança (Undolo, 2016).

Segundo Labov (2008), o estudo empírico das variantes linguísticas mostra-nos que as estruturas de uma língua não estão intrinsecamente ligadas às unidades invariantes do funcionamento dos morfemas, fonemas ou tagmemas. Assim:

Ao contrário, existe um nível de estrutura variante que relaciona sistemas inteiros de unidades funcionais e que governa a distribuição de variantes subfuncionais dentro de cada unidade funcional. Esse tipo de estrutura variante se torna, então um novo tipo de invariante num nível de observação mais refinado.

O estudo da variação na língua é simplesmente um dos muitos aspetos das estruturas linguísticas variantes. Uma motivação para o linguista estudar tais estruturas é que elas oferecem comprovação empírica para resolver análises estruturais alternativas no nível funcional, dando soluções empíricas a problemas que, de outro modo, permanecem insolúveis (Labov, 2008:151-152).

Em virtude da nossa investigação, que é descrever a variedade do PA numa perspetiva morfossintática, concordamos com Labov (2008) ao afirmar que a mudança de uma língua é uma das inúmeras variações confinadas ao uso de algumas pessoas. Essa mudança é adotada por um grande número de falantes que, com o decorrer do tempo, passa a contrastar com a

forma mais antiga, ao longo de uma ampla frente de interação social. A mudança linguística alcança regularidade pela eliminação de variantes concorrentes.

4.1. Informantes

O *corpus* é determinante para uma investigação, pois dele dependem os objetivos traçados e a descrição a efetuar. O *corpus* é considerado uma coleção bibliográfica, quer oral (registros/transcritos), quer escrito, tomados como análise para servir de base à descrição linguística (Chicuna, 2014).

O *corpus textual* ou *escrito* é uma amostra de língua escrita. Para além dos *corpora* escritos, existem também os *corpora* orais que constituem uma amostra de língua oral, nomeadamente as transcrições gráficas de gravações, gravações e/ou fonéticas, utilizadas em fonética e tecnologias da fala. De modo geral, os *corpora* orais são utilizáveis quando transcritos: quando disponibilizados de um ficheiro que contém a transcrição da fala. Portanto, a transcrição mais usual é a transcrição ortográfica, contudo, esta pode ser fonética, indicando a pronúncia das unidades lexicais do *corpus* em símbolos fonéticos (*Ibid.*, 2014).

Segundo Castilho (2002), existem dois tipos de diálogo, o simétrico e o assimétrico. O diálogo simétrico é espontâneo, os falantes dispõem de condições semelhantes para negociar livremente o assunto e controlar os turnos. Ao passo que no diálogo assimétrico, um interlocutor tem ascendência sobre o outro, introduz ou muda o assunto, distribui os turnos, o que acontece em situações de diálogos formais, mais concretamente em entrevistas desenvolvidas em ambientes informais.

Importa realçar que os *corpora* que serviram de base para o nosso trabalho são constituídos por diálogos simétrico e assimétrico. Quanto ao número de línguas, Chicuna (2014) distingue-os em sete tipos, tal como o autor refere:

Segundo o número de línguas, o *corpus* pode ser: *corpus* monolíngue, *corpus* bilingue ou multilingue, *corpora* comparáveis (“paired texts”), *corpora* paralelos (“bi-texts”) e *corpora* alinhados.

O *corpus bilingue* ou *multilingue* é constituído por textos bilingue ou multilingue sem que, em princípio, sejam traduzidos uns dos outros e sem compartilhar critérios de seleção.

Os *corpora comparáveis* (“pareid texts”) consistem numa seleção de textos em mais de uma língua ou variedade linguística. São *corpora* utilizados sobretudo para comparar variedades da língua nos estudos contrastivos.

Os *corpora paralelos* (“bi-texts”) agrupam textos em mais de uma língua (bilingue ou multilingue), mas diferenciam-se dos anteriores, por serem textos de tradução em uma ou mais de uma língua. São textos traduzidos a partir do original. São úteis na tradução automática.

Os *corpora* alinhados são *corpora* paralelos em que para facilitar a sua análise, os textos estão colocados uns ao lado de outros em parágrafos ou frases, de tal forma que seja mais fácil extrair as equivalências de tradução (Chicuna, 2014:127-128).

De acordo com essa distinção, os *corpora* que serviram de base para a nossa descrição atestam a existência de textos comparáveis. Os meios de comunicação social estão em constantes contactos com uma parte muito significativa da comunidade linguística. Por esta razão, são vistos como o principal veículo de difusão da língua portuguesa, pois de uma forma geral, a sua linguagem é tomada como modelo de referência (Mateus & Nascimento, 2005). Assim, o *corpus* de Adriano (2014), gravado e posteriormente transcrito, teve em conta sequências proferidas pelos falantes, cuja idade varia aparentemente entre os 18 e os 75 anos.

O autor refere:

os falantes cujas frases foram transcritas constituem um grupo heterogéneo, com escolarização superior, média, básica, incluindo aparentemente em menor escala, indivíduos pouco ou nada escolarizados. Profissionalmente, além do público em geral, alguns falantes são políticos, desportistas, professores do II ciclo e universitários, líderes religiosos, médicos jornalistas e formadores eleitorais, como podem transparecer os assuntos das suas conversas Adriano (2014:148).

O *corpus* em referência não regista de forma rigorosa as variáveis sociolinguísticas, como por exemplo o grau académico dos falantes, apenas evidencia alguns casos morfossintáticos diferentes da norma-padrão europeia (Adriano, 2014).

O *corpus* de Undolo (2016), tal como já fizemos referência, foi constituído por informantes que residem nos centros urbanos de Luanda, Lubango, Benguela e Dundo por meio de aplicação de um inquérito escrito. Segundo o autor, o grupo é constituído por um total de 240 indivíduos, sendo que a cada centro urbano foram subtraídos 60 informantes. Para a formação do referido grupo, levou-se em conta a ocupação/profissão do indivíduo, nomeadamente universitário, docente universitário, jornalista e técnico de jornalismo. O autor refere:

Esse critério seletivo teve por base o facto de o nosso objeto de análise, na presente obra, visar o estudo do PA usual em situações formais de comunicação por indivíduos da camada socialmente mais instruída ou culta.

Considerando relevante o perfil linguístico dos sujeitos falantes implicados neste trabalho, para a caracterização do português por eles realizado em contexto formal de comunicação, foi necessária a caracterização prévia do seu perfil linguístico, com realce para a ordem de aquisição/aprendizagem da LP em relação a outras línguas angolanas. Assim, para a referida caracterização, tivemos em conta três factos principais, a saber:

- ✓ perfil linguístico dos informantes;
- ✓ contexto de utilização da LP;
- ✓ estatuto socioeconómico dos informantes (Undolo, 2016:88).

O autor alerta que os dados sociolinguísticos¹⁷ são profícuos para designar a situação linguística individual dos informantes, de modo a concluir sobre a situação linguística coletiva do grupo-alvo e o contexto de utilização da LP no dia-a-dia dos informantes (*Ibid.*, 2016).

¹⁷ Disponíveis no anexo do presente trabalho.

O elemento idade é uma das características determinantes no plano descritivo do perfil linguístico dos informantes. O domínio do português como L2 ocorre na camada mais adulta da sociedade, sendo que o uso do português como L1 ocorre nas camadas mais jovens (*Ibid.*, 2016). Assim sendo, conforme já foi aludido, dispomo-nos a fazer análises linguísticas dos dados empíricos dos autores suprarreferidos. Os dados sociolinguísticos dos informantes e as técnicas usadas pelos autores para a transcrição ortográfica do *corpus* oral estão referenciadas em anexo do presente trabalho. Importa realçar que a terminologia adotada para a descrição do PA no presente trabalho é a terminologia da gramática tradicional.

Capítulo V: Caracterização morfossintática do português em Angola e interferência linguística com o cokwe

Predispusemo-nos a descrever os aspetos morfossintáticos do PA apoiando-nos na gramática generativa. Existem muitos aspetos morfossintáticos no PA diferentes dos do padrão europeu. No presente trabalho serão abordados apenas aspetos relacionados com a concordância nominal e a concordância verbal, segundo os dados linguísticos recolhidos por Adriano (2014).

5.1. Concordância

As palavras na frase encontram-se relacionadas entre si. A concordância é a correspondência que pode existir em género, número/pessoa, entre as pessoas flexionáveis que se encontram numa frase ou expressão (Pinto, 2000).

5.1.1. Concordância Nominal

Segundo Bechara (2009), a concordância nominal ocorre em género e número entre o adjetivo e o pronome, o artigo, o numeral ou o participio e o substantivo ou pronome a que se referem. Na variedade do PA, a ausência da marca do plural é notável nos nomes e adjetivos, quer sejam núcleos do SN, de SA ou de SP, como se comprovará com base no *corpus* dos trabalhos consultados.

Segundo Inverno (2005), no PVA, o núcleo do SN raramente recebe marcação de número. A pluralidade é indicada pela adição do sufixo /s/ apenas aos elementos não nucleares mais à esquerda do SN. Este fenómeno ocorre especialmente no discurso de falantes mais velhos ou menos instruídos ou no discurso informal daqueles que são mais jovens ou instruídos. Adriano (2014) reitera a tese de Inverno ao afirmar que a omissão do /s/ pode ocorrer quer mais à esquerda, quer à direita do SN, sendo que tal omissão não ocorre apenas no discurso informal dos mais jovens, pois é um fenómeno que ocorre comumente no discurso de pessoas pouco ou não escolarizadas. No entanto, os dados linguísticos atestam o referido fenómeno em pessoas bem posicionadas socialmente, nomeadamente médicos e políticos. No PA existe um outro fenómeno linguístico diferente do PE, que é a omissão da fricativa /s/ na desinência número-pessoal -mos na fala de pessoas com baixa ou sem nenhuma escolaridade.

a) Omissão da marca de Plural no SN sujeitos

No PA é notável a omissão da marca de plural no SN com a função sintática de sujeito. Segundo Marques (1983), a falta de marcação de número resulta, nas línguas bantu, da marcação de

nomes através de prefixos e não de sufixos. Quando o nome ocorre com outros elementos no SN, todos os elementos não nucleares recebem o mesmo prefixo, o qual concorda em número e classe com o prefixo marcado no núcleo¹⁸. «No SN, com a função de sujeito frásico e de complemento direto, nem sempre se observa a concordância do determinado com o determinante, nomeadamente quanto ao número» (Undolo, 2016:130).

É o que acontece nas seguintes construções frásicas do *corpus* recolhidos por Adriano (2014:i):

- 55) a. *[Suj]os programa do Partido são bons para os angolanos // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- 56) a. [...] e [Suj]as mama conhecem onde vão votar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- 57) a. *dia 31/ que [Suj]os angolano reflitam muito // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

Segundo Adriano (2014), como se pode verificar, na frase em questão, há omissão da marca de plural nos sintagmas nominais que desempenham a função sintática de sujeito. Observa-se também a falta de concordância entre os determinantes no plural e os nomes que se seguem que ocorrem no singular. Na norma europeia, nos SNs existe concordância entre os nomes, os seus núcleos e os determinantes que os acompanham. Assim, as frases (56a), (57a) e (58a) devem ser estruturadas em (56b), (57b) e (58b).

- 56) b. os programas do Partido são bons para os angolanos //
- 57) b. [...] e as mamas conhecem onde vão votar //
- 58) b. dia 31/ que os angolanos reflitam muito //

De acordo com os dados recolhidos por Adriano (2014:i-ii), existe ocorrência de omissão da marca de plural nos SNs, quando surge na segunda oração com a função sintática de sujeito, como se pode averiguar nas frases abaixo:

- 59) a. acredito que os treinador vão voltar a ir no Brasil // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]
- 60) a. portanto/ caros irmãos/estamos aqui para poder dizer que [Suj]as mudança estão a chegar/ o povo tem que votar naqueles partidos que possam garantir uma nova vida e uma nova Angola // [TPA1, Campanha Eleições, 12.08.2012]

Nas frases acima, verifica-se a omissão de marca do plural no SN com a função sintática de sujeito na segunda oração. E na frase (59a) há também um desvio que se prende com o facto de o verbo *ir* ter selecionado um SP. Segundo a norma do PE, as frases acima são estruturadas como em (59b) e (60b) (Adriano 2014).

- 59) b. acredito que os treinadores vão voltar (voltarão) a ir ao Brasil //
- 60) b. portanto/ caros irmãos/estamos aqui para poder dizer que as mudanças estão a chegar/ o povo tem que votar naqueles partidos que possam garantir uma nova vida e uma nova Angola //

¹⁸ A título de exemplo, leia-se no enunciado (8) do segundo capítulo.

De acordo com o *corpus* analisado (Adriano, 2014:ii), verificou-se que no PA há possibilidades de ocorrência da omissão da marca de plural em sujeitos deslocados nas construções passivas, como em (61a).

61) a. *estão a ser construídas três residênci destinadas aos quadros //

Constata-se na frase acima que o constituinte *três residência* é o sujeito da oração e o seu núcleo, *residência* não concorda com os restantes constituintes que se encontram no plural. Portanto, há discordância entre o numeral e o nome que constituem o SN. Assim sendo, no padrão europeu, em SNs deve-se colocar no plural o núcleo *residência*. Segundo o autor, há a necessidade de deslocar o sujeito para a sua posição habitual, isto é, à esquerda do SV, como na seguinte frase Adriano (2014):

61) b. estão a ser construídas três residências destinadas aos quadros //

61) c. três residências destinadas aos quadros estão a ser construídas //

b) Omissão da marca de plural no SN Complemento Direto

Segundo Adriano (2014:ii-2), no PA, a omissão da marca de plural ocorre igualmente em SNs com a função sintática de complemento direto (CD), podemos conferir isso no *corpus* recolhido pelo autor:

62) a. criticam as nossas estrada / mas são estas que usam para circular // [TPA, Telejornal, 25.08.2012]

63) a. nós temos alguns empreendimento // [RH, Jornal de Notícias, 05.07.012]

64) a. eu nunca tive oportunidade de ingerir essas coisa // [...] [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

65) a. eu gostaria de saber uma questão ao senhor Secretário Executivo / visto que há muitos problema de habitação em Angola / principalmente para [-] juventude // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]

Nas frases em análise há ocorrência da omissão da marca de plural em SNs que desempenham a função sintática de complemento direto, todos à direita do SV. Todavia, segundo a norma do PE, tomariam as seguintes posições com se verifica em (62, 63, 64b e 65b), Adriano (2014):

62) b. criticam as nossas estradas, mas são estas que usam para circular //

63) b. nós temos alguns empreendimentos //

64) b. eu nunca tive oportunidade de ingerir essas coisas //

65) b. eu gostaria de saber uma questão do senhor Secretário Executivo do Partido / visto que há muitos problemas de habitação em Angola / principalmente para a juventude //

c) Omissão da marca de plural no SN Predicativo do sujeito

No PA há omissão da marca do plural em nomes que completam os predicados nominais (Adriano, 2014:ii-2), como se pode observar nas seguintes construções frásicas:

66) a. levamos também uma informação de paz / amor / reconciliação / sobretudo uma cidadania / porque independentemente da nossa formação política / todos nós somos

[PredSuj]irmão / lutámos pela mesma causa [...] // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

67) a. o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do lado da fotografia / em cima // e depois / na mesma linha / à frente / tem um outro número // Julgo de serem cerca de quatro ou cinco dígitos. [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

68) a. todos os fiéis também são eleitor // [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]

Nas construções frásicas acima, verifica-se a omissão da marca de plural nos predicativos do sujeito e, na frase (67a), além da omissão da marca de plural no núcleo *dígito*, o verbo julgar é complementado pelo sintagma preposicional (SP) encabeçado pela preposição *de* e o uso do verbo *ter* em vez do verbo *haver* existencial, o que contribui para a agramaticalidade da frase na norma europeia. Por conseguinte, as estruturas frásicas não desviantes equivalentes à norma europeia são as que se verificam em (66b, 67b e 68b), (Adriano, 2014).

66) b. levamos também uma informação de paz / amor / reconciliação / sobretudo uma cidadania / porque independentemente da nossa formação política / todos nós somos irmãos / lutámos pela mesma causa [...] //

67) b. o número do cartão eleitor é o primeiro número que vem do lado da fotografia / em cima // e depois / em mesma linha / à frente / há (está) um outro número // julgo serem cerca de quatro ou cinco dígitos

68) b. todos os fiéis também são eleitores //

No PA, a omissão da marca de plural pode ocorrer também com outros verbos predicativos que não necessariamente o verbo *ser*. Como se pode comprovar nas seguintes frases (Adriano, 2014:5-6):

69) a. nós como funcionários da ENANA ficamos satisfeito... [TPA1, Telejornal, 16.08.2012]

70) a. temos que nos sentir [PredSuj]orgulhoso como africanos e educados [...] // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 13.02.2012]

71) a. os jovens da província mostram-se satisfeito com o empreendimento / pois poderão demonstrar o seu talento // [RNA, Jornal, 20.08.2012]

Nas frases acima, há omissão da marca de plural nos núcleos dos sintagmas adjetivais (SAs). Se recorrermos à norma europeia, as frases em análise são construídas como em (69b, 70b e 71b), (Adriano, 2014).

69) b. nós como funcionários da ENDIAMA ficamos satisfeitos // [...]

70) b. temos que nos sentir orgulhosos como africanos e educados [...] //

71) b. os jovens da província mostram-se satisfeitos com o empreendimento / pois poderão demonstrar o seu talento //

d) Omissão da marca de plural no SN Modificador

De acordo com o *corpus* recolhido por Adriano (2014:3) sobre a caracterização morfossintática do PA, há poucos casos de omissão da marca de plural no SN com a função sintática de modificador apositivo. Como se verifica em (72a):

- 72) a. *agora / os outros de outra área / os administrativoØ / penso eu que também o Clube devia velar por eles [...] // [RNA, Clube Angola, 28.07.2012]

Na frase acima, há discordância entre o aposto, cujo núcleo é *administrativo* e o determinante artigo definido que lhe segue *os*, bem como o constituinte que modifica, *os outros de outra área*. Neste caso, a frase em análise, perante os parâmetros da norma-padrão europeia, toma a estrutura em (72b), (Adriano, 2014).

- 72) b. agora / os outros de outra área / os administrativos / penso eu que também o Clube devia velar por eles [...] //

e) Omissão da marca de plural no SA Mod

De acordo com o *corpus* em referência (Adriano, 2014:4), há registos de omissão da marca de plural em sintagma adjetival (SA) com a função sintática de modificador. Pode observar-se nas frases seguintes:

- 73) a. *o município está assegurado por trinta e quatro enfermeiros / uma médica de nacionalidade russa que trabalha em oito postos de saúde e dois centros [Mod]médicoØ // [RNA, Jornal das 13h00, 24.08.2012]

- 74) a. *a Comissão Nacional Eleitoral já definiu aqueles que têm prioridade: as mulheres [Mod]grávidaØ / os membros que trabalham na Assembleia / os militares // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

- 75) a. *a droga faz mal ao nosso corpo / porque o nosso corpo é o templo Espírito Santo / não devemos pôr coisas [Mod]imundaØ // [RH, Bué Pausado, 27.06.2012]

Nas frases acima é evidente a falta de concordância entre os adjetivos, que são núcleos do SA, e o SN que modificam. Assim, na norma-padrão europeia, as construções frásicas tomariam as marcas de plural dos adjetivos. Como se observa em (73b, 74b e 77b), (Adriano, 2014).

- 73) b. o município está assegurado por trinta e quatro enfermeiros / uma médica de nacionalidade russa que trabalha em oito postos de saúde e dois centros médicos //

- 74) b. A Comissão Nacional Eleitoral já definiu aqueles que têm prioridade: as mulheres grávidas / os membros que trabalham na Assembleia / os militares //

- 75) b. a droga faz mal ao nosso corpo / porque o nosso corpo é o templo Espírito Santo / não devemos pôr coisas imundas //

f) Omissão da marca de plural no SP

Segundo Adriano (2014:8-9), no PA é muito frequente a omissão da marca de plural nos SNs e SAs que complementam os SPs, quer desempenhem a função sintática de complemento oblíquo, quer de complemento agente da passiva. Como se pode constar nas frases seguintes:

- 76) a. *é uma infra-estrutura que poderá contribuir para os jovens na sua formação [ModGV]em várias especialidadeØ / ocupando o tempo livre // [...] [TPA1, Telejornal, 24.08.2013]

- 77) a. * o facto de se terem colocado as listas [CObl]nas escolaØ / e nos locais de voto está [-] facilitar muita gente [...] // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- 78) a. *já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta por [CAP]jovemØ então eu peço a eles que que adiram esta campanha // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 14.08.2012]
- 79) a. *a obra [-] que se refere o presente termo de entrega encontra-se [CObl]em perfeitaØcondições e foi alvo de vistoria pelos órgãos competentes // [RNA, Notícias em Sete Dias, 25.08.2013]

Tal como se pode atestar, nomes como *especialidade*, *escola* devem, segundo a norma europeia, figurar no plural, em concordância com os determinantes que os acompanham e, na frase (78a), o constituinte *jovem* deve obrigatoriamente figurar no plural. Ainda na frase em análise, o pronome reto *ele*, está seguido de preposição *a* (a eles) em substituição do clítico dativo *lhe*. Estes fenómenos são característicos no PA. Portanto, nas frases em causa, quando recebem a marca do plural, de acordo com a norma europeia, teríamos as frases seguintes (Adriano, 2014):

- 76) b. é uma infraestrutura que poderá contribuir para os jovens na sua formação em várias especialidades / ocupando o tempo livre // [...]
- 77) b. o facto de se ter colocado as listas nas escolas / e nos locais de voto está [-] facilitar muita gente [...] //
- 78) b. já que a juventude é a força motriz da sociedade / e a população angolana / hoje em dia / é mais composta por jovens então eu peço a eles que que adiram esta campanha //
- 79) b. a obra [-] que se refere o presente termo de entrega encontra-se em perfeitas condições e foi alvo de vistoria pelos órgãos competentes [...] //

5.1.2. Concordância do nome com o adjetivo

Segundo a gramática tradicional, na LP os adjetivos podem flexionar-se em número, género e grau. É muito estreita a relação que existe com o substantivo (Cunha, 2014). Adriano (2014:205) reforça esta afirmação dizendo: «ainda que, numa dada estrutura frásica, se encontre consideravelmente distanciados um do outro. A falta de concordância entre ambos resulta numa frase agramatical». Segundo o *corpus* do autor, que serviu de base para análise do fenómeno em referência, constatou-se que, no PA, a falta de concordância entre adjetivos e nomes parece ganhar algum terreno. A agramaticalidade pode ocorrer quer com adjetivos, quer com participios verbais. Segundo a gramática tradicional, o participio apresenta o resultado do processo verbal, mas acumula as características de adjetivos. Em alguns casos, tal como acontece com os adjetivos, os verbos no participio também flexionam em género (Adriano, 2014).

Na descrição que se procede relativamente ao desvio linguístico entre o adjetivo e o substantivo, as formas verbais no participio têm valor adjetival, como se pode verificar nas frases seguintes (Adriano, 2014:14):

- 80) a. a nível da província / o Conselho Provincial Eleitoral tem instalado cento e sessenta e uma Assembleias e quatrocentos e noventa e seis mesas de voto // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- 81) a. enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos /vários populares já têm identificado as suas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]
- 82) a. dos eleitores era notório a ansiedade de votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]
- 83) a. todo outro processo de formação foi feita no exterior do país // em França / Portugal / na China... [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]
- 84) a. aprece pessoas voluntárias para nos ajudar a levantar a cadeira de roda [-] / o que não seria adequada // [TPA1, Telejornal, 15.07.2012]

Nas frases acima, há discordância entre os nomes e os adjetivos que os modificam. Na frase (80a) o nome *Assembleias* seguido do quantificador numeral 161, bem como o nome composto *mesas de voto*, seguido igualmente de quantificador numeral 496, formam o complemento direto (CD). Neste caso, era expectável que o adjetivo *instalado*, com a função sintática de predicativo, concordasse com o referido CD no plural. Relativamente à frase (81a), o participio de valor adjetival *identificado* encontra-se no singular, o que não concorda com o nome *as suas Assembleias de Voto*. Segundo a norma do PE, estamos na presença de um desvio, uma vez que o constituinte *as suas Assembleias de Voto* desempenha a função sintática de complemento e o constituinte *identificado* é o modificador desse complemento. No que respeita à frase (82a), já não se trata de concordância que tem a ver com o número de constituintes, mas com o seu género. Observe-se que o predicativo do sujeito *notório* se encontra no género masculino, quando o respetivo sujeito *a ansiedade de votar* se encontra no género feminino. No enunciado (83a) observa-se uma estrutura na voz passiva, que não corresponde com o padrão europeu. Além da omissão do artigo *o* entre os quantificadores *todo* e *outro*, o participio *feita* encontra-se no género feminino e não concorda com o sujeito *Todo processo de formação*, no género masculino. Por fim, nas frases (84b), há registos de dois casos que não correspondem com a norma-padrão europeia. Na primeira oração, o constituinte *pessoas voluntárias*, no plural, é o sujeito do predicado *aprece*, no singular, o que remete a frase para um desvio de concordância verbal. Por outro lado, a expressão *nos ajudar a levantar cadeira* é o sujeito oracional do predicado nominal *seria*, da segunda oração que, por sua vez, introduz o nome predicativo *adequada*. As análises feitas sobre a variedade do PA teriam sentido naquilo que é a norma-padrão europeia, se estivessem estruturadas como se verifica em (80b, 81b, 82b, 83b e 84b), (Adriano, 2014).

- 80) b. a nível da província / o Conselho Provincial Eleitoral tem instaladas cento e sessenta e uma Assembleias e quatrocentos e noventa e seis Mesas de voto //
- 81) b. enquanto a Comissão Nacional Eleitoral ultima os preparativos /vários populares já têm identificadas as suas Assembleias de Voto //

- 82) b. dos eleitores era notória a ansiedade de votarem pelas primeiras horas e serem os primeiros //
- 83) b. todo outro processo de formação foi feito no exterior do país // em França / Portugal / na China...
- 84) b. aprecem pessoas voluntárias para nos ajudar a levantar a cadeira de rodas / o que não seria adequado //

5.1.3. Concordância Verbal

Concordância verbal verifica-se em número e pessoa entre o sujeito ou predicativo e o verbo da oração (Bechara, 2009). A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que o faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito (Cunha, 2014).

g) Concordância do verbo com sujeito simples

Com base nos dados linguísticos analisados, no que respeita ao processo de concordância verbal em Angola é, claramente, uma área tendencialmente crítica, cujos desvios nem sempre são sentidos como sendo irregulares. Há desvios registados em pessoas com pouca ou nenhuma escolarização (Adriano, 2014:17), como veremos de seguida:

- 85) a. acreditamos que esses dez anos de paz trouxe a esperança de vida a todos os jovens e a todos os angolanos // [TPA1, Publicidade, 23.08.2012]
- 86) a. *as situações de dificuldade que os nossos amigos associados vão viver / estando nós presentes / fará com que o nosso *background* [...] desenvolva // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]
- 87) a. *apelo a todos [-] angolanos para que possa exercer este direito de cidadania / para que possa votar de coração limpo e porque a democracia é consolidada com momentos como estes / de eleições periódicas // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Nos enunciados acima constata-se o sujeito em posição pré-verbal, sendo que o verbo não concorda com os mesmos. No enunciado (85a) não se verifica concordância do predicado *trouxe* no singular com o sujeito da segunda oração *esses dez anos de paz* no plural. No enunciado (86a) não há concordância entre o predicado *fará*, no singular e o sujeito *as situações de dificuldade*, no plural. Ainda no enunciado (86a), o verbo *desenvolver*, no contexto em que ocorre, exige o clítico -se. Finalmente, no enunciado (87a) além da omissão do artigo depois do quantificador *todos*, o sujeito da segunda oração *para que possa exercer este direito de cidadania* bem como da terceira *para que possa votar de coração limpo é todos angolanos*, deste modo, não há concordância entre o sujeito *todos angolanos* e *possa* núcleo do predicado (Adriano, 2014). Assim, de acordo com a norma-padrão europeia, os enunciados acima seriam escritos da seguinte maneira:

- 85) b. acreditamos que esses dez anos de paz trouxeram a esperança de vida a todos os jovens e a todos os angolanos //

- 86) b. as situações de difíceis que os nossos amigos associados vão viver / estando nós presentes / farão com que o nosso *background* [...] desenvolva //
- 87) b. apelo a todos os angolanos para que possam exercer este direito de cidadania / para que possam votar de coração limpo e porque a democracia é consolidada com momentos como estes / de eleições periódicas //

h) Variação do verbo *haver* (existencial)

Segundo Cunha e Cintra (2014), o verbo *haver* emprega-se como impessoal, isto é, sem sujeito quando significa existir, ou quando indica tempo decorrido. Nestes casos, em qualquer tempo, conjuga-se apenas na terceira pessoa do singular.

De acordo com o *corpus* de Adriano (2014:23) que serviu de base para o presente trabalho, há poucos casos desviantes à norma-padrão correlacionados com o verbo *haver*. Como se pode observar os seguintes casos:

- 88) a. *meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não haverão tendas // haverão casas sim // não haverão demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação // [TPA 1, Campanhas Eleitorais, 14.08.2012]
- 89) a. *[...] forma estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antena caso hajam mais notícias para manter o país e o mundo atualizado // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Adriano (2014) afirma que estes enunciados foram proferidos por falantes escolarizados, mais concretamente com escolarização superior. Entretanto, é evidente a variação do verbo *haver*. Nos dois casos o verbo é impessoal, é complementado por argumentos internos com a função sintática de complemento direto, com os quais concorda. Nos enunciados (88a), o verbo *haver* é repetido três vezes, e em todas se afigura no futuro no plural. No enunciado (89a), o mesmo verbo apresenta-se no futuro plural do modo conjuntivo, dado que os falantes fazem concordar o verbo *haver* com os argumentos internos que desempenham função sintática de complemento direto. Assim, de acordo com a norma-padrão europeia, os enunciados acima seriam escritos da seguinte maneira:

- 88) b. meu caro / quero garantir desde já que no governo do Partido não haverá tendas // haverá casas sim // não haverá demolições a pretexto de que são casebres / mas haverá o respeito pela dignidade dos cidadãos deste país que / com muito sacrifício / tudo fazem para ter a sua própria habitação //
- 89) b. [...] forma estes os apontamentos para o dia de hoje // prometemos voltar em antena caso haja mais notícias para manter o país e o mundo atualizado //

i) Concordância com *tu* ou *você*? Crise de tratamento e implicações semântico-pragmáticas

Segundo a gramática tradicional, relativamente aos pronomes de tratamento *tu* e *você* observa-se o seguinte:

No português europeu normal, o pronome *tu* é empregado como forma própria da intimidade. Usa-se de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual ou próxima.

No português de Portugal não é ainda possível, apesar de certo alargamento recente do seu emprego, usar *você* de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia (Cunha e Cintra, 2014:372-373).

Assim, segundo a norma-padrão europeia, é considerado desvio o tratamento do mesmo interlocutor por *tu* e *você*, empregando indiferentemente as formas pronominais. O emprego de *tu* implica por motivos de concordância, algumas alterações frásicas diferentes das que se aplicariam se o pronome usado fosse o *senhor*, *você*, *ele/ela* (Adriano, 2014). A título de exemplo, vejamos o quadro abaixo:

Sujeito nominativo	Tu	Você
Complemento oblíquo	ti, contigo	Você, si, consigo

Fonte: (Raposo, 2013:902).

Tabela 4 - pronome *tu* e *você*

O tratamento simultâneo de *tu* e *você* é muito frequente no português falado em Angola, mesmo em pessoas cultas, conforme nos atesta o *corpus* de Adriano (2014:26-27). O pronome *você* coocorre no mesmo enunciado com formas verbais e com formas de pronomes pessoais e possessivos da segunda pessoa do singular. Podemos constatar isso nas frases seguintes:

- 90) a. *você tem motivos suficientes para na Organização partidária no dia trinta e um de agosto deste mês // vote no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar consigo / porque a Organização merece o **teu** voto // [TPA 1, Campanhas Eleitorais, 28.08.2012]
- 91) a. *você que é da Organização política [...] não pode perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexu // você deve ser um exemplo / você votar na bandeira // todo e qualquer militar sabe-o perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é nome da pessoa que deve **te** atrapalhar // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- 92) a. *vota o Presidente / vota o Partido número # no boletim de voto / **aceite** o conselho do Partido // não é inteligente opor-se à democracia no século no século vinte e um // [RNA, Campanha Eleitorais, 24.08.2013]
- 93) a. *uma vez que já **tens** a informação / a Assembleia local onde **vais** votar / [...] então visite já aquele local // [...] no dia trinta **tenha** já este cenário / este esquema / esse mapeamento / se me permitem aqui dizer // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- 94) a. *se porventura **estás** a colocar o xis / **sente** que fiz erradamente ou coloquei um xis a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...] / **tu** **podes** devolver // o // o presidente vai inutilizar aquele boletim // e **fique** tranquilo porque

estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vai na urna // tu vais voltar com um novo boletim [...] / coloque o xis bem visível e na parte [-] que não deixe equívoco // ora / colocado o xis deves dobrar boletim // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Nas frases acima, no enunciado (90a), o falante trata o destinatário por *você*. Este pronome concorda com a terceira pessoa verbal, tal como foi colocado (tem, vote, consigo), contudo, acabou por colocar-se o enunciado na segunda pessoa verbal *teu*. No enunciado (91a), o falante inicialmente trata o destinatário por *você* e posteriormente, enfatiza mais duas vezes e faz concordar as formas verbais com o referido pronome. No entanto, no fim da frase, chega a empregar o clítico - *te*, para além disso, no que constitui desvio da norma-padrão europeia, na frase em análise verifica-se o clítico *o* (todo e qualquer militar sabe-o). No enunciado (92a) nota-se, na primeira oração, o emprego da forma verbal *vota* no imperativo, que posteriormente é repetida na segunda, com esta forma verbal no imperativo. Assim, era suposto que o sujeito fosse a segunda pessoa do singular *tu* (vota tu). Porém, na terceira oração surge a forma verbal *aceite*, que concorda com o sujeito *você* ou *o senhor*, pois a forma verbal *aceite* não pode constituir uma estrutura de omissão do pronome *você*. No enunciado (93a), há ocorrência da forma verbal *tens* e, de seguida, a forma verbal *vais*. Segundo as regras de flexão verbal, pode-se recuperar o sujeito gramatical nulo *tu* (tu tens, tu vais). Entretanto, as duas orações seguintes apresentam como predicados os verbos *visite* e *tenha* no conjuntivo, que se contrariam com as formas verbais anteriores. Apresentam como sujeito nulo (subentendido) *você* ou *o senhor* e no enunciado empregam-se indiferentemente os determinantes demonstrativos *esse* e *este*. Finalmente, no enunciado (94a), há ocorrências de alternância de formas verbais, que concordam ora com *tu*, ora com *você* ou *o senhor*. Além disso, o verbo *ir* seleciona um SP encabeçado pela preposição *em* (vai na urna), em vez de SP encabeçado pela preposição *para* (vai para urna). Há falta de preposição *em* antes do relativo *que* na oração *coloque o xis na parte que não deixe equívoco*. Deste modo, cada um dos enunciados acima descritos apresenta duas alternativas possíveis, em função do posicionamento em termos de tratamento, por *tu* ou por *você* (Adriano, 2014). Ei-los:

- 90) b. tu tens motivos suficientes para na Organização partidária no dia trinta e um de agosto deste mês // vote no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar consigo / porque a Organização merece o teu voto //
- 90) c. você tem motivos suficientes para na Organização partidária no dia trinta e um de agosto deste mês // vote no número # / porque é de facto a voz da liberdade // [...] estou a contar consigo / porque a Organização merece o seu voto //
- 91) b. tu que és da Organização política [...] não pode perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexos // você deve ser um exemplo / você votar na bandeira // todo e qualquer militar o sabe perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é nome da pessoa que deve atrapalhar-lhe //
- 91) c. você que é da Organização política [...] não pode perder tempo com palhaçadas / com discussões que não têm nexos // você deve ser um exemplo / você votar na

- bandeira // todo e qualquer militar o sabe perfeitamente // o que se jura é a bandeira // então não é nome da pessoa que deve atrapalha-lo //
- 92) b. vota o Presidente / vota o Partido número # no boletim de voto / aceita o conselho do Partido // não é inteligente opor-se à democracia no século no século vinte e um //
- 92) c. vote o Presidente / vote o Partido número # no boletim de voto / aceite o conselho do Partido // não é inteligente opor-se à democracia no século no século vinte e um //
- 93) b. uma vez que já tens a informação / a Assembleia local onde vais votar / [...] então visite já aquele local // [...] no dia trinta tenhas já este cenário / este esquema / esse mapeamento / se me permitem aqui dizer //
- 93) c. uma vez que já tem a informação / a Assembleia local onde vai votar / [...] então visite já aquele local // [...] no dia trinta tenha já este cenário / este esquema / esse mapeamento / se me permitem aqui dizer //
- 94) b. se porventura estiveres a colocar o xis / sentes que fiz erradamente ou coloquei um xis a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...] / tu podes devolver // o // o presidente vai inutilizar aquele boletim // e fica tranquilo porque estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vais para a urna// tu vais voltar com um novo boletim [...] / coloca o xis bem visível e na parte em que não deixe equívoco // ora / colocado o xis deves dobrar o boletim //
- 94) c. se porventura está a colocar o xis / sente que “fiz erradamente ou coloquei um xis a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...]” / você pode devolver // o // o presidente vai inutilizar aquele boletim // e fique tranquilo porque estão lá os delegados de lista a verificar // e porque também aquele boletim não vai à urna // você vai com um novo boletim [...] / coloque o xis *bem* visível e na parte em que não deixe equívoco // ora / colocado o xis deve dobrar o boletim //

j) **Concordância com expressão partitiva**

Segundo Azeredo (2008 *apud* Adriano, 2014), quando o sujeito é formado por uma expressão partitiva, o verbo concorda de uma forma ordinária com o núcleo sintático da construção.

No *corpus* de Adriano (2014:33-34), que serviu de base para a análise deste fenómeno, constata-se ainda a ocorrência de sujeitos que são expressões partitivas. Veja-se os seguintes enunciados:

- 95) a. **maior parte dos cidadãos** já tinham exercido o seu dever de voto // [TPA1, Eleições Gerais, 31.08.2012]
- 96) a. [...] **a maioria dos habitantes estão reservados** em suas casas / e outros sim / **dirigidos nas** Assembleias para exercerem o seu voto de cidadania // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais, 2012. 31.08.2012]
- 97) a. **boa parte dos indivíduos** que entram no mundo da droga dificilmente saem // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

98) a. vale referir que grande parte de eleitores que votaram / pelo menos naquilo que nós contatámos / foi de mulheres // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais, 31.08.2012]

99) a. os *akotos* é um conjunto de reis que passaram nas embalas e que estão bem conservados no tal local que se chama *akokotos*¹⁹ // [RNA, Jornal, 19.09.2012]

Segundo Adriano (2014), os núcleos sintáticos dos enunciados acima encontram-se no singular e, por isso, torna-se obrigatório os verbos figurarem igualmente no singular.

Nos enunciados acima, na frase (96a), verifica-se que, semanticamente, o verbo *reservar* não está empregado de forma adequada. Por outro lado, no contexto em que a frase ocorre, parece não ter sido adequado o particípio *dirigidos*. No que concerne a frase (98a), a forma verbal da expressão partitiva *votaram* figura no plural, e o mais distanciado *foi* figura no singular, mas ambos se referem ao mesmo sujeito, que é a expressão partitiva *grande parte de eleitores*. Desde modo, segundo a norma-padrão europeia, os enunciados acima podem ter verbos quer no singular, quer no plural. Importa realçar que, no português falado em Angola, há alguma tendência para colocar o verbo sem concordância com a expressão partitiva, mas no plural (cf. Adriano, 2014). Assim:

95) b. maior parte dos cidadãos já tinha [tinham] exercido o seu dever de voto //

96) b. [...] a maioria dos habitantes encontra-se [encontram-se] em suas casas / e outros sim / dirigiram-se às Assembleias para exercerem o seu voto de cidadania //

97) b. boa parte dos indivíduos que entra [entram] no mundo da droga dificilmente sai [saem] //

98) b. vale referir que grande parte de eleitores que votou [votaram] / pelo menos naquilo que nós contatámos / foi [foram] de mulheres //

99) b. os *akotos* é um conjunto de reis que passou [passaram] nas embalas e que está [estão] bem conservados no tal local que se chama *akokotos* //

k) Os constituintes relativos *o qual e cujo*: Não concordância com o antecedente

Segundo a gramática tradicional Cunha e Cintra (2014), os pronomes pessoais são aqueles que, regra geral, se referem a um termo anterior e variam em número e género conforme o seu antecedente. O *corpus* de Adriano (2014:35-36) atesta alguns casos de falta de concordância entre os pronomes relativos *qual* e *cujos*. Este fenómeno é muito comum em Angola em pessoas de diferentes graus de escolarização, tal como ilustramos a seguir:

100) a. *após esse processo / lhe é entregue dois sacos na qual ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] // [RNA, Jornal, 23.08.2012]

101) a. *a escola que hoje reinauguramos surge na sequência de uma orientação do camarada presidente [...] / segundo as quais vamos concentrar [///] depois de

¹⁹ Segundo Adriano (2014:276), espaço no qual, com base na prática de algumas culturas angolanas, são conservados os crânios - *akotos* - dos sobas após a sua morte.

praticamente concluído o processo de reconstrução nacional / vamos concentrar os nossos esforços para o aumento da qualidade da educação // [TPA1, Telejornal, 21.08.2013]

102) a. *existem brigadas pela qual os operadores estão já a passar a informação a todos [-] eleitores de que devem possuir uma senha // [TPA, Angola a Caminho das Eleições, 30.08.2012]

103) a. *nós apreciamos o discurso do camarada presidente / na qual dirigiu-nos uma mensagem de aconchego // [RNA, Jornal da Noite, 25.08.2013]

Seguindo a norma europeia de acordo com Adriano (2014), nos enunciados acima há ocorrências de falta de concordância entre o constituinte relativo e o seu antecedente. Por vezes, o emprego do *qual* desencadeia, em Angola, problemas semânticos. Torna-se difícil distinguir o sentido que o falante quer que o seu enunciado tenha. No enunciado (100a), além da falta de concordância entre os constituintes *dois sacos* e *na qual*, o verbo recolher seleciona a preposição *para*. Já na frase (101a), o enunciado *uma orientação do camarada presidente* não concorda com o constituinte relativo *as quais*, visto que o constituinte relativo se encontra no feminino do plural, quando o seu antecedente figura no feminino singular. Relativamente ao enunciado (102a), apresenta-se como antecedente de *pela qual* o nome feminino plural *brigadas*, o que origina a falta de concordância. E finalmente no enunciado (103a) apresenta-se a contração da preposição *em* + *a* = *na qual*, referindo-se ao constituinte *o discurso do camarada presidente*. Deste modo, há falta de concordância entre os dois constituintes, visto que o constituinte relativo se encontra no feminino do singular, e o seu antecedente encontra-se no masculino singular. Portanto, seguindo aquilo que é o padrão europeu, as frases analisadas tomariam as seguintes posições, como se verifica em (100b, 101b, 102b e 103b):

100) b. após esse processo / são lhe entregues dois sacos para os quais ela vai fazer a recolha dos resíduos [...] //

101) b. a escola que hoje reinauguramos surge na sequência de uma orientação do camarada presidente [...] / segundo a qual vamos concentrar [///] depois de praticamente concluído o processo de reconstrução nacional / vamos concentrar os nossos esforços para o aumento da qualidade da educação //

102) b. existem brigadas pelas quais os operadores estão já a passar a informação a todos os eleitores de que devem possuir uma senha //

103) b. nós apreciamos o discurso do camarada presidente / no qual nos dirigiu uma mensagem de aconchego //

5.2. Interferência linguística com o cokwe

Nesta subseção do presente trabalho, propusemo-nos descrever os fenómenos de interferência que ocorrem na variedade do PA com o cokwe, portanto, antes de aprofundarmos sobre o referido fenómeno, queremos definir o que é a interferência linguística.

Segundo Costa (2016), a interferência linguística ocorre em indivíduos bilingues, quando se desviam da norma das línguas, por influência da outra. Duma forma geral, ela é definida como um fenômeno resultante da combinação de dois movimentos vibratórios.

Segundo Marque (1983), é muito frequente entre os falantes angolanos que não têm o português como LM constituir as seguintes frases:

- 104) Eu brinca na rua;
- 105) Elas come bana;
- 106) Você vais na Escola, etc.

A autora refere que a ausência da flexão verbal nas LMs, ou seja, nas línguas de origem bantu (como cokwe), influencia a língua portuguesa. Em consequência disso, os falantes mostram inúmeras dificuldades em fazer concordância entre a forma verbal e o pronome sujeito, sendo que nas línguas bantu são os pronomes pessoais prefixos que determinam o sujeito e se ligam ao verbo, que são os prefixos concordante do sujeito.

O complemento circunstancial (CC) de lugar *onde*, *para onde*, expressa-se da mesma maneira sem distinção de preposição. Na língua cokwe, por exemplo, usa-se uma flexão especial chamada locativo. Este serve para designar o lugar *onde*, *para onde/aonde* ao contrário do português, em que o lugar *aonde* corresponde à preposição *em* e o lugar *para onde* corresponde à preposição *a* ou *para* (Marques, 1983).

Na língua cokwe, embora o prefixo locativo *ku* signifique *em* (complemento circunstancial de lugar (CCL) *onde*), importa referir que, quando se refere aos verbos de movimento, significa também *para* (CCL *para onde*). Assim, é vulgar encontrar falantes angolanos a empregar indistintamente em português o CCL *onde/para onde* (Marques, 1983). As frases seguintes são muito vulgares no PA:

- 107) Ele está na escola
- 108) Ele vai na escola (PE- Ele vai à escola).

Segundo Marques (1983), os angolanos utilizam frequentemente expressões como:

- 109) Eu chamo-lhe ou vou-lhe chamar em vez de eu chamo-o ou vou chamá-lo.

A autora suprarreferida considera que o pronome pessoal CD ou complemento indireto (CI) não ocupa, nas línguas nacionais, a mesma posição que ocupa na LP, pois nas línguas bantu, o pronome antepõe-se ao verbo, contrariamente ao que acontece em português, em que a posição do pronome é no fim do verbo (*Ibid.*, 1983). No PA são muito frequentes as seguintes construções.

- 110) Eu lhe dei;
- 111) Eu lhe amo;
- 112) Eu lhe digo.

Ao passo que na norma-padrão do PE as frases acima tomariam as seguintes posições:

- 113) Eu dei-lhe;
- 114) Eu amo-lhe;
- 115) Eu digo-lhe.

5.3. Modos verbais

Segundo a gramática tradicional de Cunha e Cintra (2014) chamam-se Modos às diferentes formas que o verbo toma para indicar a atitude de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc., relativamente ao facto que a pessoa da fala enuncia.

O conjuntivo emprega-se quando encaramos a existência ou não existência do facto como uma coisa incerta, duvidosa, eventual e irreal. Ao passo que o modo indicativo se emprega quando uma ação ou estado é considerado na sua realidade ou na sua certeza, quer em referência ao presente, quer ao passado ou futuro (Cunha e Cintra, 2014).

No que concerne ao PA, em muitas situações, emprega-se o indicativo ou o infinitivo mesmo quando o contexto exige o uso obrigatório do conjuntivo, há sempre uma tendência de desvio em relação a norma europeia. Tal como podemos constatar nos enunciados retirados do *corpus* de Undolo (2016). Ei-los:

- 116) Que as mulheres não desistem de lutar pela sua dignidade.
- 117) Não quero que ele me julga sem pudor.
- 118) Talvez eu falo com ele, se mudar de ideia.
- 119) Eles bem querem que tu ficas a morar em casa do diretor.
- 120) É possível que tudo vai correr bem.
- 121) Se nós pudermos assegurar o pagamento de salários dos professores por mais quatro meses, talvez conseguimos terminar bem o ano letivo 2013.

Nos enunciados acima, aplicados em jeito de inquérito escrito, observou-se que no enunciado (116) dos trinta inquiridos; doze responderam conforme a norma-padrão europeia; no enunciado (117) sete contra vinte e três; no enunciado (118) oito contra vinte e dois; o mesmo acontece no enunciado (119) oito contra vinte e dois, no enunciado (120), doze contra dezoito, e finalmente, no enunciado (121), oito contra vinte e dois. Segundo o autor, de entre os informantes inquiridos, demonstra-se alguma insegurança em termos de domínio da função e uso dos tempos do conjuntivo, sendo que o índice de domínio é muito baixo. Portanto, segundo as análises efetuadas, verificou-se que há tendência de aceitação generalizada do presente do indicativo em detrimento do presente do conjuntivo. Essa aceitação é bastante acentuada, o que demonstra instabilidade no domínio do PE, e revela, até certo ponto, uma nova estrutura lógica gramatical da língua, até porque o uso do indicativo em lugar do conjuntivo não acarreta problemas de comunicação (Undolo, 2016:117). Consideremos os seguintes enunciados retirados de *Aspetos Sobre o Conjuntivo no Português de Angola* de Naege (2017), Inquérito sociolinguístico dirigido aos estudantes universitários angolanos, tal como já fizemos referência.

- 122) De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu **vesse** o menino não me aguentaria.
- 123) Olha mana! Diga ao seu filho que se **pôr** a lapiseira.
- 124) Os novos regulamentos preveem que quem **ser** apanhado a cabular fique em casa durante dois anos.

Os enunciados (122) e (123) atestam o uso do indicativo em contextos em que se esperaria obrigatoriamente o uso do conjuntivo. No enunciado (124) era expeável a ocorrência obrigatória do futuro do conjuntivo, de acordo com a norma-padrão europeia, no entanto, verifica-se o uso do infinitivo (Naege, 2017).

No PA há uma tendência para não haver uma distinção nítida no uso do indicativo em vez do conjuntivo, e isso acontece quer em falantes do português como L1 ou falantes do português como L2. Este fenómeno afeta também os falantes com níveis altos de escolaridade. Isso demonstra que o uso regular do indicativo é muito frequente pelo facto de os falantes acharem ser mais produtivo e veicular a informação que pretendem, sem necessariamente fazer o uso do conjuntivo em contextos obrigatórios. Apesar de alguns falantes terem o português como LM, raramente fazem o uso do conjuntivo mesmo em contextos obrigatórios. Os fatores sociolinguísticos e o fenómeno de interferência podem estar subjacentes nestas ocorrências, por causa dos constantes contactos do português com as línguas nacionais e estas, por sua vez, apresentam estruturas morfossintáticas diferentes das do português (Naege, 2017).

Tal como foi ilustrado, no PA há uma maior inclinação em termos de uso do indicativo, mesmo em contextos obrigatórios do conjuntivo. O *corpus* oral de Adriano (2014) atesta que este fenómeno ocorre nas orações subordinadas finitas adverbiais; nas orações completivas de adjetivos e de verbos; nas orações dubitativas introduzidas pelo advérbio modal *talvez* e nas orações diretamente introduzidas pela integrante *que*. Outra característica importante que deve ser realçada no PA é a tendência do emprego do imperativo afirmativo em contexto imperativo negativo. Por outro lado, há imensas dificuldades em diferenciar o verbo *ver* do verbo *vir* no presente do conjuntivo, sendo que em determinadas circunstâncias há possibilidade do verbo *vir* ser conjugado como *ver*.

Importa também destacar as analogias que mudam a forma dos verbos *estar* e *ser* no presente do conjuntivo para *esteje* e *seje*, em vez de *esteja* e *seja*, trata-se de um fenómeno muito comum no PA. Segundo o autor, parece que alguns falantes preferem empregar locuções verbais infinitivas em vez do conjuntivo, em determinados contextos frásicos. O emprego do infinitivo flexionado é um outro fenómeno característico do PA, apesar de ocorrer em pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade. Nota-se que o fenómeno extrapola até à camada mais culta (*Ibid.*, 2014).

a) O verbo *ter* impessoal

De acordo com o *corpus* de Adriano (2014) que serviu de análise sobre este fenómeno, constatou-se que, no PA, há tendência de se empregar o verbo *ter* para se referir a uma ocorrência ou existência. Segundo a gramática tradicional, o verbo *haver*, quando sinónimo de existir, não tem sujeito e é transitivo direto, sendo o seu objeto o nome da coisa existente (Cunha, 2014). Segundo Adriano (2014:47-49), o fenómeno em referência ocorre mais comumente no registo popular, contudo, não deixa de haver ocorrências também na norma culta, ou seja, no discurso de pessoas escolarizadas:

- 125) a. *como saber isto [o sítio onde se vai votar]? está a ser feita a Campanha de Informação // tem para além dos quiosques / tem a *internet* / tem o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também tem as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- 126) a. *juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta para nós // soubemo que tem muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 25.08.2012]
- 127) a. *essa reunião do dia dez teve lá muita gente // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 17.08.2012]
- 128) a. *tem muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido ajude // [TPA1, Telejornal, 02.09.2012]
- 129) a. *no Huambo também tinha homens que queriam ir votar na sua origem // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais, 31.08.2012]

Nos enunciados expostos, o verbo *ter* é impessoal e ocorre em contextos obrigatórios do verbo *haver*. No enunciado (126a), além do fenómeno em descrição, observa-se também a omissão de /s/ na desinência número pessoal da forma verbal no pretérito perfeito do modo indicativo *soubemo*. Tendo em conta o contexto, esta forma verbal teria sido conjugada no presente *sabemos* (Adriano, 2014). Contudo, o autor sublinha que não é raro, no registo popular e mesmo na fala de pessoas escolarizadas, a conjugação do verbo *saber* no pretérito perfeito do modo indicativo, quando se pretende o presente do mesmo modo (*Idem.*).

Nos enunciados (127a), pelo contexto frásico, o determinante demonstrativo *essa*, que precede o nome *reunião*, deve contrair-se com a preposição *em*, tomando a forma *nessa*. No enunciado (129a) observa-se ambiguidade na expressão *na sua origem* que, considerando o contexto situacional em que enunciado foi proferido, quer dizer *na sua terra natal*. Segundo a norma-padrão europeia, os enunciados em análise tomariam as seguintes formas (Adriano, 2014):

- 125) b. como saber isto [o sítio onde se vai votar]? está a ser feita a Campanha de Informação // há para além dos quiosques / há a *internet* há o envio de mensagens / e também [///] por favor / consulte o seu amigo que já localizou para lhe explicar como é que o fez / e também há as afixações dos cadernos eleitorais nas Assembleias de Voto //
- 126) b. juventude angolana / a Organização partidária tem boa proposta para nós // soubemos que há muito jovem desempregado / muito jovem à procura de emprego // a Organização tem boa proposta para Angola //
- 127) b. nessa reunião do dia dez houve lá muita gente //
- 128) b. há muitos jovens desempregados / muitos jovens no adultério / muitos jovens na delinquência // que o partido ajude //
- 129) b. no Huambo também havia homens que queriam ir votar na sua terra natal //

Ainda no mesmo *corpus* oral, atesta a possibilidade de ocorrência do verbo *ter* em vez do *haver* em complexos e locuções verbais, quando o verbo *ter* é o verbo principal, combinando-se no tempo futuro com o verbo *ir* (Adriano, 2014:48).

- 130) a.*numa Assembleia vai ter várias mesas que são as mesas de voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos nomes // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]
- 131) a.*ora / por isso que nas Assembleias de voto vão ter os assistentes eleitorais e os operadores informáticoØ para ajudar as pessoas a identificar as mesas // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Segundo a gramática tradicional, quando o verbo *haver* exprime existência e vem acompanhado dos auxiliares, a locução formada é naturalmente impessoal (Cunha, 2014:667). Nas frases em análise, no enunciado (131a), a locução *vão ter* figura no plural, sugerindo a existência de um sujeito nulo, ainda no mesmo enunciado observa-se a omissão da marca de plural no adjetivo *informático*. Assim, os sintagmas nominais *os assistentes eleitorais e os operadores informáticos* são entidades não específicas, o que torna obrigatório dispensar os determinantes artigos que lhes seguem. O verbo *ter* é, na norma-padrão, substituído pelo verbo *haver*, tal como se pode observar nas seguintes construções frásicas (Adriano, 2014):

- 130) b. numa Assembleia vai haver várias mesas que são as mesas de voto // e essas mesas contêm um caderno eleitoral com quinhentos nomes //
- 131) b. ora / por isso que nas Assembleias de voto vai haver os assistentes eleitorais e os operadores informáticos para ajudar as pessoas a identificar as mesas //

Tal como se observou nos enunciados acima, no PA é observável a ocorrência do verbo *ter* em vez do *haver*, portanto, o verbo *ter*, na aceção de existir apresenta-se como impessoal e é transitivo direto, e o seu complemento o nome da coisa existente, o que caracteriza o verbo *haver* com o valor existencial. Apesar do referido fenómeno se verificar nos falantes escolarizados, a sua ocorrência é rara em situações formais de comunicação, sendo naturalmente mais comum no registo popular e familiar (Adriano, 2014).

Assim, de modo geral, avivamos o fenómeno de interferência do *cokwe* no PA, tal como foi descrito, sendo a língua *cokwe* originária das línguas bantu. Entretanto, as características morfológicas das línguas bantu não correspondem às da LP. Uma das evidências é a existência de prefixos, que nas palavras indicam o número, mas na LP o número é designado por marca do plural. Na língua *cokwe*, tal como vimos, os prefixos indicam também outros aspetos morfológicos, como a classe de palavra e o número. O prefixo nominal varia, normalmente, o radical de um nome, sendo invariável no singular e no plural, e precedido de um prefixo que possibilita distinguir se o nome se encontra no plural ou no singular (Ferronha *et al.*, 1992).

Conclusão

Angola viveu durante muitos séculos sob o jugo do colonialismo português e, durante este período, as culturas dos povos dominados foram hostilizadas, chegando mesmo a criar-se um sentimento de exclusão sociocultural dos próprios indígenas até àqueles que estavam em contacto com o colonizador. Apesar de todo o esforço empreendido pelo governo português para implementar a LP em todo território nacional, esse processo não teve sucesso, porque as populações das zonas rurais mostraram alguma resistência. Também importa destacar que, na escola, o ensino da LP nunca teve em conta a LM dos alunos. Em consequência disso, surgem sempre sérias dificuldades em termos de aprendizagem da LP. A LP era a língua de dominação colonial imposta no território angolano em detrimento das línguas nacionais que eram consideradas inferiores. Atualmente, é uma língua oficial, veicular e de solidariedade. É um instrumento de comunicação que ajuda a criança a introduzir-se no universo técnico-científico e revolucionário (Marques, 1983).

A interferência morfossintática do cokwe no português em Angola é uma dinâmica da língua que está associada às necessidades comunicativas do contexto sociocultural e sociolinguístico do povo angolano. O PA demonstra as suas especificidades, estando em constante contacto com as línguas bantu por causa do fenómeno do bilinguismo e pelo facto de ser a L2 de uma boa parte da população.

É de salientar que a cultura não se resume apenas a hábitos e costumes, ao folclore, à tradição oral, às artes tradicionais, etc. A cultura é um processo de integração de povos e nações no quadro da conceitualização moderna de Estado-Nação, que congrega grupos étnicos diversificados com os seus hábitos e costumes, embora se reconheçam algumas aproximações linguísticas de povos classificados de bantu (Sousa, 2012).

Segundo Raposo (2013), as novas gerações das classes mais favorecidas já não aprendem línguas bantu, estando, assim, a emergir uma comunidade de falantes que não só comunicam entre si exclusivamente em português, como também aqueles falantes que não têm o português como L1, escolhem esta como a única língua para transmitir às novas gerações. A difusão da LP traduziu-se naturalmente por um aumento significativo do número de falantes desta língua.

Depuramos que a LP é a única que não conhece barreiras decorrentes da variação de contextos, não circunscrevendo o seu uso a ocasiões ou lugares específicos, o que significa que os falantes angolanos estão mais expostos à LP do que a qualquer língua autóctone (Undolo, 2016).

A variedade do PA apresenta um desvio em relação à norma-padrão do PE, fruto da interferência da língua cokwe, manifestando, assim, as marcas da língua bantu numa língua neolatina. Tal como foi salientado, as línguas bantu são caracterizadas por prefixos e determinam os princípios de classificação e concordância de palavras. O uso de afixos permite modificar o sentido, a categoria e a função da palavra, sem alterar a unidade fundamental. O sistema de classes nominais é uma característica bantu (Altuna, 1985).

Assim sendo, estamos de acordo com Sousa (2012), ao aferir que após cinco séculos de modificação da cultura dos povos de Angola pelo regime colonial, torna-se necessário traçar

uma perspetiva nacional que respeite os valores nativos e uma adaptação, ainda que seletiva da modernidade que, de maneira alguma, podia ser colocada de lado, sob pena de estagnar no tempo, pois a identidade cultural de um grupo étnico só se torna eficaz quando a língua prevalece. Deste modo, surge a necessidade de se pensar na variedade do português que se adequa às necessidades comunicativas do povo angolano e que respeita os valores culturais, tal como diz o autor suprarreferido *se um povo perde a sua língua, automaticamente perde a originalidade da sua cultura e passará a adotar a cultura, ou parte dos valores da cultura do povo cuja língua assimilou* (Sousa, 2012:26).

Assim, sendo imprescindível implementar políticas linguísticas, Mateus (2010) define a política linguística como um conjunto de ações levadas a cabo pelas autoridades governamentais de uma comunidade, que visa beneficiar o indivíduo e a coletividade dos cidadãos que utilizam a língua, sendo que os cidadãos são os seus principais beneficiários no que caracteriza os planos e a utilização da língua.

As políticas linguísticas de uma língua devem estimular os falantes a compreenderem e sentirem que a língua que falam deve ser enriquecida e trabalhada por eles com entusiasmo, porque é uma autêntica característica da sua identificação, pois ela serve o quotidiano dos indivíduos e contribui para a sua realização como membros de uma sociedade. O reconhecimento de uma variedade linguística contribui para criar nos indivíduos um espírito de cidadania tolerante, nomeadamente, quanto à variedade geográfica, sociocultural e idioleto. A LP em Angola tem uma função de extrema importância sociocultural. Ela não se restringe apenas à capacidade de os falantes de línguas nacionais comunicarem com os países estrangeiros. Além disso, o português pode instituir-se como uma ponte entre diversas culturas e línguas (Mateus, 2010).

Bibliografia

- Adriano, Paulino Soma (2014), *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola. Divergências em relação à norma europeia*, Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento).
- Agualusa, José Eduardo (2005), *A Língua Portuguesa em Angola - língua materna versus língua madrasta, Uma proposta de paz*, São Paulo, USP, X(10), pp. 27-33.
- Altuna, P. Raul Ruiz de Asúa (1985), *Cultura Tradicional Banto*, Luanda, Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.
- Anderson, Stephen Robert (1988), "Inflection". In: Michael Hammond e Michael Noonan (eds.). *Theoretical Morphology*, San Diego, Academic Press, pp. 23-43.
- Azeredo, José Carlos de (2008), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, São Paulo, Publifolha, 2ª edição.
- Bagno, Marcos (1999), *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*, São Paulo, Edições Loyola.
- Barros, Agneta (2002), "A Situação do Português em Angola". In: *Uma Política para o Português* [Colóquio, 1999], Lisboa, Edições Colibri, pp. 37-43.
- Bechara, Evanildo (2009), *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira 37ª edição.
- Bloomfield, Leonard (1926), "A set of Postulates for the Science of Language". In: *Language 2* (org.), *Readings in Linguistics*, Washington, American Council of Learned Sciences, pp. 153-164.
- Boaventura Cardoso (1990), *Discurso de encerramento do II congresso da união de jornalista angolanos "então, Ministro da Informação"*. Luanda, 27 de julho.
- Cabral, Lisender Augusto Vicente (2005), *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*, Lisboa, Universidade de Lisboa (tese de mestrado).
- Castilho, Ataliba Teixeira de (2002), *A Língua Falada no Ensino de Português*, São Paulo, Editora Contexto, 4ª edição.
- Castro, Armando (1978), *O Sistema Colonial Português em África* (meados do século XX), Lisboa, Editorial Caminho.
- Castro, Ivo (2006), *Introdução à História do Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2ª edição.
- Chicuna, Alexandre Mavungo (2014), *Portuguesismos nas línguas bantu*, Lisboa, Edições Colibri.
- Chomsky, Noam (1964), "Current Issues in Linguistic Theory. The structure of language", In: A. Fodor & Jerrold J. Katz (eds), *Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall*, pp. 50-118.
- Chomsky, Noam (1980), *Estrutura Sintática*, Póvoa de Varzim, Edições 70. Tradução: Madalena Cruz Ferreira.
- Chomsky, Noam (1986), *O Conhecimento da Língua, Sua Natureza, Origem e Uso*, Nova York, Editorial Caminho. Tradução: Anabela Gonçalves & Ana Teresa Alves.
- Costa, António Fernandes da (2006), *Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola*, Luanda, Universidade Católica de Angola, 1ª edição.

- Costa, João Cabral, Assunção, Caldeira Cabral, Santiago, Ana, Viegas, Filomena (2011), *O Conhecimento Explícito da Língua: Guião de Implementação do Programa*, Lisboa, DGIDC. Ministério da Educação.
- Costa, Teresa Manuela Camacha da, (2016), “Ensino da Língua Portuguesa em Angola”, in: Alexandre António da Costa Luís, *et al.* (org.), *A Língua Portuguesa No Mundo: Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Edições Colibri/Universidade da Beira Interior, pp. 365-389.
- Cristóvão, Fernando (2008), *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina.
- Cunha, Celso & Cintra, Luís F. Lindley (2014), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 21ª edição.
- Duarte, Inês (2000), *Língua Portuguesa: Instrumento de Análise*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Dubois, Jean; *et al.* (1973), *Dictionnaire de linguistique*, Paris, Larouse.
- Endruschat, Annete & Schmidt-Radefeldt, Jürgen (2015) *Introdução Básica à Linguística do Português*, Lisboa, Edições Colibri, 1ª edição. Tradução: António C. Franco.
- Faria, Isabel Hub *et al.* (1996), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, SA.
- Fernandes, João & Ntongo, Zavoni (2002), *Angola: povos e línguas*, Luanda, editorial Nzila, Coleção Ensaio/Língua e Cultura.
- Ferronha, António & Lourenço, Eduardo *et al.* (1992), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gleason, Henry Allan Jr. & Pinguelo, João (1985), *Introdução à Linguística Descritiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição.
- Greenberg, Joseph (1963), *Languages of Africa*, Vol. XXV, Bloomington, Indiana University.
- Grimes, Barbara F. (1996), *Ethnologue*, Dallas, Texas, Summer Institute of Linguistic.
- Guthrie, Malcolm (1948), *The Classification of the Bantu Languages*, London, Oxford University Press.
- Guthrie, Malcolm (1967), *Comparative Bantu*, vols I, II, III, London, Gugg Press.
- Halle, Morris (1973), “Prolegomena to a Theory of Word Formation”, *Linguistic Inquiry*, Vol. IV, (3-16).
- Henriques, Claudio Cezar (2007), *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrónica*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.
- Holm, John (1992), “Popular Brazilian portuguese: a semi-creole”, in: Ernesto d’Andrade & Alain Kihm (Org.), *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa, Colibri, pp. 37-66.
- INL (1980), *Histórico sobre a criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais*, Luanda, Instituto Nacional de Línguas.
- Inverno, Liliana (2005), “A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal”, in Ana Carvalho (ed), *Português em contacto*. Madrid, Frankfurt, Iberoamericana/Editorial Vervuert, pp. 1-12.
- Jouët-Pastré, Clémence (2008), “Uma Constelação em Expansão: Variação Lingüística e Ensino do Português nos EUA”, in: Paulo Osório e Rosa Marina Meyer (Coords.), *Português-Língua*

- Segunda e Língua Estrangeira Da (s) Teorias à (s) Prática (s)*, Lisboa, Lidel - edições técnicas, Lda, pp. 75-82.
- Júnior, Miguel (2011), *Análise da Histórias Geral das Guerras Angolanas (1575-1680) de António Oliveira de Cadornega*, Luanda, Mayamba.
- Kukanda, Vatomene (1986), *Notas de Introdução à Linguística Bantu*, Lubango, Universidade Agostinho Neto, ISCED-Lubango, departamento de Letras Modernas.
- Labov, William (2008) *Padrões Sociolinguísticos*, São Paulo, Parábola Editorial, 1ª edição. Tradução: Marcos Bagno, Mª Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso.
- Laroca, Maria Nazaré de Carvalho (2011), *Manual de Morfologia do Português*, Campinas: EDUFJF e Pontes Editores.
- Lewis, David (1975), “Languages and Language,” in: K. Gunderson (org.), *Language, Mind and knowledge*, Minneapolis, University of Minneasota Press, pp. 3-35.
- Maho, Jouni Filip (2008), NUGL Online. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the bantu languages.
- Manassa, João Baptista Abreu (2011), *Luanda: História e Sociedade*, Luanda, Mayamba editora.
- Marques, Irene Guerra (1983), “Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola”, in: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, ICELP, pp. 205-223.
- Martins, João Vicente (1990) *Elementos de Gramática de Utchokwe*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- Martins, João Vicente (2008), *Os Bakongo ou Tukongo do Nordeste de Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mateus, Maria Helena & Nascimento, Fernanda Bacelar do (2005), *A Língua Portuguesa em Mudança*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Mateus, Maria Helena Mira & Carneira, Esperança (2007), *Norma e Variação*, Lisboa, Caminho.
- Mateus, Maria Helena Mira & Pereira, Luísa Teotónio (2005), *Cooperação para o desenvolvimento no âmbito da língua portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri e CIDAC.
- Mateus, Maria Helena Mira (2010), “Uma Política de Língua para Português”, in: XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, APL, pp. 73-78.
- Matos, Norton de (1953), *A nação una. Organização política e administrativa dos territórios do Ultramar Português*, Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda..
- Mendonça, Abílio de (2014), “As interferências das línguas negro-africanas na língua portuguesa e crioulas de base portuguesa”, in Filipe Coelho, et al. (coord.), *Africanias.com*, 05, Bahia, Universidade do Estado da Bahia, pp. 5-6.
- Miguel, Maria Helena (2003), *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*, Luanda, Editorial Nzila.
- Miguel, Maria Helena (2008), “Língua Portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica”, in: LUCERE, *Revista Académica da UCAN*, ano 4 - N.º 5, p. 38.
- Miguel, Maria Helena S. (2008), “Língua Portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica”, in: Lucere, *Revista Académica da UCAN*, Luanda, Ano 4 - N.º 5, pp. 35-48.

- Milroy, James & Milroy, Lesley ([1985] 1991), *Authority in Language: Investigating Standard English*, London/New York, Routledge.
- Mingas, Amélia Arlete (1998) “O português em Angola: Reflexões”. In: *VIII encontro em associação das 12 Universidades de Línguas Portuguesa*, Vol. I, Macau, Centro Cultural da Universidade de Macau, pp. 109-126.
- Mingas, Amélia Arlete (2000), *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, Luanda, Edições Chá de Caxinde.
- Mingas, Amélia Arlete (2004), “Multiplicidade linguística: a língua portuguesa em Angola”, in: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, pp. 73-77.
- Muacanhica, João Chicolassonhi & Ilota, Maurício (2017), *Interferência do Cokwe no Português Falado pelos Alunos da 9ª Classe da Escola do Ensino Primário e do I Ciclo nº 4 do Bairro Norte, Dundo*, Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte (monografia de licenciatura).
- Naege, João Muteteca (2017), “Aspetos Sobre o Conjuntivo no Português de Angola”, in Maria João Marçalo, *et al.* (coord.), *Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, Évora, pp. 3477-3492.
- Neto, Agostinho (1980), *Ainda Meu Sonho: Discursos Sobre a Cultura Nacional*, Lisboa, Edições 70, 2ª edição.
- Ngunga, Armindo (2004), *Introdução à Linguística Bantu*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, imprensa Universitária.
- Nzau, Domingos Gabriel Ndele (2011), *A Língua Portuguesa em Angola: Um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Covilhã, Universidade da Beira Interior (tese de doutoramento).
- Nzau, Domingos Gabriel Ndele (2012), “Uma língua, vários sentimentos? O caso da língua portuguesa em Angola”, in: Cristina Costa Vieira, *et al.* (coord.), *Portugal-África, Mitos e Realidade*, Covilhã, Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, pp. 155-173.
- Nzau, Domingos Gabriel Ndele (2016), “Que Professor Para O Ensino Da Língua Portuguesa Em Angola? Reflexões Acerca dos Desafios em Cenários Multicultural e Multilingue”, in: Alexandre António da Costa Luís, *et al.* (org.), *A Língua Portuguesa No Mundo: Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Edições Colibri/Universidade da Beira Interior, pp. 179-187.
- Obenga, Théophile (1985), *Les Bantu: langues - Peuples et Civilisations*, Paris, Présence Africaine.
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1985), *Escultura Africana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical - Museu de Etnologia.
- Panzo, João Boaventura Ima (2013), *As Representações dos Professores sobre o Português Língua Segunda: Linhas de Actuação. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola*, Covilhã, Universidade da Beira Interior (tese de doutoramento).
- Peres, João Andrade & Mória, Telmo (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, SA.
- Pinto, José Carlos de Castro (2000), *Novo Prontuário Ortográfico*, Lisboa, Plátano editora, 7ª edição.

- Quine, Willard Van Orman (1972), “Methodological Reflections on Current Linguistic Theory” in: G. Harman e D. Davidson (orgs.), *Semantics of Natural Language*, New York, Humanities Press, pp.386-398.
- Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva (1984), “Algumas Observações sobre a Noção de «Língua Portuguesa»” in: *Boletim de Filologia*, Lisboa, pp. 585-592.
- Raposo, Eduardo, B. P. et al. (2013), *Gramática do Português*, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª edição.
- Redinha, José (1971), *Distribuição Étnica de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Rio-Torto, Graça Maria (1998), *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português: conteúdo e metodologia*, Lisboa, Edições Colibri.
- Saussure, Ferdinand (1969), *Curso de Linguística Geral*, Cultrix/Edusp, São Paulo.
- Saussure, Ferdinand de (1995) *curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 7ª edição. Tradução: José Victor Adragão.
- Sautchuck, Inez (2004), *Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo) sintática*, São Paulo: Manole Ltda.
- Sousa, Fonseca (2012), “Rainha Ruwej e a Migração dos Povos Aruund para o Actual Território de Angola”, in Victorino, Carlos Samuel, et al. (coord.), *A Rainha Lueji A’Nkonde e o Império Lunda*, Dundo, Lueji Editora, pp.17-26.
- Sousa, Fonseca (2012), *Etnografia de Angola - Entre a Pesquisa e o Desenvolvimento de Políticas Culturais*, Luanda, Mayamba Editora, 1ª edição.
- Teixeira, José (2003), “Norma Linguística e Erro - Uma Abordagem Cognitiva”, in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7, Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, pp. 125-131.
- Ualhanga, Xavier Chipuleno (2017), *Antroponímia na Língua Cokwe (Lunda-Norte)* Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de mestrado).
- Undolo, Márcio (2016), *A Norma do Português em Angola: Subsídios para o seu estudo*, Caxito, ESP-Bengo (Escola Superior Pedagógica do Bengo).
- Valkhoff, Marius F. (1966), “Studies in Portuguese and Creole”, in: *with special reference to South Africa*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, p. 55.
- Villalva, Alina (2000), *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do Português*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Xavier, Maria Francisca & Mateus, Maria Helena Mira (2007), *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa, Nuno Filipe Cunha Pereira.

Webgrafia

- http://www.africanasc.ueb.br/pdfs/n_5_2014/abilio_marques_de_mendonca.pdf [consulta: maio de 2017]
- https://www.uc.pt/creolistics/research/angola/inverno_forthcoming [consulta: março de 2018]
- <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/a-lingua-portuguesa-em-angola--lingua-materna-vs-lingua-madrasta-uma-proposta-de-paz/2231> [consulta: maio de 2018]
- <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/04966740.1968.10587891?journalCode=rall16> [consulta: maio de 2018]
- <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/06-Maria-Helena-Mateus.pdf> [consulta: março de 2018]
- https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11802/1/Doutoramento_Paulino%20Adriano.pdf [consulta: março de 2018]
- http://pubman.mpdl.mpg.de/pubman/item/escidoc:2282987/component/escidoc:2282986/Bloomfield_1926_Set_Postulates.pdf [consulta: maio de 2018]
- [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=7geiKsQXF7kC&oi=fnd&pg=PA3&dq=Lewis,+David+\(1975\),+%E2%80%9CLanguages+and+Language,%E2%80%9D+in+K.+Gunderson+\(org.\),+Language,+Mind+and+knowledge+\(Minneapolis:+University+of+Minneasota+Press\).+&ots=RDYENVzYso&sig=ZPiLfhJGpUg0ex2-knh24frmoPQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=7geiKsQXF7kC&oi=fnd&pg=PA3&dq=Lewis,+David+(1975),+%E2%80%9CLanguages+and+Language,%E2%80%9D+in+K.+Gunderson+(org.),+Language,+Mind+and+knowledge+(Minneapolis:+University+of+Minneasota+Press).+&ots=RDYENVzYso&sig=ZPiLfhJGpUg0ex2-knh24frmoPQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false) [consulta: maio de 2018]
- <https://www.ethnologue.com/> [consulta: maio de 2018]
- https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_africanas#/media/File:African_language_families_pt.svg [consulta: junho de 2018]

Anexos

Anexo 1

a) Órgãos de comunicação e os respetivos programas gravados

Oração de comunicação	Designação do programa	Carácter do programa
RH (Rádio Huíla)	Jornal Provincial	Informativo
	Jornal de Notícias	Informativo
	Huíla em Movimento	Entretenimento/Atualidade
	Viva a Tarde	Entretenimento/Atualidade
	Bué Pausado	Educativo/Entretenimento
	Cantinho do Amor	Educativo/Entretenimento
	Paixão e Coração	Entretenimento
RNA (Rádio Nacional de Angola)	Campanhas Eleitorais	Informativo
	Jornal (13h00 e 20h00)	Informativo
	Notícia em Sete Dias	Informativo
TPA 1 (Televisão Pública de Angola, Canal 1)	Telejornal	Informativo
	Angola a Caminho das Eleições (Programa Especial)	Informativo
	Campanhas Eleitorais	Informativo
	10/12	Informativo
	Angola Magazine	Informativo
	Eleições Gerais (Programa Especial)	Informativo
	Anúncios publicitários	Apelativo/Instrutivo
	Viva com saúde	Educativo/Informativo
TPA 2 (Televisão Pública de Angola, Canal 1)	Telejornal	Informativo
	Pato na área	Entretenimento

Fonte: Adriano (2014:151-152).

Anexo 2

b) Normas de transcrição de *corpus* oral

Fenómeno	Definição/Exemplo	Etiqueta	Obs.
Pausa sintática longa; final de enunciado assertivo.	Representa o fim de enunciado declarativo ou qualquer outro que não interrogativo, interrompido ou deixado em aberto. É sempre precedido por espaço.	//	Esta é, naturalmente, uma das etiquetas mais usadas na transcrição do nosso <i>corpus</i> .

	Ex.: Estão a ser construídas três residências destinadas aos quadros //		
Interrogação	É sempre precedido por espaço. Ex.: Onde é que eu vou ficar com as crianças meu irmão?	?	O <i>corpus</i> atesta, no entanto, poucos enunciados interrogativos.
Pausa sintática breve; separação de hesitação e elementos	Representa a fronteira de uma unidade tonal (pausa breve). Ex.: Houve aqui a necessidade dos médicos angolanos / e eu aceitei a proposta //	/	Esta é, igualmente, uma outra etiqueta mais usada no <i>corpus</i> deste trabalho.
Enunciado interrompido, abandonado	Ex.: estamos aqui a construir uma bela ponte / grande / aqui da província do Zaire // do tantos trabalhador +		Escassos casos de enunciados interrompidos.
Palavra mal pronunciadas	Se um informante pronunciar mal uma palavra e imediatamente a emendar, as duas formas são mantidas na transcrição (ex: lugal / lugar, sal / céu); se, por outro lado, o informante pronunciar mal uma palavra e não a emendar (continuando com o seu discurso), é transcrita somente a forma correta, acrescentando-se uma nota no respetivo campo do cabeçalho a indicar que essa palavra foi mal pronunciada (Ex.: o informante pronunciou comé em vez de comer)		Houve igualmente poucos casos deste.
Formas reduzidas	Embora o falante pronuncie uma forma reduzida (tá, tou, tive), as formas são transcritas na totalidade (estou, está, estive).		O <i>corpus</i> encerra muitos casos deste género.
Repetições de palavras	Ex.: parece que [/] que [/] que ele foi lá // Se, no entanto, a repetição incidir sobre mais do que uma palavra, estas ficarão entre parênteses angulares (<>) Ex.: parece <que ele> [/] que ele foi lá	[/]	O <i>corpus</i> encerra, naturalmente, alguns casos deste.
Reformulação do discurso com a mesma ideia	Ex.: um sítio que [//] onde eu fui // Se, no entanto, a reformulação incidir sobre mais do que uma palavra, estas ficarão entre parêntesis angulares (<>)	[//]	O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes.

	Ex.: <nós fomos> [//] eu fui lá ver como é que ele estava //		
Acrónimo e siglas	Os acrónimos e as siglas são transcritos com letra maiúscula e sem pontos (ex: TAP e não T.A.P.); contudo, se o acrónimo já tiver uma entrada no dicionário, então é transcrito em minúsculas (ex: sida, radar).		O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes.
Numerais e letras	Todos os numerais (incluindo os que integram datas ou percentagens) são transcritos por extensos; todas as letras são transcritas por extenso (ex: pê, erre, xis).		O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes.
Discurso direto	XYZ: e ele disse // “então / não vais lá a casa?” (as aspas são seguidas e precedidas de espaço. Atenção: quando se fecha as aspas antes de espaço, estas ficam sempre a abrir, O melhor inserir o espaço depois de as fechar).	“ ”	O <i>corpus</i> encerra alguns casos destes.
Palavra incompreensível		Xxx	Houve apenas dois casos

Fonte: Adriano (2014:157-160).

Adriano (2014) esclarece-nos acerca das transcrições do *corpus* oral:

“Acrescentámos, porém, outros sinais que se nos afiguram indispensáveis para passar uma dada informação que se refere à omissão de dados orais e outra estratégia que explicamos logo a seguir.

Os constituintes nos quais focámos a nossa descrição são realçados através de sublinhado e negrito. O sublinhado sem o negrito pressupõe uma construção eventualmente desviante que, embora seja aludida, não é objeto de descrição numa determinada secção, sendo-o na secção apropriada. O sublinhado prevalece nas frases correspondentes à norma europeia, porém, sem o negrito. No final de cada frase, entre parênteses retos, está a informação que se prende com o órgão de comunicação, seguido do programa do qual foi gravada a sequência e, finalmente, a data de gravação. É o que se exemplifica nas frases (i) e (ii).

(i) É a nossa mãe // elas é que nos meteram no mundo / tenho que lhe levar carinhosamente / não é mamã ? [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

(ii) Porque nós não queremos ver eu tenho pão para comer / o outro irmão não tem pão para comer // é meu irmão // [TPA1, Campanhas Eleitorais, 23.08.2012]

Os parênteses retos a fecharem o sinal «menos» ([-]) indicam a omissão de um dado oral, não agrupado à palavra, como na frase que se segue, em que se omite a preposição a:

(iii) a direção que hoje está aqui é a direção que está [-] mandar / que deve reunir com os trabalhadores // [RNA, Campanhas Eleitorais, 24.08.2013]

Quando a omissão é de um morfema que se agrupa à palavra, é representada por [Ø], como frase (iv).

(iv) estão a ser construídas três residênciaØ destinadas aos quadros [...] // [TPA1, Telejornal, 25.07.012]

Os parênteses retos a fecharem as reticências ([...]) indicam uma interrupção da frase feita não pela pessoa que fala, mas por nós que transcrevemos os dados ou pelo órgão de comunicação social. Podem figurar no princípio e no fim de um enunciado, indicando que o mesmo se traduz num fragmento retirado de um enunciado maior. Indica, também a omissão de alguns dados orais que, por motivos de economia de espaço e por não serem necessários à nossa análise, retiramos do enunciado.

(v) se porventura estás a colocar o xis / sente que fiz erradamente ou coloquei um xis a mais ou não foi o candidato que eu [///] porque estava com dúvidas [...] / tu podes devolver // [TPA1, Angola a Caminho das Eleições, 24.08.2012]

Os parênteses retos foram também usados para, no sentido de fazer parcelar o discurso que não é claramente na escrita, acrescentar um dado nulo na oralidade, como o segundo pronome forte na frase (vi).

(vi) eu vive p'a Luanda // Vim votar aqui [-] Caxito // Assim vou votar já // [...] [eu] agradeceu muito, muito me[-]mo // Assim foi muito correto me[-]mo / eu até fiquei contente // [TPA1, Programa Especial: Eleições Gerais 2012, 31.08.2012]

Importa também esclarecer que um dado enunciado pode ter sido de análises diferentes em espaços diferentes por conter, igualmente, desvios diferentes.

Em termos de constituição do *corpus*, como se pode notar no anexo, o mesmo apresenta um índice e está dividido em capítulos. Estes, os capítulos, quando necessário, estão divididos em secções, por ordem alfabética, conforme os termos tratados” (Adriano, 2014:160-162).

Anexo 3

c) *Corpus* de Adriano (2014)

https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11802/1/Doutoramento_Paulino%20Adriano.pdf [consulta: março de 2018]

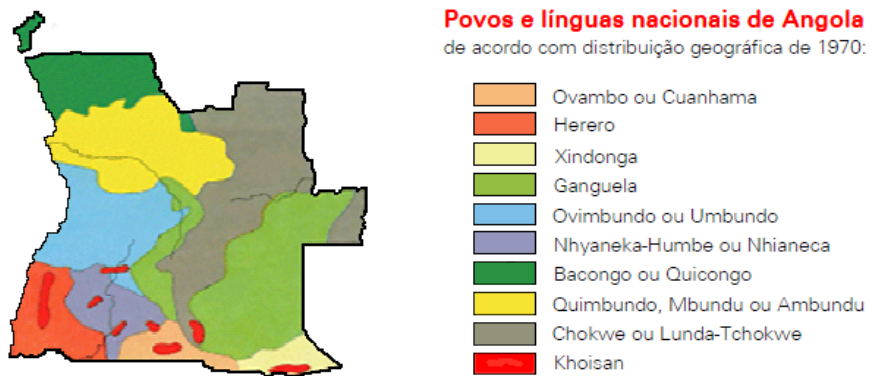
Anexo 4

d) Dados sociolinguísticos dos informantes

	Nº informantes	Faixa etária	Nº Informantes por género		Sub Total	Falantes Português L1		Sub Total	Falantes Português L2		Sub Total
			M	F		M	F		M	F	
		18-25	44	56	100	28	56	74	16	10	26
		26-35	50	10	60	35	5	40	15	5	20
		36-45	17	33	50	11	9	20	6	24	30

Anexo 7

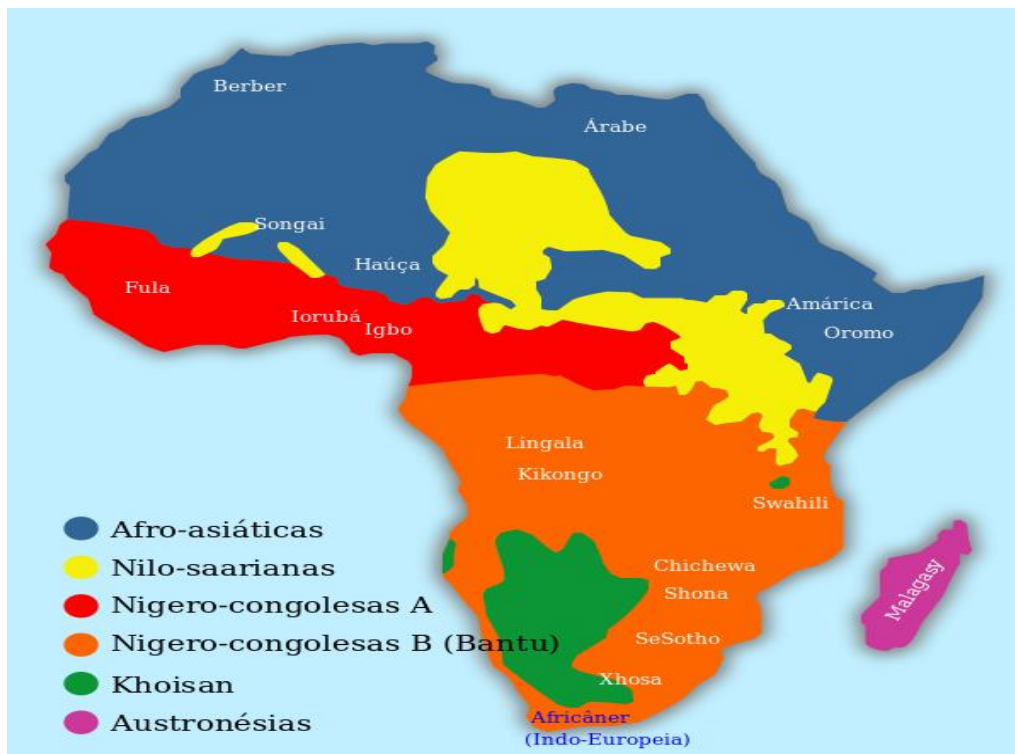
g) Mapa de agrupamento étnico de Angola



Fonte: <http://aretirada1975osultimosdoeste.blogspot.com/2015/01/preambulo-para-uma-historia-de-angola.html> [consulta: maio de 2018]

Anexo 7

h) Distribuição das línguas africanas



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Línguas_africanas#/media/File:African_language_families_pt.svg [consulta: junho de 2018]